

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA
CAMPUS SANTANA DO LIVRAMENTO
BACHARELADO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS

CAMILA ALESSANDRA DA CRUZ CORREA

PRESENÇA AFRICANA E PRETA NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS: OS
AFRICANOS FORMADOS PELA UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO
INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA (2017-2023)

SANTANA DO LIVRAMENTO
2023

CAMILA ALESSANDRA DA CRUZ CORREA

**PRESENÇA AFRICANA E PRETA NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS: OS
AFRICANOS FORMADOS PELA UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO
INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA (2017-2023)**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Relações Internacionais da Universidade Federal do Pampa, como requisito parcial para obtenção do Título de Bacharel em Relações Internacionais.

Orientador: Prof. Dr. Flávio Augusto Lira

Nascimento

Coorientadora: Ma. Mariana Felix de Quadros

**SANTANA DO LIVRAMENTO
2023**

Ficha catalográfica elaborada automaticamente com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)
através do Módulo de Biblioteca do Sistema GURI (Gestão Unificada de Recursos
Institucionais)

C824p Correa, Camila Alessandra da Cruz
PRESENÇA AFRICANA E PRETA NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS: OS
AFRICANOS FORMADOS PELA UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO
INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA (2017-2023) /
Camila Alessandra da Cruz Correa.
127 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) -- Universidade
Federal do Pampa, RELAÇÕES INTERNACIONAIS, 2023.

"Orientação: Flávio Augusto Lira Nascimento".

1. Raça e Racismo nas Relações Internacionais. 2.
Africanos. 3. UNILAB. I. Título.

CAMILA ALESSANDRA DA CRUZ CORREA

**PRESENÇA AFRICANA E PRETA NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS: OS
AFRICANOS FORMADOS PELA UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO
INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA (2017-2023)**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao
Curso de Relações Internacionais da Universidade
Federal do Pampa, como requisito parcial para
obtenção do Título de Bacharel em Relações
Internacionais.

Trabalho de Conclusão de Curso defendido e aprovado em: 30/06/2023

Banca examinadora

Prof. Dr. Flávio Augusto Lira Nascimento
(Orientador)
Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA)

M^a. Mariana Felix de Quadros
(Coorientadora)
Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

Prof.^a. Dr.^a. Camila Santos Andrade
(Membro da Banca)
Universidade de Joanesburgo (UJ)

Dedico este trabalho à minha mãe (*in
memoriam*).

AGRADECIMENTOS

Agradeço sobretudo à minha mãe Oxum e a todas as entidades que me acompanham, por sua proteção, por me manter sã e salva até aqui, por me guiarem no caminho da luz e do bem e me afastarem de todo e qualquer mal.

Aos meus pais, Sérgio e Neide, por todo o apoio e amor incondicional. Em especial a minha mãe, por presentear a mim com uma educação crítica e transmitido-me sua paixão por História e Ciências Sociais, por ser minha maior incentivadora e apoiadora, não medindo esforços para que eu pudesse alcançar os meus sonhos, e acima de tudo por ter ensinado-me que o caminho da transformação é a educação.

Agradeço a Universidade Federal do Pampa por me proporcionar uma educação superior gratuita e de qualidade. Tenho imenso orgulho em graduar-me nessa universidade que vi nascer e trazer esperança para os jovens da fronteira/interior do Rio Grande do Sul, assim como eu, de terem a oportunidade de possuírem acesso ao ensino superior público através da interiorização e descentralização do ensino. Espero que um dia essa universidade seja valorizada e defendida por tudo que ela representa e por todo conhecimento científico que ela produz.

Agradeço a todo o corpo docente do Curso de Relações Internacionais da UNIPAMPA pelos conhecimentos compartilhados.

Agradeço imensamente aos meus orientadores, Flávio e Mariana, por acreditarem na minha pesquisa e minha capacidade, pela orientação, compreensão, apoio e enorme paciência ao longo desse período de escrita.

Agradeço com imensa felicidade e honra a professora Camila Andrade por aceitar participar da banca avaliadora desta pesquisa.

Foram dois anos desenvolvendo esta pesquisa, então agradeço imensamente a todos que contribuíram de alguma forma para sua construção. Em especial, a coordenação e corpo docente do Curso de Relações Internacionais da UNILAB - Campus dos Malês que sempre se mostraram extremamente dispostos a auxiliar-me. Agradeço também aos egressos do curso que se disponibilizaram a compartilhar comigo suas histórias de vida e experiências na universidade.

Agradeço aos companheiros do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas - UNIPAMPA Campus Santana do Livramento por tornarem o NEABI um lugar de

acolhimento e de resistência dos estudantes negros, e também de fomento aos estudos sobre raça. Em especial, ao coordenador professor Marcelo Mayora, que sempre apoiou minhas ideias de eventos, pesquisas e projetos dentro do núcleo.

Agradeço a minha grande companheira de curso Micaele por todo o apoio ao longo desses anos. Tenho muito orgulho da nossa trajetória juntas na universidade e de que apesar de todos os desafios e das nossas perdas conseguimos chegar até o final da graduação. Agradeço também imensamente aos meus amigos, Murilo, Ester, Laienifer e Abner e suas famílias por terem me acolhido em seus lares como parte da família e por todo o amparo e incentivo que deram a mim durante os tempos sombrios que passei. Se não fosse por todos vocês eu não estaria aqui hoje.

Por fim, agradeço a todos que fizeram parte dessa etapa da minha vida na UNIPAMPA - Campus Santana do Livramento, pois todos agregaram de alguma forma ao longo desses 4 anos de vivências e muitos aprendizados, acadêmicos e pessoais, na Fronteira da Paz. *Muchas gracias y hasta que la vida nos vuelva a encontrar!*

África!

[...]

*Maltrataram-te, mas não alcançaram a tua
essência*

*Desperta, que a tua energia vibra em cada
grão de areia*

*Terminou o tempo de dor, és a estrela da nova era
Celebra e canta o porvir, porque és o futuro.*

Paulina Chiziane

RESUMO

A presente pesquisa possui o objetivo de investigar a inserção do sujeito preto de origem africana formado pela UNILAB na área de Relações Internacionais. Posto que as Relações Internacionais como campo acadêmico têm demonstrado ser racista, seletiva e elitista, mantendo uma presença predominante de homens brancos e marginalizando a participação, perspectivas e contribuições de pessoas não-brancas. Para mais, o racismo e a exclusão permeiam o campo das Relações Internacionais, tanto em sua prática quanto em sua vertente acadêmica, que historicamente têm intencionalmente negligenciado o papel da raça e do colonialismo nas questões globais, da mesma forma que vem ocultando o papel desempenhado pelo continente e as sociedades africanas nas relações internacionais e na configuração das estruturas e dos assuntos globais. Em contraste a essa realidade, o Curso de Relações Internacionais da UNILAB apresenta-se como um projeto singular, ambicioso e extremamente complexo, com um corpo discente majoritariamente composto por pessoas negras e de nacionalidade africana. Esse curso oferece uma oportunidade de inserção significativa desses indivíduos no campo das Relações Internacionais. Deste modo, a problemática que surge a ser respondida e que norteia esta pesquisa é: de que forma o curso de Relações Internacionais da Universidade Da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira possibilita a inserção do sujeito africano e preto na área? A presente pesquisa baseia-se nas contribuições das teorias decoloniais e pós-coloniais, que emergem como correntes teóricas fundamentais para analisar as questões relacionadas à raça, ao racismo e à colonialidade no âmbito das Relações Internacionais. Metodologicamente, a presente pesquisa é de caráter qualitativo, de natureza básica aplicada, realizada por meio de procedimentos de pesquisa bibliográfica e análise documental, e foi norteadas pelos métodos descritivo-explicativo e hipotético-dedutivo. Além disso, foram coletados e analisados dados dos portais da universidade e realizadas entrevistas com alguns egressos. Ao concluir este estudo constatou-se que o curso de Relações Internacionais da UNILAB representa uma realidade singular, assim como o projeto da instituição como um todo. Além de oferecer oportunidades de acesso ao ensino superior gratuito e de qualidade para os africanos, o curso também adota uma abordagem afrocentrada. O curso de Relações Internacionais da UNILAB é um espaço que possibilita a inserção, participação, diversidade e a construção de teorias nas Relações Internacionais, pois busca inserir pessoas pretas e de origem africana como pesquisadores e profissionais na área, percebendo que é essencial que vozes pretas africanas façam-se presentes nas relações internacionais a fim de reafirmar o lugar de destaque que o continente africano sempre ocupou nas Relações Internacionais, e não mais aceitar que este seja moldado de fora para dentro. Desta forma, a UNILAB se torna uma oportunidade de reescrever a história de um povo que teve seus corpos, cultura e saberes sequestrados e dispersos pelo mundo devido a uma diáspora forçada. Portanto, a UNILAB possibilita que esses indivíduos assumam espaços que historicamente lhes foram negados, permitindo a reconstrução de suas identidades e contribuições para a sociedade global.

Palavras-chave: Raça e Racismo nas Relações Internacionais; Africanos; UNILAB.

ABSTRACT

The present research aims to investigate the insertion of the black African descendant subject trained by UNILAB in the area of International Relations. Given that International Relations as an academic field has proven to be racist, selective and elitist, maintaining a predominantly white presence and marginalizing the participation, perspectives and contributions of non-white people. Moreover, racism and exclusion permeate the field of International Relations, both in its practice and in its academia, which has historically intentionally neglected the role of race and colonialism in global affairs, just as it has obscured the role played by the African continent and societies in international relations and in shaping global structures and affairs. In contrast to this reality, UNILAB's International Relations course presents itself as a unique, ambitious and extremely complex project, with a student body composed mostly of black people and of African nationality. This course offers an opportunity for significant insertion of these individuals in the field of International Relations. Thus, the problem that emerges to be answered and that guides this research is: in what way does the International Relations course at the University of International Integration of Afro-Brazilian Lusophony enable the insertion of the African and black subject in the area? The present research is based on the contributions of decolonial and post-colonial theories, which emerge as fundamental theoretical currents to analyze the issues related to race, racism and coloniality in the field of International Relations. Methodologically, this research is qualitative, of basic applied nature, carried out through procedures of bibliographic research and document analysis, and was guided by the descriptive-explanatory and hypothetical-deductive methods. In addition, data from the university portals were collected and analyzed, and interviews were held with some graduates. In concluding this study, it was found that the International Relations course at UNILAB represents a unique reality, as does the institution's project as a whole. Besides offering opportunities for access to free and quality higher education for Africans, the course also adopts an Afrocentric approach. The International Relations course at UNILAB is a space that enables insertion, participation, diversity and the construction of theories in International Relations, as it seeks to insert black people and people of African origin as researchers and professionals in the area, realizing that it is essential that black and African voices make themselves present in international relations in order to reaffirm the prominent place that the African continent has always occupied in International Relations, and no longer accept that it be shaped from the outside in. In this way, UNILAB becomes an opportunity to rewrite the history of a people that had their bodies, culture, and knowledge kidnapped and dispersed around the world due to a forced diaspora. Therefore, UNILAB enables these individuals to assume spaces that were historically denied to them, allowing the reconstruction of their identities and contributions to global society.

Keywords: Race and Racism in International Relations; Africans; UNILAB.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Lula sanciona lei que cria a Universidade Luso-Afro-Brasileira.....	51
Figura 2 - Fachada da UNILAB em São Francisco do Conde.....	59
Figura 3 - Dados dos Egressos do Curso de Relações Internacionais da UNILAB.....	73

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Distribuição dos Institutos da UNILAB.....	52
Quadro 2 - Cursos ofertados pela UNILAB.....	52
Quadro 3 - Cursos de pós-graduação <i>Lato Sensu</i>	53
Quadro 4 - Cursos de pós-graduação <i>Stricto Sensu</i>	54

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Fluxograma do Curso de Relações Internacionais.....	67
Tabela 2 - Ingresso dos estudantes africanos do curso de Relações Internacionais da UNILAB 2017-2022.....	71

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BIH - Bacharelado Interdisciplinar em Humanidades

CPLP - Comunidade dos Países de Língua Portuguesa

IESP - Instituto de Estudos Sociais e Políticos

IHL - Instituto de Humanidades e Letras

ISA - *International Studies Association*

PAES - Programa de Assistência Estudantil

PALOP - Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa

PNAES - Programa Nacional de Assistência Estudantil

PROPAE - Pró-Reitoria de Políticas Estudantis e Afirmativas

RI - Relações Internacionais

UNILAB - Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

ONU - Organização das Nações Unidas

URSS - União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	16
2. A RAÇA E O RACISMO NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS	20
2.1 Raça, racismo e poder	21
2.2 Raça e racismo nas relações internacionais	24
2.2.1 O lugar do continente africano nas relações internacionais	34
2.3 A exclusão do sujeito africano e preto da área de Relações Internacionais	39
3. A UNILAB E SEU CURSO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS	44
3.1 Antecedentes: a política externa do governo Lula para o continente africano	44
3.2 A Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira	49
3.2.1 As políticas de assistência estudantil para os estudantes internacionais	56
3.3 O campus dos Malês	59
3.4 O curso de bacharelado em Relações Internacionais da UNILAB	66
4. OS AFRICANOS FORMADOS PELA UNILAB	71
4.1 Os estudantes africanos do curso de Relações Internacionais da UNILAB	71
4.2 A importância do acesso ao ensino superior e inserção dos pretos africanos nas Relações Internacionais	81
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	92
REFERÊNCIAS	97
APÊNDICE A - ENTREVISTA COM O EX-COORDENADOR DO CURSO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS DA UNILAB TRANSCRITA	107
APÊNDICE B - ENTREVISTA COM EGRESSO DO CURSO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS DA UNILAB TRANSCRITA	112
APÊNDICE C - ENTREVISTA COM EGRESSO DO CURSO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS DA UNILAB TRANSCRITA	115
APÊNDICE D - ENTREVISTA COM EGRESSO DO CURSO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS DA UNILAB TRANSCRITA	117
ANEXO A - DADOS ACERCA DOS DISCENTES DO CURSO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS DA UNILAB ANO DE 2017	120
ANEXO B - DADOS ACERCA DOS DISCENTES DO CURSO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS DA UNILAB ANO DE 2018	122
ANEXO C - DADOS ACERCA DOS DISCENTES DO CURSO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS DA UNILAB ANO DE 2019	123
ANEXO D - DADOS ACERCA DOS DISCENTES DO CURSO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS DA UNILAB ANO DE 2020	124
ANEXO E - DADOS ACERCA DOS DISCENTES DO CURSO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS DA UNILAB ANO DE 2021	126
ANEXO F - DADOS ACERCA DOS DISCENTES DO CURSO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS DA UNILAB ANO DE 2022	127

1. INTRODUÇÃO

Há um histórico social onde as pessoas pretas foram excluídas e marginalizadas na sociedade global mesmo após o abolicionismo da escravidão e o fim do colonialismo europeu. Tal exclusão é um problema complexo e multifacetado, com raízes históricas profundas e com persistentes desigualdades sociais em todo o mundo. A exclusão e marginalização de pessoas pretas é uma realidade em muitas sociedades há séculos, formando uma estrutura sustentada pelo racismo social, estrutural e institucionalizado, provocando privações de direitos básicos e desigualdades sistêmicas. Em muitos países, pessoas pretas enfrentam barreiras no acesso a oportunidades educacionais, de emprego, moradia, serviços de saúde e justiça. Essas barreiras são produzidas por preconceitos implícitos e explícitos, assim como por estereótipos com base em um conceito de raça (VICENTE, 2012).

Essa exclusão moldou uma estrutura social que foi desenvolvendo-se racista e perpetuando-se nos mais diversos meios que constituem uma sociedade, evidencia-se na presente pesquisa a área de Relações Internacionais, prática e científica, desenvolvida a partir do esquecimento do papel da raça e do colonialismo nos assuntos mundiais, sob a exclusão dos povos pretos africanos colonizados, do domínio ocidental e o privilégio branco que permeiam e dominam o campo (ZVOBGO; LOKEN, 2020).

A raça e o racismo encontram-se nas Relações Internacionais tanto ontologicamente como epistemologicamente (SILVA, 2021). A área de Relações Internacionais não excluiu somente a raça nas suas teorias e práticas, mas também tornou-se seletiva com quem está inserido dentro dela, a tornando elitista e racista (OLIVEIRA, 2019; MORAIS, 2021). A presença hegemônica de homens brancos nas Relações Internacionais é facilmente identificável, entretanto, a modificação desta realidade é extremamente complexa, pois requer o enfrentamento de uma macro estrutura estrategicamente moldada para manter um *status quo* (MORAIS, 2021).

Isto posto, entendendo as universidades como instituições formadoras de pesquisadores e profissionais, e por essência um ambiente extremamente elitizado e branco, o Curso de Relações Internacionais da UNILAB, com o corpo discente majoritariamente formado por pessoas pretas e de origem africana, apresenta-se como um ambicioso e complexo projeto que se mostra como um caminho para a inserção de pessoas pretas e de origem africana nas Relações Internacionais. Pois, a UNILAB fundamenta-se nos princípios de cooperação solidária entre os povos, é um projeto de uma universidade localizada no Brasil

alinhada à integração com o continente africano, principalmente com as nações que integram a CPLP, permitindo o ingresso e o acesso ao ensino superior por parte destes nacionais (UNILAB, 2016). Desta forma, a delimitação geográfica desta pesquisa é o município brasileiro de São Francisco do Conde, localizado no estado da Bahia, onde está situado o campus da UNILAB que oferta o curso de Relações Internacionais. Ao que concerne à delimitação temporal, o período analisado na presente pesquisa é desde a abertura do curso até o presente, ou seja, do ano de 2017 a 2023.

Portanto, ao considerar os fatos supracitados, a problemática que surge a ser respondida e que norteia esta pesquisa é: de que forma o curso de Relações Internacionais da Universidade Da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira possibilita a inserção do sujeito africano e preto¹ na área?

A hipótese central para corroboração ou refutação da problemática é que o curso de Relações Internacionais da UNILAB possibilita a inserção dos sujeitos pretos e de origem africana na área de Relações Internacionais como produtores de conhecimento científico e profissionais, pois oferece a oportunidade do acesso ao ensino superior, bem como condições para a permanência desses estudantes na universidade, e proporciona uma formação crítica e afrocentrada das Relações Internacionais, permitindo o desenvolvimento deste conhecimento a partir de tal óptica proporcionando um caminho para esse grupo transformar, analisar e participar das Relações Internacionais, ontológica e epistemologicamente, como voz ativa a partir de suas perspectivas.

Para responder à problemática e testar a hipótese apresentada a metodologia a ser utilizada nesta pesquisa, tratando-se de um tema sociológico a abordagem aplicada será qualitativa, visto que esta preocupa-se “com aspectos da realidade que não podem ser quantificados, centrando-se na compreensão e explicação da dinâmica das relações sociais” (SILVEIRA; CÓRDOVA, 2009, p. 32). A pesquisa será direcionada com objetivos de caráter descritivo-explicativos, visto que possui o propósito de descrever as características do fenômeno apresentado e buscar explicar suas causas e consequências. A natureza da pesquisa caracteriza-se como básica aplicada, pois visa a geração de novos conhecimentos, podendo estes serem aplicados na prática (SILVEIRA; CÓRDOVA, 2009). No que tange ao referencial teórico, o presente estudo fundamenta-se nas contribuições das teorias de coloniais e pós-coloniais, que se destacam como expoentes de correntes teóricas que se propõem a

¹ Para fins de esclarecimento, nesta pesquisa utiliza-se a definição de pretos africanos considerando a cor de pele e nacionalidade dessas pessoas. Jamais se considerou nesta pesquisa essa definição como uma forma pejorativa.

analisar as questões pertinentes à raça, ao racismo e à colonialidade no campo das Relações Internacionais. Para mais, serão utilizados procedimentos de pesquisa bibliográfica (livros, artigos científicos, teses e dissertações) e a análise documental de fontes primárias (documentos oficiais e discursos) e secundárias (jornais e revistas, em formato impresso e digital), isso além, serão realizadas e utilizadas entrevistas cuja é “uma técnica alternativa para se coletar dados não documentados [...] utilizadas para comprovação de dados ou complementação de trabalhos” (MARTINS, 2005, p. 88). Os métodos condutores desta pesquisa serão o método hipotético-dedutivo, pois, a pesquisa partirá de um problema, propondo uma resolução provisória (a hipótese) para posteriormente confirmá-la ou refutá-la e o método histórico que “[...] consiste em investigar acontecimentos, processos e instituições do passado para verificar a sua influência na sociedade de hoje” (MARCONI; LAKATOS, 2003, p. 107).

Assim sendo, o objetivo geral desta pesquisa é analisar de que forma a UNILAB promove a inserção do sujeito preto e de origem africana na área de Relações Internacionais. Como objetivos específicos esta pesquisa pretende I) Compreender o uso da raça e do racismo na estrutura, epistemologia e dinâmicas das Relações Internacionais; II) Apresentar o projeto da UNILAB e seu curso de Relações Internacionais e III) Analisar a inserção dos discentes e egressos africanos do curso na área de Relações Internacionais.

Deste modo, esta pesquisa faz-se relevante, pois propõe o desenvolvimento de estudos acerca da inserção do sujeito preto e de origem africana na área de Relações Internacionais e dos meios que possibilitam este feito, sendo este objeto de estudo capaz de ser agente transformador de padrões e de um sistema estrutural histórico racista e excludente. Desta forma a pesquisa promove a difusão do tema, o fomento de pesquisas e produção de conhecimento científico relacionadas a raça e racismo na área de Relações Internacionais, promovendo também a manutenção dos debates na área trazendo descobertas e dados por meio de novas análises e pesquisas. Com tudo, espera-se atrair a atenção para o tema e contribuir para a promoção da inserção dessas pessoas na área de Relações Internacionais através da criação de mais oportunidades como a aqui pesquisada, transformando a vida de mais pessoas que se encaixam no grupo estudado e da área das RI em sua totalidade.

Por fim, destaca-se que o propósito de pesquisar acerca desses temas não é compreender o que raça e racismo são de fato — sua complexidade nem permite — mas compreender o que a raça e o racismo provocam, ou seja, sobre as consequências da

racialidade, nas distribuições de poder, direitos e oportunidades (VUCETIC; PERSAUD, 2018).

Além desta introdução e das considerações finais, a pesquisa está estruturada em três capítulos. O primeiro capítulo busca expor a utilização da raça e as práticas de racismo na área de Relações Internacionais. Posteriormente, o segundo capítulo busca apresentar a UNILAB e o seu curso de Relações Internacionais e por fim, o último capítulo dispõe dos dados e da análise acerca da inserção dos discentes e egressos pretos de origem africana na área de Relações Internacionais e de que forma o curso possibilita essa inserção.

2. A RAÇA E O RACISMO NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Considerando a complexidade de promover pesquisas relacionadas à raça e racismo, bem como seus desdobramentos e implicações sociais, entende-se como essencial conceituar tais termos, buscando compreender sua praticabilidade nas dinâmicas sociais, sobretudo nas Relações Internacionais. No que se refere às Relações Internacionais faz-se essencial identificar e compreender em que e como raça e racismo foram empregados. Portanto, o presente capítulo está estruturado em três seções: Raça, racismo e poder; A raça e o racismo nas Relações Internacionais e A exclusão do sujeito africano e preto da área de Relações Internacionais.

A primeira seção deste capítulo visa abordar a teoria da raça e o racismo, explorando sua origem histórica e apontando suas consequências sociais e políticas, apresentar a construção social da raça, sua influência nas relações de poder e a persistência do racismo como um problema social e político tanto em âmbito doméstico quanto global.

A segunda seção deste capítulo visa analisar a relação entre raça, racismo e Relações Internacionais, destacando como a raça e o racismo são elementos centrais na formação e prática dessa área; expondo a origem das Relações Internacionais como uma disciplina baseada no desenvolvimento da raça e sua relação com o colonialismo e a administração colonial das potências ocidentais; discorrendo como as teorias tradicionais das Relações Internacionais, foram desenvolvidas a partir de uma perspectiva eurocêntrica e racista, que legitimava a dominação branca e o imperialismo. Bem como, destacando a presença e a influência da raça e do racismo nas diversas áreas de estudo das Relações Internacionais, como instituições internacionais, direitos humanos, segurança, economia política internacional, cooperação entre outras. E por fim, a presente seção busca defender a necessidade de incluir a discussão sobre raça e racismo como parte fundamental das Relações Internacionais. Aprofundando, essa seção possui uma subseção que visa apresentar o papel do continente africano nas relações internacionais, apontando o tratamento racializado que o continente tem dentro do sistema internacional, e assim desconstruir a visão eurocêntrica das relações entre as nações africanas e o mundo, demonstrando que o continente africano sempre teve um papel central na política global.

Por fim, a terceira seção deste capítulo busca abordar a questão da exclusão social e do racismo estrutural, destacando como esses problemas excluem e marginalizam a população negra em diferentes áreas, em particular a educação. Para mais, a seção busca expor a presença predominante de homens brancos e a exclusão de pessoas pretas africanas nas

Relações Internacionais, tanto no ensino, na pesquisa e na composição de organizações e empresas internacionais.

2.1 Raça, racismo e poder

A teoria da raça é uma tentativa de classificar os seres humanos em grupos distintos com base em características físicas e intelectuais. Esta teoria tem uma longa história e tem sido utilizada há séculos para justificar opressões, legitimar dominações e manter o poder de uns sobre outros (MUNANGA, 2004, 2019). A história do uso indevido e o abuso político desta teoria é longa e sórdida (VUCETIC; PERSAUD, 2018).

A palavra raça pode ter diferentes significados dependendo da época e do local em questão, podendo referir-se a conceitos como civilização, essência, linhagem, essência natural ou cultura, e em algumas ocasiões, englobar todos esses aspectos simultaneamente (VUCETIC; PERSAUD, 2018). Então, o conceito de raça sofreu diversas alterações para adequar-se ao contexto e dimensão temporal (MUNANGA, 2004, 2019).

As primeiras definições sobre o conceito referiam-se à ideia de espécie e/ou categoria, a Botânica e a Zoologia foram as primeiras ciências a utilizarem o conceito para classificar animais e plantas (MUNANGA, 2004, 2019).

Alguns estudiosos pontuam que as divisões raciais e as práticas de discriminação neles baseadas existem desde a Idade Média, ou mesmo desde a Antiguidade, acreditando na existência do racismo antes da ideia de raça. No século XV houve a inserção do conceito de raça sociologicamente, a raça passou a referir-se à descendência ou linhagem, ainda não se referindo à cor da pele e a traços fenotípicos, porém no mesmo século surgia um debate teológico, envolvendo raça e humanidade, questionando se os indígenas e pretos eram de fato humanos ou animais. Já no século XVI-XVII, o conceito de raça passou a designar e ser sinônimo de classes sociais (MUNANGA, 2004, 2019).

A partir do século XIX, as ideias de raça passaram a incluir um determinismo biológico, a cor da pele e os traços fenotípicos, agora classificados cientificamente entre brancos e não brancos. Esse fator intensificou-se com a idade moderna e pós-moderna devido às grandes navegações europeias que resultaram em uma relação de poder entre europeus e não europeus no período do colonialismo e posteriormente com o imperialismo no continente africano e asiático. Esse contato europeu deu origem ao conceito moderno de raça, atribuindo características biológicas de certos grupos étnicos para justificar um grau de inferioridade e

superioridade entre os povos (MUNANGA, 2004, 2019).

No século XIX, a teoria da raça se tornou ainda mais popular e foi usada para justificar a escravidão, a segregação racial e outras formas de discriminação. O conceito de “raça pura” também surgiu nesse período, com a ideia de que os grupos raciais deveriam ser preservados para manterem suas características biológicas dominantes. Essas ideias foram posteriormente adotadas por movimentos nacionalistas e fascistas, como o nazismo na Alemanha, que levou à perseguição e ao extermínio de milhões de pessoas consideradas "inferiores", como judeus, ciganos e homossexuais (MUNANGA, 2004, 2019).

Assim sendo, o conceito de raça foi utilizado para desenvolver diversas teorias nas mais diversas esferas de conhecimento científico, e “essas teorias, não por acaso, chegaram à conclusão de que o homem branco ocidental estava no topo da pirâmide da espécie, o que justificava seus privilégios, direitos e o domínio sobre aqueles que foram classificados como inferiores” (REGINALDO, 2018, n.p).

No século XX, a teoria da raça começou a ser questionada por cientistas e intelectuais que argumentavam que não havia base científica para a classificação dos seres humanos em raças distintas. A descoberta da genética e o desenvolvimento da biologia evolutiva forneceram novas evidências que mostraram que as diferenças entre os seres humanos são muito pequenas em relação ao seu DNA e que não existem características biológicas que possam ser usadas para distinguir os humanos em raças (MUNANGA, 2004, 2019).

Entretanto, ao longo destas transformações históricas sociais a raça tornou-se uma categoria de discriminação e exclusão. Dessa forma, a raça se tornou estrutura e não recorte. Atualmente, mesmo após as ciências genéticas provarem que existe apenas uma única raça, a raça humana (*Homo sapiens*), as ciências sociais continuam a trabalhar com o conceito de raça, pois este adquiriu um conteúdo social e político profundamente influente nas dinâmicas sociais (MUNANGA, 2004, 2019).

Sociologicamente, o termo raça refere-se a mais do que diferenças biológicas ou modos de categorias institucionais. A raça está englobada nas ideias e ideologias sobre como a sociedade deve funcionar e como a ordem social deve ser mantida, estimuladas por meio de práticas e relações de poder muito variadas (SILVA, 2021). Portanto, como afirma Ianni (2004, p. 23):

Raça não é uma condição biológica, [...] é a condição social, psicológica e cultural criada, repetida e desenvolvida no contexto das relações sociais, envolvendo o jogo de forças em sociedade e os processos de apropriação e dominação. Raça, racialização e racismo são

produzidos na dinâmica das relações sociais, incluindo suas implicações políticas, econômicas e culturais.

No entanto, há aqueles que defendem a eliminação da raça como teoria e óptica analítica social, pois acreditam que continuar debatendo acerca de raça é outra forma de garantir sua continuidade (VUCETIC; PERSAUD, 2018).

Contemporaneamente, há estudos que relacionam a raça como articuladora do conceito de unidade grupal (conceitos de nação e etnia), fazendo com que mesmo pessoas com características fenotípicas iguais sejam discriminadas e racializadas (VUCETIC; PERSAUD, 2018). Tendo como exemplo a racialização e preconceito de muitos brasileiros com venezuelanos que ingressam no Brasil, mesmo que ambos sejam sul americanos. Estes que na visão de países do Norte foram classificados racialmente da mesma forma.

A ideologia baseada e perpetuada neste conceito gerou um dos maiores estratificadores das sociedades contemporâneas, o racismo. O racismo é a crença, prática e política de dominação baseada no conceito de raça. A raça como um conceito sempre foi de difícil definição, modificando-se ao decorrer da história da humanidade, porém, o racismo como prática, no entanto, é mais facilmente identificado, tanto ao longo da história quanto na atualidade (VUCETIC; PERSAUD, 2018). O racismo não é apenas o preconceito, mas crenças, práticas e políticas que refletem e são apoiadas pelo poder institucional, pois este, necessita do racismo para manter-se. E o racismo por sua vez apresenta-se como um regime de opressão que serve para afastar determinados grupos da disputa pelo poder (SCHUCMAN, 2012).

Transportando raça e racismo para o global, relacionando, o interno e o externo, tornando-se os Estados nacionais uma expressão da realidade internacional, conseqüentemente, uma hierarquia entre eles também se estabelece. Assim como no plano interno, em que existem grupos socialmente vulneráveis e racialmente identificados, no plano externo os Estados do Sul Global são subalternizados e racialmente inferiorizados em relação aos Estados do Norte Global (FELIX DE QUADROS, 2019, p. 3). Essa hierarquia internacional é uma extensão das dinâmicas de poder e desigualdade presentes nas relações sociais no âmbito interno, o que torna imprescindível o estudo aprofundado das relações entre raça, racismo e poder no contexto internacional. Pois, a sociedade internacional é mantida por e para os europeus brancos (VUCETIC; PERSAUD, 2018). Portanto, a raça e o racismo não são apenas uma mera perspectiva e sim um elemento integral da política mundial tornando-se

um problema para além de doméstico, também mundial (SILVA, 2021).

Tendo isto em consideração, por mais de um século, os cientistas sociais sustentam que a raça e o racismo estão entre os fatores mais importantes na política mundial, pois eles estão ligados ao poder. Poder que nas relações internacionais é um conceito fundamental que se refere à capacidade de um ator estatal ou não estatal de influenciar, ou controlar o comportamento de outros atores no sistema internacional, pois, o poder é a base formuladora da política internacional e as relações raciais são relações de poder, compreendidas de forma estrutural (SILVA, 2021).

Portanto, a racialização é tão central para compreender as questões acerca da soberania do Estado, hierarquia da ordem mundial, desenvolvimento econômico, migração e tantas outras questões internacionais, como era há um século. Por isso, raça e racismo estão na base das relações internacionais, influenciando tanto em termos de estruturas quanto em práticas (VUCETIC; PERSAUD, 2018).

Diante dos fatos supracitados, a próxima seção busca expor o papel da raça e do racismo dentro das relações internacionais, da teoria à prática.

2.2 Raça e racismo nas relações internacionais

O que hoje conhecemos como Relações Internacionais, em sua fundação era entendida como uma disciplina dedicada ao desenvolvimento da raça. O objeto de investigação que deu origem às RI não foi o internacional e sim o inter-racial (VUCETIC; PERSAUD, 2018). Nas Relações Internacionais, a raça e o racismo foram utilizados como base para o nascimento e formação do campo e da disciplina. Pois, está fora desenvolvida, em grande parte, para solucionar os dilemas da construção dos impérios e posteriormente da administração colonial das potências ocidentais e brancas que se expandiam, ocupavam e exploravam novos territórios e povos (ANIEVAS; MANCHANDA; SHILLIAM, 2015).

Ainda que as narrativas dominantes para justificar a origem do campo remetam à Primeira Guerra Mundial e à promoção da paz mundial, o real motivo da criação das Relações Internacionais está relacionada ao colonialismo e, especialmente, à partilha do continente africano (SILVA, 2021). Porém, mesmo acatando a justificativa da criação atrelada à Primeira Guerra Mundial e promoção da paz mundial, raça e racismo não fogem a concepção da área. Pois, de acordo com Du Bois (1915) o principal motivo que conduziu à Primeira Guerra Mundial foram as ambições imperialistas e conflitos das potências colonizadoras no continente africano.

Falam dos Bálcãs como o centro da tempestade da Europa e a causa da guerra, mas isso é mero hábito. Os Bálcãs são convenientes para as ocasiões, mas a posse de materiais e homens no mundo mais escuro é o verdadeiro prêmio que hoje está colocando as nações da Europa nas gargantas umas das outras (DU BOIS, 1915, tradução nossa).²

Desta maneira, raça e o racismo nas relações internacionais tem duas amplas vias de ocorrência, a primeira é nomeada como racismo realmente existente, ou seja, o racismo praticado como ação, a segunda via refere-se às teorias e aos estudos em Relações Internacionais, na qual a raça manifesta-se tanto por comissão (o que é escrito e ensinado), como por omissão (o que é minimizado, ocultado e, de fato, silenciado) (VUCETIC; PERSAUD, 2018). Na academia de Relações Internacionais

as hierarquias baseadas na raça se apresentam nitidamente em vários campos de estudo e temas, como instituições, regimes e organizações internacionais, direitos humanos, segurança, história das RI, economia política internacional, desenvolvimento, política externa, cooperação e integração, meio ambiente, entre outros (SILVA, 2021, p. 48).

Portanto, a raça e o racismo situam-se nas Relações Internacionais tanto ontologicamente como epistemologicamente, ou seja, como elas são organizadas e praticadas, teorizadas e ensinadas (SILVA, 2021).

Nesse sentido, as primeiras teorias e conceitos de Relações Internacionais estavam firmemente baseadas nas teses evolucionistas darwinistas sociais da época que defendiam uma hierarquia de raças, dominadas por brancos europeus. A supremacia branca moldava as políticas domésticas e internacionais dos principais estados ocidentais, concebia e legitimava suas políticas de dominação racial branca estruturadas na escravidão, conquista imperial, colonização e genocídio. Os teóricos das Relações Internacionais do final do século XIX e início do século XX debruçaram-se sob uma perspectiva racista enquanto construíam sua concepção de uma anarquia global e o papel dos brancos para fornecer, manter e garantir a ordem dentro dela por meio de um sistema de relações internacionais de poder (ANIEVAS; MANCHANDA; SHILLIAM, 2015; HENDERSON, 2015). Por este motivo, os conceitos primordiais como estado-nação, anarquia e hierarquia e tantos outros têm suas raízes em discursos que priorizam e privilegiam a Europa e o Ocidente (ZVOBGO; LOKEN, 2020).

Da mesma forma, a narrativa histórica predominante sobre o sistema estatal moderno tende a focar no impacto das revoluções americana e francesa no final do século XVIII. No

² Do original: “We speak of the Balkans as the storm-centre of Europe and the cause of war, but this is mere habit. The Balkans are convenient for occasions, but the ownership of materials and men in the darker world is the real prize that is setting the nations of Europe at each other’s throats to-day”.

entanto, é importante ressaltar que esse período foi marcado pela expansão colonial e colonização, durante o qual alguns Estados europeus consolidaram sua dominação sobre outras regiões do mundo e suas populações, que passaram a ser categorizadas com base em sua raça. Nesse sentido, é fundamental compreender que o Estado moderno possui características tanto imperialistas quanto nacionais, é necessário esquecer Westfália, pois o Estado moderno nasceu do colonialismo (BHAMBRA, 2020). Porque a soberania nacional para os Estados do Terceiro Mundo veio somente após numerosas e violentas guerras de libertação e lutas anticoloniais e anti racistas (PERSAUD, 2020).

A concepção do conceito de anarquia na teoria de Relações Internacionais provém das ideias de teóricos contratualistas, dos quais a caracterização do estado de natureza foi adotada pelos teóricos de RI para conceituar o sistema global. Entretanto, o contrato social, foco dos estudos desses teóricos, é integrado em um contrato racial (ver MILLS, 1997). Pois, conforme os contratualistas os homens viviam em um estado de natureza caracterizado pela ausência de poder e de organização, que surgiram apenas após um pacto firmado por eles, estabelecendo as regras de convívio social e de subordinação política, conhecido como contrato social. Portanto, o caráter racista das teorias contratualistas, transferiu-se para as Relações Internacionais sendo aplicado pelos povos brancos aos povos não-brancos (HENDERSON, 2017).

O conceito de desenvolvimento que vem sendo uma questão de grande relevância para as Relações Internacionais, abrangendo tanto a sua aplicação prática quanto a investigação acadêmica dessa disciplina também possui raízes nesses discursos raciais e de privilégio branco e europeu. O desenvolvimento tem sido objeto de grande preocupação por parte dos Estados e instituições internacionais, os quais têm se dedicado, desde o século passado, a empreender esforços para auxiliar e promover o desenvolvimento das nações entendidas como subdesenvolvidas. A premissa de que qualquer política em nome do desenvolvimento era justificável, independentemente de sua efetividade, prevaleceu por um período significativo. Entretanto, as ideias e práticas de inovação, avanço e crescimento foram concebidas e implementadas a partir de uma perspectiva eurocêntrica e ocidental. Como resultado, tais premissas produziram e perpetuaram exclusões raciais das populações não-brancas, a nível nacional e internacional (VUCETIC; PERSAUD, 2018).

No que concerne às teorias tradicionais, o Realismo, Liberalismo, Construtivismo e suas vertentes foram desenvolvidos a partir do eurocentrismo e utilizados para validar o imperialismo branco, fato este que ainda não é amplamente reconhecido na área de Relações Internacionais (HENDERSON, 2015; ZVOBGO; LOKEN, 2020). Estas teorias não

questionam os instrumentos utilizados para a manutenção do poder do ocidente sob as demais partes do mundo, bem como, não apresentam, tão pouco, questionam os pressupostos raciais nos conceitos-chave das relações internacionais (HENDERSON, 2015). Para além, a perspectiva Neorrealista defende um equilíbrio de poder entre as grandes potências e desconsidera outros atores. Em sua maioria, estas potências são Estados compostos por maioria branca e encontram-se no topo da hierarquia. Para mais, no pensamento neoliberal as hierarquias raciais e as concepções de controle fundamentam o conceito de cooperação, elegendo as grandes potências como condutoras, que escolhem a intensidade, com quais atores, e de que forma essa cooperação é realizada. Completando os grandes debates, o Construtivismo talvez seja a vertente mais apta a lidar com questões relacionadas à raça e ao racismo. Os construtivistas rejeitam a condição dada da anarquia e sustentam que a anarquia, a segurança e outras preocupações são socialmente construídas a partir de ideias, histórias e experiências compartilhadas. Entretanto, salvo exceções, os construtivistas raramente reconhecem como a raça molda tais ideias, histórias e experiências (HENDERSON, 2015; ZVOBGO; LOKEN, 2020).

No entanto, faz-se extremamente importante destacar que em resistência a tais a teóricos e teorias, em 1925, um sociólogo afro-americano chamado William Edward Burghardt Du Bois publicava nas páginas do renomado jornal americano de ciência política externa, *Foreign Affairs*³, um artigo nomeado “Mundos de cor” onde recordava uma afirmação que fizera anos antes em uma tese: “O problema do século XX é o problema da linha de cor – a relação das raças mais escuras com as mais claras dos homens na Ásia e na África, na América e nas ilhas do mar” (DU BOIS, 1925, p 23). Em sua tese, Du Bois (1915) apontou que o principal motivo que conduziu à Primeira Guerra foram as aspirações imperialistas e desavenças das potências colonizadoras em solo africano. A inspiração de sua teoria internacional da linha de cor foram os pensamentos e experiências dos africanos escravizados na América do Norte e o impacto de sua luta pela libertação. A teoria da linha de cor de Du Bois, apresenta a estratificação do poder no sistema internacional, traça uma linha onde os Estados brancos detém a maior parte do controle internacional, seguidos pelos amarelos e por último os negros. Em seus estudos associando raça ao internacional, Du Bois apresentou o significado da raça e do racismo como princípios organizadores fundamentais da política internacional; eixos de hierarquia e opressão que estruturam as lógicas da política

³ De 1910 a 1919 denominado como *Journal of Race Development*, criado com o propósito de “discutir os problemas relacionados ao progresso das raças e dos Estados considerados atrasados nos seus padrões de civilização” (BLAKESLEE, 1910, p. 1, tradução nossa), “demonstrando sobre o que os primeiros estudiosos de RI consideravam ser o assunto das Relações Internacionais” (REEVES, 2004, p. 26).

mundial (ANIEVAS; MANCHANDA; SHILLIAM, 2015). Apesar de sua relevante tese, Du Bois foi efetivamente silenciado e desprezado simplesmente por ser afro-americano, e por este motivo seu papel e contribuição para as Relações Internacionais foi ignorado (VUCETIC; PERSAUD, 2018).

Por vezes a disciplina de Relações Internacionais se mostra receptiva a problemas que eram anteriormente considerados além de seus limites epistemológicos. Essa abertura ocorre historicamente como resultado de conflitos entre as forças que buscam expandir os temas abordados pela disciplina e aqueles que insistem que as Relações Internacionais se restringem às questões de guerra e paz entre Estados (PERSAUD; WALKER, 2001). Foi somente no terceiro Grande Debate com as epistemologias anticoloniais, pós-coloniais, decoloniais e contra coloniais que discussões sobre racismo, colonialismo e subalternização, foram impulsionadas no campo para desafiar, modificar e corrigir a história eurocêntrica popular nas relações internacionais (VUCETIC; PERSAUD, 2018). Aqueles que se dedicam ao estudo das Relações Internacionais e colocam a raça, o racismo e o colonialismo no cerne de suas análises aceitam um grande desafio e compreendem que essa abordagem vai além do simples reconhecimento do passado, significa questionar uma estrutura complexa e solidificada, significa buscar justiça e reparação (RUTAZIBWA, 2020).

No entanto, as teorias de Relações Internacionais predominantes não foram adaptadas ou evoluíram em relação à questão da raça, tratando-a como uma perspectiva secundária, um tema de margem (ZVOBGO; LOKEN, 2020). Para mais, frequentemente, argumenta-se que a esfera das Relações Internacionais não é o local adequado para discutir questões raciais, sob o pretexto de que o racismo é um fenômeno que pertence exclusivamente à esfera doméstica, o que, como exposto aqui, é inverdade (ANIEVAS; MACHANDA; SHILLIAM, 2015).

Ademais, a desvalorização da produção acadêmica do Sul Global é um reflexo comum do racismo na comunidade internacional, especialmente no âmbito acadêmico, é uma expressão de racismo intelectual. Tal prática consiste na desconfiança ou desconsideração dos trabalhos realizados por acadêmicos do Sul, exceto quando estes são validados por indivíduos do Norte Global. A título de exemplo, é comum que os estudiosos ocidentais avaliem os estados africanos utilizando critérios desenvolvidos pelas teorias europeias sobre a condição de Estado. Além disso, eles tendem a depender dos estudiosos locais apenas para fornecer dados relevantes, sem levar em consideração os entendimentos africanos sobre o Estado (ZVOBGO; LOKEN, 2020).

As ideias provenientes de fora do Ocidente têm sido frequentemente desvalorizadas e

consideradas inferiores devido à sua origem geográfica. Essas ideias muitas vezes não são expressas na linguagem teórica considerada legítima pelos defensores das Relações Internacionais ou não são apresentadas em formas consideradas adequadas, como artigos ou livros de revistas acadêmicas reconhecidas, o que limita sua consideração como fontes válidas para o estudo da disciplina. Isso revela que a produção de conhecimento é geograficamente delimitada, contrariando a própria aspiração da ciência universal desvinculada de um contexto específico (ZVOBGO; LOKEN, 2020). Consequentemente, ocorre a exclusão, desautorização, deslegitimação e a apropriação da diversidade de conhecimentos em prol de uma concepção de ciência universal construída por um reduzido número de Estados (OLIVEIRA, 2019). Esse comportamento contribui significativamente para o silenciamento de visões, saberes e problemáticas do Sul, além de impedir o progresso na construção de uma perspectiva mais equitativa e justa das Relações Internacionais (SILVA, 2021).

Hoje a pesquisa acerca de raça e racismo nas relações internacionais é mantida por grandes e incríveis intelectuais como Anna M. Agathangelou, Shampa Biswas, Neta Crawford, Roxanne Doty, Locksley Edmondson, Siba N. Grovogui, Errol Henderson, Audie Klotz, Sankaran Krishna, Sheila Nair, Mustapha Kamal Pasha, Randolph B. Persaud, Shirin M. Rai, Robert Vitalis e Rob Walker. Estes, durante os anos 1990 e 2000, fizeram contribuições importantes para o estudo da raça e racismo, do imperialismo e/ou da condição pós-colonial nas Relações Internacionais, e atualmente são referências destes temas na área (SHILLIAM, 2020).

Em suma, a ótica racista sustenta as principais estruturas teóricas que formulam a pesquisa e a política em Relações Internacionais, entretanto a raça tem sido silenciada nas análises do sistema internacional pelas teorias hegemônicas da área. As teorias tradicionais das Relações Internacionais, que supostamente buscavam ter um caráter universal, são, em grande medida, limitadas restringindo-se a uma análise da realidade europeia (ZVOBGO; LOKEN, 2020). Dessa forma, é evidente que a falta de abordagem da disciplina de Relações Internacionais em relação à raça e ao racismo é um pilar fundamental para a manutenção de sua construção teórica e, consequentemente, de alguns pressupostos das teorias clássicas. Para além, a inclusão da dinâmica racial no âmbito das Relações Internacionais ameaça não apenas essas construções teóricas e pressupostos tradicionais, o qual são a base da disciplina como a conhecemos hoje, mas também sua capacidade de análise dos eventos internacionais. Trazer raça e racismo para o centro do debate é revelar as inconsistências e as falhas dos principais conceitos e pressupostos das Relações Internacionais ao serem aplicadas além do eixo norte (KRISHNA, 2006).

Apesar da notável ausência de discussões teóricas sobre raça nas Relações Internacionais, é inegável que eventos internacionais são frequentemente impulsionados por questões raciais. Inspiradas na teoria, as práticas das relações internacionais também utilizam da raça e do racismo em sua essência. Os discursos raciais tornaram-se fundamentais para formular as estruturas modernas de poder em pelo menos quatro pontos: realizar uma divisão binária do mundo, em civilizado e não civilizado; para moldar a composição espacial e demográfica do mundo; para fornecer a base do sistema econômico de exploração e para constituir as relações sociais em escala global (PERSAUD; WALKER, 2001). Tais estruturas influenciaram na criação, teorização e evolução dos temas centrais que permeiam e surgem no Sistema Internacional.

A título de exemplo, a Paz de Westfália de 1648, anteriormente mencionada, instituiu o sistema de Estados e estabeleceu os princípios europeus de soberania e Estado, porém as nações que não eram europeias não adotaram os entendimentos europeus de Estado e soberania por escolha própria, ao contrário do que se defende. Em vez disso, a Europa, fundamentada pelos princípios da Paz de Westfália, dividiu o mundo entre Estados modernos e não civilizados, dominando aqueles que não eram considerados parte do Sistema Internacional (ZVOBGO; LOKEN, 2020).

Fruto de Westfália, o Direito Internacional tem atuado, desde sua concepção, como uma ferramenta para proteger as hierarquias raciais, pois o conjunto de normas jurídicas internacionais que definem a relação entre Estados sempre privilegia uns e esquece outros, convertendo sua universalidade, seletiva. As ideologias de superioridade racial sempre exerceram influência sobre a ordem jurídica internacional, refletindo também nas normas e tratados internacionais. A raça tem moldado tanto a estrutura como a aplicação do Direito Internacional, afetando os Estados, as instituições internacionais e os indivíduos (SILVA, 2021). Exemplificando, os séculos XIX e XX presenciaram o fim da escravidão e sua proibição pelo Direito Internacional, conforme estabelecido na Convenção sobre a escravatura de 1926 e sua Convenção suplementar em 1956. No entanto, os regimes coloniais permaneceram intactos em suas ações contra indivíduos de origem preta e indígena (BRADLEY, 2019). Inclusive, é fundamental reconhecer que o tráfico atlântico foi o primeiro regime internacional documentado. Esse sistema era composto por normas, instituições, princípios e práticas, todos voltados para a desumanização dos pretos e o enriquecimento da Europa. Entretanto, as teorias de regimes internacionais não abordam essa realidade (SILVA, 2021).

Para mais, sempre se observou a seletividade do Direito Internacional em condenar ou

ignorar, interferir ou não, em casos de violações graves de direitos por parte dos Estados e de interferência em outros territórios (BRADLEY, 2019). As Operações de Paz ou as interferências militares estrangeiras no continente africano são um grande exemplo disso, pois, parece ser considerada aceitável a tomada de ações unilaterais por parte de potências estrangeiras em nações fragilizadas por conflitos internos, embora tais ações sejam condenadas pelo direito internacional em teoria.

Equitativamente, a ordem internacional que hoje conhecemos dividida em norte Global e sul Global, também está apoiada nas relações prévias de poder, no histórico de colonialismo e neocolonialismo que permeia as interações entre essas duas áreas do mundo. Deste modo, os países do Norte Global são considerados superiores devido a uma história de relações raciais baseadas na dominação (FELIX DE QUADROS, 2019). A região norte (especialmente a Europa, mas também os Estados Unidos) é tida como superior por ser o berço dos brancos, que por sua vez se consideram superiores - uma visão imposta através da violência em outras partes do mundo. Enquanto isso, o Sul Global - composto por países não-brancos, onde originalmente surgiram as populações negras, indígenas e asiáticas - é visto como inferior (VUCETIC; PERSAUD, 2018).

Ainda além, as teorias e práticas nos estudos de Segurança Nacional, Guerra e Segurança Internacional também são racializadas. A história dos impérios modernos euro-americanos é marcada pela violência sistemática justificada em nome da segurança, incluindo a segurança de rotas comerciais, bases militares estratégicas e coloniais. Essa violência foi frequentemente dirigida contra povos não brancos e foi usada para manter o poder colonial. Entretanto, a descolonização representou uma ameaça à segurança desses impérios e exigiu mudanças significativas em suas estruturas internas e condução de estratégias de segurança (VUCETIC; PERSAUD, 2018).

Isso posto, idealizando a paz mundial, a teoria da paz democrática, uma das primordiais e principais relacionadas a guerra e paz, sugere que as democracias têm menos probabilidade de entrar em conflitos bélicos, tanto entre si quanto com outras formas de governo. De fato, análises históricas mostram que democracias têm uma tendência menor a entrar em guerras, mas apenas se não incluirmos suas conquistas coloniais. Em contradição, em regiões como o Oriente Médio e norte da África, a democratização dos estados levou a um aumento de conflitos internos em comparação com seus pares menos democráticos. Mesmo assim, os líderes ocidentais empregaram e continuam a empregar a teoria da paz democrática para justificar invasões e ocupações de países menos democráticos, particularmente aqueles com uma notável maioria não-branca (ZVOBGO; LOKEN, 2020).

Indo além nos acontecimentos internacionais a respeito de segurança, durante o período da Guerra Fria, o preconceito racial e o anticomunismo estavam intimamente conectados na estratégia de contenção que Washington adotou em relação a países da África, Ásia, América Central, Caribe e América do Sul. Assim como atualmente, a raça continua a influenciar a percepção de ameaças e as respostas à violência extremista, tanto dentro quanto fora da chamada guerra ao terror (ZVOBGO; LOKEN, 2020). Igualmente, pode-se apontar as ações praticadas pelos Estados desenvolvidos com questões como a migração, utilizando de uma política anti-migrantes violenta, pois estes idealizam os migrantes como uma ameaça e agentes de retrocesso nacional (VUCETIC; PERSAUD, 2018).

No que se refere a economia internacional e desenvolvimento econômico, as distinções raciais e o racismo exerceram um papel fundamental nos processos históricos de escravidão, colonialismo e neocolonialismo/imperialismo, que por sua vez foram cruciais para o desenvolvimento das economias europeias e, posteriormente, a consolidação do sistema capitalista. Tais fatores foram responsáveis pelo fomento econômico e acumulação de riquezas dos países do Norte Global, bem como na construção da posição econômica no cenário internacional daqueles que foram explorados, sendo o racismo a explicação do subdesenvolvimento (ver RODNEY, 1975). Observa-se a contínua racialização da economia internacional e do desenvolvimento econômico tanto em teoria como prática. Os teóricos econômicos mais influentes seguem modelos econômicos, entendimentos de desenvolvimento e modernidade ocidentais (VUCETIC; PERSAUD, 2018). A influência da raça também se estende ao comércio internacional e aos fluxos de investimento. A existência de barreiras comerciais e preconceitos baseados na raça pode limitar as oportunidades de exportação de países com populações racialmente discriminadas. Da mesma forma, o acesso desigual a investimentos e financiamentos internacionais pode perpetuar as desigualdades raciais e limitar o desenvolvimento econômico de certos países. E, na prática, o Terceiro Mundo continua a ser um mundo de exploração econômica que precisa sujeitar suas políticas econômicas às regras do Primeiro Mundo (VUCETIC; PERSAUD, 2018).

Perante todo exposto, observa-se que o conceito de raça é um conjunto inter-relacionado de material, práticas ideológicas e epistemológicas. Articuladas em discursos racializados que ao longo do tempo desenvolveram formações sociais e ordens mundiais macroestruturais de um sistema de inclusão e exclusão, domínio e dominação. Os assuntos relacionados a raça estão presentes nos assuntos debatidos no Sistema Internacional pelos Estados e certamente é um dos mais antigos e frustrantes problemas globais devido à discriminação racial e ao racismo. Diante disso, o significado da raça vai muito além das

conquistas multilaterais e diplomáticas dos Estados e da organização e cooperação no Sistema Internacional. A raça tem sido uma força fundamental e peça chave dentro da formulação das relações internacionais, ela é a base na construção do sistema mundial moderno, das representações e explicações de como esse sistema surgiu e de como ele funciona (PERSAUD; WALKER, 2001).

Todavia, as Relações Internacionais, como disciplina, não conferem agência explicativa de raça e racismo em suas análises convencionais. Ademais, ao contrário do fomento em pesquisas sobre cultura e gênero, observa-se pouca tentativa por parte da academia de insistir que as afirmações sobre raça realmente merecem uma discussão séria no contexto de uma mudança ordem internacional ou global. A questão é que a raça não foi ignorada em RI, pois há, de fato, uma literatura significativa sobre fatores raciais na política mundial, porém a raça recebeu um tratamento metodológico errôneo, sendo utilizada para legitimar a criação de ordens mundiais macroestruturais dominadas por alguns e em que outros são excluídos (PERSAUD; WALKER, 2001).

Então, mesmo sendo o núcleo dessa área e disciplina que estuda o poder, racismo e raça não são colocados em discussão como categorias analíticas. A disciplina de Relações Internacionais tem omitido a centralidade do colonialismo, da escravidão e do racismo na sua constituição (KRISHNA, 2006) e, principalmente, tem minimizado a relevância do continente africano para a manutenção da hegemonia dos países centrais (BOUKA, 2020).

Diante disso, pode-se constatar que, para além de amnésia e silenciamento, às Relações Internacionais sofrem de afasia acerca do papel da raça e do racismo. A amnésia, ainda indica um esquecimento não intencional. Afasia, por outro lado, indica um esquecimento calculado (ANIEVAS; MANCHANDA; SHILLIAM, 2015, p. 45). Pois como aponta Karine Silva (2021, p. 39) em seu texto nomeado “Esse silêncio todo me atordo: A surdez e a cegueira seletivas para as dinâmicas raciais nas Relações Internacionais”

O silêncio comunica, e muito. Silêncio também é forma de discurso que, intencionalmente ou não, mantém o *status quo* e reforça as estruturas de dominação que oprimem nações e pessoas, ao passo que calam suas vozes, soterram suas memórias e mostram convivência com a violência, seja intersubjetiva, seja institucional, organizada ou não, que elimina e marginaliza narrativas, agências e corpos.

Portanto, essa contínua afasia das Relações Internacionais em relação à raça, escravidão, colonialismo e imperialismo perpétua a ilusória ideia de igualdade entre nações e povos, ao mesmo tempo, em que preserva as relações de poder (ANIEVAS; MANCHANDA; SHILLIAM, 2015). E acima de tudo, permite que os ex-colonizadores se isentem da

responsabilidade histórica de reparar as vítimas dos efeitos permanentes da escravidão e do colonialismo (KRISHNA, 2006).

Mediante os fatos expostos, a subseção a seguir busca aprofundar-se no lugar do continente africano nas relações internacionais e expor as práticas internacionais racializadas em relação ao continente, a fim de identificar como ocorre a marginalização e exclusão do continente e seus nacionais nas RI.

2.2.1 O lugar do continente africano nas Relações Internacionais

O campo das Relações Internacionais precisa comprometer-se a lutar com a história das análises e práticas de políticas internacionais racializadas, admitindo que houve o apagamento dos papéis que os atores políticos e as sociedades não ocidentais desempenharam na formação dos assuntos globais (BOUKA, 2020). Pois, há um protagonismo africano nas questões internacionais desde tempos imemoriais, arquivos históricos e a própria história da humanidade comprovam contatos, interações e um fluxo tanto de ideias quanto de recursos entre o continente e o resto do mundo. O continente africano nunca esteve isolado na política mundial, sempre esteve no centro das dinâmicas e do fluxo de eventos e mudanças de configuração do poder global (WAPMUK; AKINKWOTU, 2017). Entretanto, as práticas e o tratamento racializado com o continente africano promovem este apagamento do papel da importância do continente na base e construção de estruturas sistêmicas internacionais e no desenvolvimento de questões mundiais, da mesma forma, essas práticas racializadas marginalizam e excluem o continente mundialmente para manter uma ordem de poder (BOUKA, 2020).

Em razão disso, estabelece-se essencial desconstruir a visão eurocêntrica da história do continente e das relações entre as nações africanas com o mundo, demonstrando que há fatos relevantes que ocorreram e ocorrem no continente, os quais direcionaram o andamento das lógicas das políticas globais. Pois, “a África não está em ascensão. Sempre esteve no centro da política global” (BOUKA, 2020, n.p., tradução nossa)⁴.

Nesse sentido, é essencial compreender que a história do continente africano remonta a milhares de anos antes da colonização europeia. O continente é reconhecido como o berço da humanidade, título respaldado por evidências que são considerados os primeiros indícios da existência humana. Outrossim, através da arqueologia, é possível constatar que uma das civilizações mais brilhantes da antiguidade floresceu em solo africano. Bem como, durante todo o período Paleolítico, o continente africano era o único lugar habitado pela espécie

⁴ Do original: “Africa Isn’t Rising. It Has Always Been at the Center of Global Politics”.

humana, evidenciando ainda mais sua importância na história da humanidade. Essa notável continuidade da presença humana ao longo das eras demonstra a riqueza e a diversidade da história africana, além de sua importância fundamental no desenvolvimento da humanidade. Esta parte da história do continente africano, sempre ocultada de forma calculada para legitimar a dominação ocidental, nos apresenta um continente extraordinário, de reinos e impérios muito bem organizados política e economicamente, com inúmeras riquezas, não só materiais mas também culturais e filosóficas (ver História Geral da África da UNESCO).

No que concerne às relações internacionais do continente africano, em resumo, pode-se dividi-las em três grandes períodos: o pré-colonial, o da dominação e colonização europeia, e o da formação do moderno (e atual) sistema de Estados (NUNES, 2012). No entanto, a narrativa racializada, da óptica da branquitude e da colonialidade afirma que o continente africano não evoluiu isoladamente antes da colonização europeia, sequer possuía relações com outras partes do globo. Porém, existem comprovações históricas de que os impérios e reinos africanos pré-coloniais eram autônomos, com autoridade soberana, autogovernados, ocupavam um território definido, e já possuíam relações exteriores (LONGBAAM, 2015).

Visto que antes do período colonial, a África era um continente heterogêneo, composto por diferentes estados e nações, cada estado possuía suas próprias regras, sistemas de liderança e cultura distintos. Logo, devido à extensa área geográfica e à grande população, havia uma competição pelo controle do poder, dos recursos e da terra. Essas lutas naturais pelo poder resultaram em diversas formas de relações entre os diferentes grupos, como confronto militar, laços econômicos, trégua, dominação (subserviência), alianças políticas e alianças de segurança ou proteção (LONGBAAM, 2015). Além disso, as atividades comerciais eram gritantes entre os estados africanos pré-coloniais, o continente africano possuía fortes rotas comerciais marítimas e terrestres entre as diferentes regiões do próprio continente, com os árabes, os asiáticos e os europeus. Foram inclusive essas atividades comerciais que abriram as portas para a entrada das potências coloniais europeias no continente, essas desejavam controlar as atividades e instalaram diversos pontos de trocas comerciais pelo território (WAPMUK; AKINKWOTU, 2017).

Assim sendo, não seriam essas mesmas questões que definem a natureza, direção e caráter das relações internacionais modernas conceituadas ocidentalmente? Então por qual motivo as relações internacionais pré-coloniais do continente não são reconhecidas?

Para mais, a prática mais evidente da racialização do continente foi a colonização, esta que legitimou-se e enraizou-se, perpetuando-se por muito tempo sob o território africano,

deixando consequências que perpetuam aos dias atuais, e definindo o presente do continente africano, assim como também a situação daqueles que o exploraram, que se desenvolveram e tornaram-se potências mediante a essa exploração (VUCETIC; PERSAUD, 2018). As bases e ideias que conceberam a colonização, são as mesmas que moldaram e conduzem o tratamento das potências para com o continente africano ao longo da evolução do sistema internacional e das mudanças da ordem de poder mundial.

Desta forma, durante os grandes acontecimentos mundiais, como nas duas grandes guerras o tratamento racializado do continente permaneceu, na Primeira Guerra Mundial o continente foi envolvido no conflito devido a sua importância econômica estratégica para a Europa, passou a ser alvo do Eixo para atingir e desestruturar os Aliados (STRACHAN, 2004).

No período entreguerras o continente africano foi pouco relevante do ponto de vista da influência e inserção nas relações internacionais, permanecendo como um instrumento de disputa de influência entre as potências ocidentais (STRACHAN, 2004).

Posteriormente, assim como na primeira, na Segunda Guerra Mundial o continente africano possuía um significado militar, econômico e político. O continente sustentou a vitória dos Aliados por meio de mão de obra e recursos. Como na primeira guerra, os africanos serviram como soldados e carregadores nas linhas de combate das grandes potências, como se estivessem defendendo sua própria nação, isso, pois “Muitos soldados, como outros africanos [...], esperavam que a participação numa guerra que não lhes dizia respeito fosse recompensada com melhorias constitucionais, econômicas e sociais nos seus territórios de origem (AMARAL, 2000, p 58). Ademais, os africanos serviram também como mão de obra para manter os setores econômicos no continente considerados essenciais para a guerra, como mineração de carvão e produção de borracha. Para garantir os recursos do continente para a guerra, as vidas e os meios de subsistência dos africanos foram totalmente afetados durante ambos conflitos, assim como, depois de seu fim, com as mudanças na redistribuição e no realinhamento das fronteiras coloniais (BYFIELD *et. al.*, 2015).

Adiante, durante o período das independências no continente, os antigos colonizadores montaram uma estrutura de apoio externo para legitimar internacionalmente os feitos coloniais e enfraquecer as independências. Deste modo, além das questões geográficas dificultarem a consolidação do Estado-nação no continente africano, também permaneceram fortes consequências das características herdadas do colonialismo como empecilhos. Essa involução dos recém-independentes estados-nação do continente africano validou o discurso que os europeus já promoviam há séculos, de que os africanos eram incapazes de

autogovernarem-se. Para tanto, destaca-se não somente a dificuldade dos Estados em consolidarem-se, mas também o interesse de atores externos de que esses não se desenvolvessem, assim, os ex colonizadores atuaram através da interferência e boicote dos novos Estados africanos a fim de manter o seu poder sob as antigas colônias, principalmente as vantagens comerciais. Por meio dessas ações, os colonizadores conseguiram manter seus privilégios, permaneceram as mesmas lógicas decisórias e administrativas, as interferências externas, medidas econômicas de privilégios comerciais, assim como nos moldes coloniais (WAPMUK; AKINKWOTU, 2017).

Já durante a Guerra Fria, onde Estados Unidos e URSS buscavam influenciar outros países para demonstrar o seu poder, o continente africano não ficou de fora desse processo. Os Estados africanos, recém-independentes, sofreram grande influência da geopolítica bipolar. E alguns países de fato passaram a ser parceiros tanto dos Estados Unidos quanto da URSS, beneficiando-se de investimentos financeiros e também investimento bélico. África do Sul e Nigéria como exemplos de países influenciados pela esfera capitalista, e Angola e Moçambique como exemplos de países influenciados pela esfera socialista. Os conflitos internos, instabilidade política, dificuldade de desenvolvimento de identidade nacional foram potencializados durante a Guerra Fria com a geopolítica bipolar. A influência externa potencializou os conflitos internos além de promover a dependência de investimentos de capital estrangeiro. Deste modo, ao final da Guerra Fria, conseqüentemente, cessaram-se os investimentos, e toda manutenção de poder que existia a partir deles começou a ruir, surtindo grandes efeitos negativos sobre os Estados africanos e suas sociedades que se beneficiavam destes investimentos (THOMSON, 2008).

Na mesma lógica, mais tarde, a partir da metade dos anos 1980, a marginalização africana se intensificou, com a queda da importância do continente para os principais atores econômicos internacionais. O continente tornou-se cada vez mais dependente de atores externos intrusivos, como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial. A dívida externa tornou os países africanos altamente dependentes e sujeitos a políticas econômicas impostas pelos credores. As economias africanas pioraram após a implementação dos programas de ajuste estrutural ocidentalizados, resultando em críticas ao modelo de desenvolvimento ocidental (WAPMUK; AKINKWOTU, 2017).

Ao início do presente século, o continente africano ganhou evidência novamente, agora por seu posicionamento e condução de inserção internacional, por meio de abordagens baseadas em estruturas organizacionais contemporâneas e pela autoavaliação dos africanos em relação aos erros e acertos ocorridos ao longo da evolução política do continente. As

transformações globais ocorridas na primeira década do século XXI também tiveram impacto significativo no contexto africano e sua projeção internacional. Essas mudanças tanto apresentam oportunidades para o continente quanto impuseram obstáculos ao seu desenvolvimento. Algumas transformações abriram caminhos promissores, enquanto outras limitaram sua ascensão. Essa série de acontecimentos deu início às reflexões sobre o papel da África no mundo, tanto dentro como fora do continente (SARAIVA, 2015).

Esse destaque despertou novamente a atenção das potências para com o continente, principalmente no que tange a questão de poder e influência. Nesse sentido, presentemente, as principais potências globais, como os Estados Unidos, Grã-Bretanha, França, Rússia e a Alemanha, continuam a desempenhar um papel significativo no continente, com base em seus interesses estratégicos. Esses interesses envolvem o acesso a recursos naturais, mercados e rotas de navegação, além de considerações militares e estratégicas. Organizações internacionais, como a ONU e suas agências, juntamente com instituições financeiras e governamentais, têm sido usadas para promover os interesses dessas grandes potências e influenciar os Estados africanos (WAPMUK; AKINKWOTU, 2017).

Neste contexto de globalização e de mudanças nas dinâmicas da política mundial, novas potências econômicas surgiram e também buscam se envolver com o continente por razões estratégicas. A entrada dessas novas potências transformou o continente em um campo de disputa entre as grandes potências tradicionais e as emergentes, especialmente a China e a Índia. A intensa rivalidade em busca dos recursos e mercados africanos é comumente caracterizada como uma nova forma de partilha do continente (WAPMUK; AKINKWOTU, 2017). Os novos interesses internacionais sobre o continente não se diferenciam dos antigos colonialistas, apenas contam agora com mais aliados internos e são envolvidos pelo charme proporcionado pelas vantagens da globalização. Pois, as potências internacionais continuam a buscar seus próprios interesses econômicos e políticos no continente africano, utilizando estratégias sutis e formas de dominação mais sutis, porém igualmente prejudiciais. A globalização pode ter proporcionado certos benefícios, mas também tem contribuído para reforçar as desigualdades e manter a dependência do continente em relação às potências externas. Portanto, os Estados africanos enfrentam o desafio de adaptar-se a essas transformações e aproveitar as oportunidades que surgem, ao mesmo tempo, em que superam os obstáculos deixados de um longo e atroz período de exploração (SARAIVA, 2015).

Com tudo, observa-se que o continente africano contribuiu para moldar o mundo, estruturas, econômicas, políticas, países e povos que o compõem, entretanto, o continente foi, e continua sendo, moldado pelos processos externos e estruturas internacionais (WAPMUK;

AKINKWOTU, 2017). Indo além, para compreender o papel central que o continente africano desempenhou e continuará a desempenhar em futuros debates sobre relações internacionais e assuntos mundiais, o campo precisa admitir e procurar consertar o apagamento do arquivo africano e enfrentar a raça e o racismo de frente (BOUKA, 2020), como também os teóricos africanos de Relações Internacionais precisam desenvolver e consolidar suas teorias, desenvolvidas a partir da realidade africana, para fazer a disciplina e o mundo refletirem acerca do lugar do continente nas relações internacionais (FASAKIN, 2018).

2.3 A exclusão do sujeito africano e preto da área de Relações Internacionais

Como exposto na primeira seção deste capítulo, utilizando-se da teoria da raça e de um racismo científico que inferiorizou humana e intelectualmente pessoas pretas, o colonialismo e a branquitude fundaram normas, padrões e pactos que sustentam um sistema de supremacia branca, que se perpetuou mesmo com seu fim no desenvolvimento das sociedades (BENTO, 2002).

Livres do colonialismo, esse grupo é novamente prisioneiro, agora da exclusão e marginalização, da ausência de direitos humanos e sociais básicos. Conforme destacado por Pires (2020, p. 308) “os corpos que foram escravizados, expropriados de sua memória, forma de vida e dignidade são os mesmos que atualmente continuam sendo alvo das mais variadas formas de representação da violência de Estado”.

Nessa perspectiva, a exclusão social são os processos que impulsionam a desigualdade, sustentam relações de poder e ditam as dimensões de desvantagem e privação, e as ideologias racistas são a raiz dessa exclusão social (RAZZA, 2018). O sistema de exclusão social de pessoas pretas é executado por meio de leis, políticas e práticas. Como destaca Razza (2018, n.p., tradução nossa)⁵ “A exclusão social não é apenas um conceito ou um complexo de regras. A exclusão social é um conjunto de decisões e ações”. Tal dinâmica de exclusão social sustenta-se em três pilares: privação social, desvantagem econômica e desqualificação democrática. De acordo com Razza (2018, n.p.)

A privação social refere-se em parte a uma negação sistêmica do capital social, na qual [...] são moldadas e disponíveis de maneira diferente dependendo da raça, gênero e classe. Desvantagem econômica refere-se especificamente a restrições sobre como grupos de pessoas podem participar como trabalhadores, consumidores e proprietários. Desqualificação democrática refere-se aos limites impostos à capacidade de certos cidadãos de ter voz igual nas decisões da nação ou comunidade. [...] Essas dimensões se reforçam mutuamente. A história da exclusão

⁵ Do original: “Social exclusion is not just a concept or a complex of rules. Social exclusion is a set of decisions and actions”.

social estabelece as bases para a futura exclusão social. [...] A privação social é o disciplinador do trio. Ela traça as linhas de quem pertence - na ampla comunidade nacional e em lugares muito particulares - e como eles pertencem lá (tradução nossa)⁶.

Visando a privação da educação, essa exclusão social e o racismo estrutural também estão presentes nas instituições ligadas à educação, desde o ensino básico ao superior. Por longos períodos, as políticas educacionais estatais restringiram o acesso de pessoas de cor à educação básica e superior (BEST COLLEGES, 2021; OLIVEIRA, 2019). Como consequência, atualmente, estudos e dados estatísticos comprovam que existe uma disparidade significativa no que diz respeito aos índices de analfabetismo, exclusão, evasão e reprovação escolar entre estudantes negros em comparação aos brancos. Além disso, sujeitos negros enfrentam desvantagens no acesso às instituições de ensino, bem como na progressão e conclusão de seus estudos, em comparação aos brancos (OLIVEIRA, 2019).

Em agravante, os discursos científicos racistas, perpetuados por longos períodos, posicionaram os sujeitos pretos como supostamente irracionais e desprovidos de inteligência, tornando também este estigma um fator de exclusão desse grupo das universidades (BEST COLLEGES, 2021). Portanto, a luta pela inserção do sujeito preto nas universidades é também uma luta pelo reconhecimento da capacidade racional de indivíduos negros e de sua habilidade potencial de gerar conhecimento e não ocorre sem desafios (OLIVEIRA, 2019).

Deste modo, a construção das universidades na história euro ocidental foi realizada pelas elites, inserindo aqueles que faziam parte dela e excluindo os que não a compunham, criando a condição do privilégio ao acesso universitário. Portanto, todo o sistema universitário foi pensado de brancos para brancos. Transformando a universidade em um lugar de privilégios, da branquitude, de fortalecimento e uso de narrativas europeias e norte-americanas através de seus currículos (OLIVEIRA, 2019).

Para além, ao tentar “democratizar” a universidade, o Estado esquece que os resquícios de leis racistas e o uso contínuo de políticas de admissão discriminatórias ainda excluem desproporcionalmente os estudantes negros. Assim como, esquece que dentro das instituições há uma cultura de exclusão que cria um ambiente pouco acolhedor para esses alunos, onde estes são constantemente lembrados de que ali não é o seu lugar. Devido a isso,

⁶ Do original: “Social deprivation refers in part to a systemic denial of social capital, in which the loose social networks that lubricate one’s daily life through “norms of reciprocity and trustworthiness are differently shaped and available depending on race, gender, and class. Economic disadvantage refers specifically to constraints on how groups of people are able to participate as workers, consumers, and owners. Democratic disqualification refers to the limits placed on the ability of certain citizens to have an equal say in the decisions of the nation or community. These dimensions are mutually reinforcing. The history of social exclusion lays the groundwork for future social exclusion. In this way, social deprivation is the disciplinarian of the trio. It draws the lines of who belongs - in the broad national community and in very particular places - and how they belong there”.

observa-se a persistência dos crimes de ódio contra pessoas não brancas, em particular pessoas pretas, em diversas universidades pelo mundo (BEST COLLEGES, 2021).

Como resultado desse ciclo, no mercado de trabalho as pessoas afrodescendentes ocupam os cargos mais baixos, geralmente de mão de obra, cargos que não necessitam de escolarização elevada, enquanto as pessoas brancas que possuem maior acesso à educação e qualificação, ocupam cargos elevados. Além disso, a mulher afrodescendente sofre uma exclusão muito maior no mercado de trabalho, pois além da cor de sua pele, a condição do gênero também serve como um fator limitativo e excludente do acesso aos cargos das empresas (OLIVEIRA, 2019).

Para diminuir tal discriminação e desigualdade social, surgem as ações afirmativas que buscam promover um equilíbrio. As ações afirmativas, surgem em um momento de redemocratização estadunidense, exigindo que o Estado, além de criar e promover leis antirracistas, ocupasse um papel ativo para a melhoria da condição de vida e oportunidades da população afrodescendente. Como um dos mecanismos para atingir tal equilíbrio social, foi promovido o acesso de afrodescendentes à educação superior, que funcionaria como incentivo para que, ao adquirirem uma formação profissional, alcançassem melhores posições e cargos no mercado de trabalho. Esse modelo dos Estados Unidos foi exportado e passou a ser empregado e reivindicado globalmente pelos movimentos negros de outros países e “as principais áreas contempladas são o mercado de trabalho, com a contratação, qualificação e promoção de funcionários; o sistema educacional, especialmente o ensino superior; e a representação política” (MOEHLECKE, 2002, p. 1999).

No campo de Relações Internacionais essa exclusão também está presente, sendo fácil identificar a presença hegemônica de homens brancos na área, bastando observar quem compõe o quadro de funcionários de importantes organizações e empresas internacionais ou quem são os autores mais estudados na disciplina e até mesmo qual o perfil dos estudantes da área (MORAIS, 2021). Pois, “as Relações Internacionais mostram-se um espaço branco, resultando em um curso com brancos que ensinam em departamentos brancos e publicam em jornais brancos” (VITALIS, 2015, p. 13).

O domínio e o privilégio branco permeiam desde o acesso ao curso, bolsas de estudo, ensino até associações profissionais de RI (ZVOBGO; LOKEN, 2020). Embora esta realidade seja de fácil visualização, a modificação deste fato é extremamente complexa. É complexo alterar tal realidade, pois uma mudança no perfil das pessoas que escrevem e praticam as Relações Internacionais requerem o enfrentamento de um poder hegemônico que tem ciência sobre seus privilégios e não pretende abdicar deles (MORAIS, 2021).

Teorias e práticas tradicionais das Relações Internacionais não dão a devida importância às questões raciais, o que provoca a dificuldade no reconhecimento da importância da diversidade e inclusão de pessoas não brancas na área (ZVOBGO; LOKEN, 2020). Nos Estados Unidos, um dos países com uma considerável presença de estudiosos de Relações Internacionais e uma produção acadêmica significativa nessa área, apenas 8% dos acadêmicos se identificam como negros ou latinos (ZVOBGO; LOKEN, 2020). Já no Brasil, o país mais negro do mundo fora do continente africano, o segundo mais negro do mundo (atrás somente da Nigéria) e último na América a abolir a escravidão, dos concluintes dos 155 cursos nacionais de Relações Internacionais apenas 3,5% declararam-se pretos (MAIA, 2020).

No continente africano, apesar da predominância de pessoas pretas, o que deduz uma maior participação destes na área de Relações Internacionais, a exclusão apresenta-se através da falta de acesso ao ensino e ao sucateamento das universidades públicas. Apesar do grande progresso das Relações Internacionais no continente durante as primeiras décadas de independência até o final dos anos 1980, atualmente o estudo e a prática das Relações Internacionais no continente é afetado pela falta de infraestrutura presente em todas as universidades públicas. Esse problema teve sua origem no continente durante a implementação da política neoliberal nas décadas de 1980 e 1990. Muitos países africanos ainda sofrem as consequências dessa política, que priorizou a diminuição do papel do Estado na oferta de serviços essenciais, como educação, saúde e outros serviços sociais fundamentais, permitindo que as forças de mercado determinarem os serviços, produtos e seus preços, buscando alcançar maior eficiência. Logo, não é prudente esperar soluções adequadas das universidades privadas, uma vez que são essas instituições que estão diretamente envolvidas nas práticas descritas. Além de falharem em fornecer alternativas viáveis, as universidades privadas também restringem o acesso à educação. Para mais, os governos africanos têm alocado recursos orçamentários insuficientes na educação. Enquanto esses problemas persistirem, o acesso ao curso público de Relações Internacionais, por consequência, à área será difícil para os africanos (FASAKIN, 2018).

No que se refere à questão profissional, a *International Studies Association*, que é a principal associação profissional para acadêmicos e profissionais de Relações Internacionais, não possui um departamento de pesquisa ou conselho específico sobre raça. Além disso, estudiosos não-brancos também enfrentam experiências de racismo dentro da ISA e de outras associações profissionais (ZVOBGO; LOKEN, 2020). Em contrapartida, existem associações como a *Black Professionals in International Affairs* que buscam aumentar o envolvimento de afro-americanos e outras pessoas de herança africana em assuntos internacionais (BPIA, s.d.).

Além disso, academicamente, observa-se que parte do problema está relacionado ao fato de que a maioria dos acadêmicos brancos espera que apenas os acadêmicos não-brancos se dediquem à pesquisa e abordagem de questões relacionadas à raça, etnia e estudos de regiões não-ocidentais, o que limita a atuação dos acadêmicos não-brancos dentro da disciplina (ZVOBGO; LOKEN, 2020). E ainda, aqueles que fizeram parte e um dia destacaram-se por seus estudos e colaboração na área, foram esquecidos, como WEB Du Bois, Alain Locke, Ralph Bunche, Rayford Logan e Merze Tate. Tiveram seu papel na formação do campo das Relações Internacionais apagado devido a sua cor mesmo sendo gigantes intelectuais da área (VITALIS, 2015). Porém, é importante destacar aqui que se os acadêmicos não brancos não se interessarem em estudar sobre sua posição e realidade, formular teorias a partir de suas experiências, quem o fará?

Ressalta-se que apesar da fácil visualização, há um vácuo de informação em relação ao perfil dos estudantes e profissionais de RI, em especial aqueles que se declaram pretos, tanto local quanto globalmente, o que dificulta quantificá-los e analisar o que esse número significa, esse vácuo também demonstra o desinteresse por um estudo de tal recorte, reiterando a branquitude como norma. Devido à naturalização da raça branca como superior e sua condição de não precisar ser explicitamente nomeada, não há uma exigência de delinear o perfil desses estudantes e profissionais, uma vez que já temos conhecimento prévio de quem são eles e principalmente qual o tom da sua pele (OLIVEIRA, 2019).

Com tudo, a falta de representatividade e diversidade na academia restringe as vozes e contribuições dos acadêmicos não-brancos, levando a uma compreensão incompleta das Relações Internacionais. Para superar esses desafios, é fundamental promover uma maior inclusão e diversidade nas instituições acadêmicas de Relações Internacionais. Isso implica em proporcionar oportunidades igualitárias para acadêmicos não-brancos, tanto na pesquisa como no ensino, e na incorporação de perspectivas raciais dentro da área de estudo. Pois, restituir, reparar e incluir vozes pretas africanas pode impactar a tomada de decisões ao nível internacional. Para isso, é fundamental que as instituições e organizações, que historicamente excluíram vozes pretas, adaptem-se para promover maior inclusão e diversidade de pensamento ao abordar e analisar questões globais de grande importância.

3. A UNILAB E SEU CURSO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Após a exposição teórica apresentada no capítulo anterior, avançamos da reflexão da teoria para uma análise da realidade do objeto de estudo desta pesquisa. Portanto, entende-se como necessário, primeiramente apresentar a UNILAB e seus precedentes, assim como apresentar o seu curso de Relações Internacionais. Para mais, entende-se como essencial compreender as experiências dos estudantes africanos na cidade e sociedade onde o curso é ofertado. Portanto, o presente capítulo está estruturado em quatro seções: Antecedentes: a política externa do governo Lula para o continente africano; A Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira; O campus dos Malês e O curso de bacharelado em Relações Internacionais da UNILAB.

A primeira seção deste capítulo visa apresentar os precedentes que culminaram no projeto da UNILAB, desta forma, a seção apresenta a evolução das relações entre o Brasil e o continente africano ao longo do tempo, destacando o retorno da política africana durante o governo Lula e a ênfase na cooperação e investimentos no continente africano.

A segunda seção deste capítulo visa apresentar a UNILAB, suas diretrizes e objetivos, os cursos ofertados, destinação das vagas, processo de admissão e outras informações. Apresenta-se em destaque nesta seção, por meio de uma subseção, as políticas de assistência estudantil da UNILAB ofertadas para os estudantes internacionais.

A terceira seção deste capítulo visa apresentar o campus fora de série da UNILAB, o campus dos Malês, onde fica localizado o Curso de Relações Internacionais. Nesta seção também são evidenciadas as experiências dos estudantes internacionais na cidade e sociedade onde o campus está instalado.

Por fim, a última seção deste capítulo visa apresentar o Curso de Relações Internacionais da UNILAB, assim como suas particularidades.

3.1 Antecedentes: a política externa do governo Lula para o continente africano

As Relações entre Brasil e o continente africano podem ser caracterizadas em diversos contextos históricos, tendo em cada um deles diferentes motivações, resultados e desdobramentos. O Brasil e o continente sempre estiveram conectados ao longo da história, os laços entre ambos datam ao descobrimento do novo mundo e ao sistema colonial europeu, quando as ocupações portuguesas invadiram as duas margens do Atlântico (MUNANGA, 2018).

Essa relação marcada pela colonização e escravidão perpetuou-se por cerca de 300 anos até as independências das colônias, no Brasil em 1822 e no continente africano, de forma tardia e longínqua, a partir do ano de 1847. Nesse período as relações entre o Brasil e o continente africano se resumiram ao tráfico de escravos e comércio de produtos, conduzidos pelas metrópoles. Todavia, com o fim do comércio de escravos por volta da metade do século XIX as relações Brasil-África distanciaram-se por um longo período (MUNANGA, 2018).

Após a independência, conforme a política externa brasileira desenvolvia-se e moldava-se, o Brasil concentrava suas relações exteriores na Europa e no continente americano, pois os Estados Unidos adquiriram, no início do século XX, posição de destaque internacionalmente. Esse alinhamento excluiu o continente africano da agenda brasileira, em termos políticos e econômicos, até meados da década de 1960. Da década de 1930 a 1950, o continente africano teve pouca importância para a política externa brasileira, as relações Brasil-África resumiram-se a contatos com a União Sul-Africana no que se referia a negociação devido à concorrência de mercados de café e a preocupação com a competição da produção africana (JORGE, 2018).

O continente africano retorna à agenda da política externa brasileira em 1960, pois com o processo de descolonização africana em avanço devido à independência de dezessete colônias, surgia um novo cenário no continente e uma nova postura brasileira. Ademais, a Política Externa Independente do governo de Jânio Quadros defendia o direito à autodeterminação dos povos, o que culminou no lançamento de uma política africana que apoiava a liberdade dos povos colonizados (JORGE, 2018).

Entretanto, a implantação do regime militar no Brasil trouxe um retrocesso nas relações com o continente africano, pois para os formuladores da política externa brasileira desse período a África se tornava um lugar vulnerável às influências comunistas, no entanto, as relações comerciais foram mantidas. Posteriormente, ainda no regime militar, o governo Médici promoveu a recuperação das relações com o continente africano, reforçada ao longo dos próximos governos militares de Geisel e Figueiredo, respectivamente, tendo em vista a oportunidade de novos mercados para os produtos brasileiros (JORGE, 2018). Na transição para a democracia, o governo Sarney (1985-1990) manteve e aprofundou as relações com o continente africano, destaca-se como principal ação de cooperação nesse período a criação em 1986 da Zona de Paz e Cooperação no Atlântico Sul (SARAIVA, 1998).

Posteriormente, com o final da Guerra Fria e o avanço do processo de globalização, o Brasil reorientou suas diretrizes de inserção internacional substituindo sua matriz de política externa desenvolvimentista pela neoliberal ao final da década de 1980. Tal matriz foi utilizada

na política externa durante os governos Fernando Collor, Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso. A política externa desses governos foi direcionada a buscar uma aproximação com os países desenvolvidos, conseqüentemente, o continente africano, subdesenvolvido, deixou de estar presente na agenda de política externa brasileira (JORGE, 2018).

Depois disso, é apenas a partir do mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010), que se tem o retorno da política africana e o maior fluxo entre as relações Brasil e África nas mais variadas esferas. Com 52.793.364 de votos, Luiz Inácio Lula da Silva foi eleito em 2002 Presidente da República Federativa do Brasil, assumindo o cargo em 1 de janeiro de 2003 (BRASIL, s.d.). Além de ser o primeiro líder de esquerda a chegar à presidência do Brasil, Lula foi o primeiro operário e primeiro civil sem diploma a alcançar o cargo mais importante do país (FOLHA, 2002). Em seu discurso de Posse o então Presidente Pontuou como seu governo agiria no plano internacional

Nossa política externa refletirá também os anseios de mudança que se expressaram nas ruas. No meu Governo, a ação diplomática do Brasil estará orientada por uma perspectiva humanista e será, antes de tudo, um instrumento do desenvolvimento nacional (BRASIL, 2003).

Internamente, Lula tinha como principal meta de governo a diminuição das diferenças sociais, o que serviu como base para as diretrizes da política externa de seu governo e para as ações de inserção do Brasil no cenário internacional (LEITE, 2011). Além disso, o governo Lula também possuía o dilema de conciliar o desenvolvimento e estabilização econômica do país e a promoção de políticas sociais que eram demandadas internamente pelos grupos sociais que o elegeram, dentre eles o movimento negro foi um dos grupos que se destacou ao pressionar o governo reivindicando mais ações afirmativas (TROI TINHO; SILVA, 2017).

Destaca-se que a relação de cobrança do movimento negro brasileiro ao Estado foi uma variável relevante nas mudanças ocorridas na política externa para o continente africano. Portanto, neste momento a política externa configurou-se afirmativa, pois a agenda doméstica que buscava reformas sociais e a promoção de políticas inclusivas para a comunidade afro-brasileira alinhou-se à política externa de cooperação, em especial, com os países do continente africano (TROI TINHO; SILVA, 2017). Logo, o presidente Lula trouxe as relações com o continente africano como prioridade, pois historicamente o movimento negro nacional defendia e exigia essa postura do Estado de aproximação com o continente. Portanto, a pauta africana não vem de um lugar de formulação de política externa brasileira tradicional, ela vem da demanda e luta do um movimento de uma população marginalizada e excluída das pautas

governamentais, tal qual o continente africano era para a política externa brasileira (GALA, 2019).

Desta maneira, de acordo com Lima (2010, p. 83-84)

as políticas do Estado brasileiro durante o governo Lula em relação à promoção da igualdade racial fundaram-se em três eixos de ação: (i) condutas coercitivas contra comportamentos discriminatórios baseadas na lei que criminaliza o racismo; (ii) políticas redistributivas; e (iii) reconhecimento cultural.

Assim, ao incluir o componente racial em sua política externa, o governo de Lula desenvolveu então a racialização da política externa que identifica e aplica a raça como um elemento de construção de solidariedade (GALA, 2019).

Para mais, a política externa do governo Lula tinha como principal característica o multilateralismo, buscava por vários parceiros comerciais e políticos, visando aumentar ainda mais a área de influência do Brasil e promover o seu desenvolvimento interno através das ações internacionais. O âmbito internacional também foi tratado como uma ferramenta para a promoção e alcance da justiça e do desenvolvimento social, o Brasil passou a exercer relações baseadas na solidariedade entre os povos. A diplomacia do governo Lula apresentava uma postura mais assertiva, mais enfática, buscando a defesa da soberania nacional e dos interesses nacionais, assim como a busca de alianças privilegiadas no Sul Global. Dentro dessa realidade, um dos grandes destaques da política externa do governo Lula foi a cooperação com os países africanos (GALA, 2019).

Posto isso, a política externa do governo Lula para o continente africano caracterizou-se como afirmativa, pois percorreu juntamente e com a mesma articulação em que o continente africano inseria-se nas políticas do governo na luta contra o racismo, em ambas agendas o continente africano apresentou-se de forma semelhante e de forma prioritária, ambas agendas complementam-se (GALA, 2019).

Em um discurso durante o Painel de Alto Nível da XII Reunião da Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD) em Acra, capital de Gana, em 21 de abril de 2008 o então Presidente Lula pontuou que

A cooperação com a África é prioritária para o Brasil. Nossa principal meta é garantir um desenvolvimento equilibrado e integral, em benefício das populações dos nossos países. Trata-se de relacionamento estratégico. Temos clara compreensão da importância do diálogo e do desenvolvimento de parcerias com os países africanos. Nosso relacionamento contribui para enriquecer e diversificar nossa inserção conjunta no sistema internacional (LULA, 2008).

Nessa perspectiva, a cooperação Sul-Sul apresenta-se como uma tentativa dos Estados colonizados buscarem a mudança de uma ordem formulada pela colonização, como pontua Milani (2018, p. 386) “há quase uma contemporaneidade entre cooperação sul-sul, relações sul-sul no sentido mais amplo, e os esforços de manutenção de uma lógica de dominação e de controle por parte das antigas potências coloniais em relação a suas antigas colônias”. Portanto, a promoção da cooperação Sul-Sul pelo Governo Lula tinha como finalidade principal aprofundar as relações com potências emergentes, como os países africanos. Pois, a base dessa afirmação é a percepção de que esses países têm características semelhantes às do Brasil, o que explica as prioridades da agenda brasileira na época (aproximação com países emergentes e a especial solidariedade com o continente africano) nas quais, Lula associou princípios éticos e interesse nacional (GALA, 2019). Outrossim, sempre que questionado sobre a reaproximação do Brasil com o continente africano, Lula sempre salientava a necessidade de “quitar” a dívida histórica brasileira com o continente africano, utilizando-se continuamente da narrativa de proximidade cultural entre os dois países (GALA, 2019).

Portanto, foi a partir do mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que se observou o retorno da política africana, em que o Brasil procurou aproximar-se e estreitar laços com o continente africano nas mais variadas esferas. Com tal perspectiva para a condução da política externa brasileira, pode-se identificar no governo Lula uma mudança insigne na óptica da política externa brasileira para com o continente africano, que anteriormente era pautado apenas em relações comerciais onde o continente era visto como apenas fornecedor de matéria-prima. Além disso, o momento em questão era propício, em razão de que o continente africano vivia nos anos 2000 um momento de melhora, procurando se reajustar no cenário internacional, após intensos períodos de instabilidade econômica e política. Assim, o continente africano empenhava-se nos processos de ampliação da democratização dos sistemas políticos e de abertura econômica (GALA, 2019).

Com esse cenário positivo, Lula e o Chanceler Celso Amorim realizam visitas a vários países africanos entre os anos de 2003 e 2006, com intuito de fortalecer os laços com o continente africano. Por conseguinte, as visitas de Lula culminaram na abertura de numerosas embaixadas no continente africano, além de terem sido muito importantes para as relações entre os dois países (GALA, 2019).

A partir daí, deu-se o estabelecimento de programas e projetos no continente, como também a cooperação e investimentos na região. Posto isto, a cooperação e os investimentos do Brasil no continente africano ocorreram de vários modos, envolvendo tanto o governo federal quanto empresas privadas, sob a forma de assistência técnica, investimento direto ou

empréstimos governamentais. Além de ser canalizada por meio de contribuições para instituições multilaterais e pela via de acordos trilaterais, bilaterais e regionais, abrangendo em especial as áreas técnica, educacional, financeira e humanitária (SCHLESINGER, 2013, p.7). Surgiram então, uma série de programas de cooperação entre o Brasil e os países do continente africano, um deles, buscando a internacionalização do ensino superior, foco da presente pesquisa, a Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira.

Em suma, o projeto da UNILAB resulta da convergência de três diferentes eixos das políticas públicas. O primeiro é o Programa de Apoio a Planos de Expansão e Reestruturação de Universidades Federais- REUNI (2007-2012). O segundo são as políticas afirmativas de promoção da igualdade racial e combate ao racismo. E o terceiro é a política externa brasileira, que buscou estabelecer novas aproximações diplomáticas, econômicas e de cooperação com os países do Sul Global (DE LUCCA; BUTI, 2021).

Embora a internacionalização do ensino superior seja uma dimensão fundamental das atividades desenvolvidas pela UNILAB, são os dois últimos eixos, relacionados às dinâmicas afro-brasileiras, que destacam sua singularidade em relação às outras Instituições Federais de Ensino Superior (DE LUCCA; BUTI, 2021).

3.2 A Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

A internacionalização do ensino superior não é uma ideia recente ou contemporânea. O deslocamento de pessoas para diferentes partes do mundo em busca de conhecimento adicional está enraizado na própria essência da educação superior, instituições da antiguidade e medievais atraíam pessoas de grandes distâncias para aprofundarem seus conhecimentos. Tanto no passado quanto no presente, as influências transnacionais e interculturais têm um impacto direto nas principais missões da educação superior, sendo a criação, disseminação e aplicação do conhecimento. Portanto, a internacionalização desempenha um papel relevante nas funções essenciais do ensino superior (HUDZIK, 2015). A partir da segunda metade do século XX, a internacionalização das instituições de ensino surge como uma resposta tanto à globalização econômica quanto aos avanços tecnológicos nas áreas de comunicação e transporte. Essa tendência reflete a necessidade de adaptação e interconexão das instituições de ensino com o cenário global, possibilitando uma maior troca de conhecimentos e experiências em um contexto cada vez mais interligado (QIANG, 2003).

Já nos últimos trinta anos, a internacionalização do ensino superior passou por uma transformação significativa, abrangendo mudanças em sua própria concepção, podendo ser dividida de duas formas. O primeiro formato, internacionalização no exterior, refere-se à

abordagem tradicional que envolve a mobilidade acadêmica, a atração de estudantes internacionais, o estabelecimento de redes e a realização de eventos internacionais, entre outros aspectos. O segundo formato evoluiu além do ensino de línguas estrangeiras e estudos de área, para currículos que incorporam perspectivas internacionais, globais, interculturais e comparativas ao processo de ensino-aprendizagem (KNIGHT, 2021).

As universidades, ao contrário de outros atores não-centrais das Relações Internacionais, possuem uma dimensão intrínseca de internacionalização. Elas desempenham um papel fundamental na atração de estudantes, pesquisadores e professores internacionais, além de se envolverem em atividades econômicas em rede, sediarem eventos internacionais e promoverem a divulgação científica em âmbito global. Essas características ressaltam a natureza internacional das universidades e sua participação ativa na cena internacional. No contexto brasileiro, essas funções correspondem ao tripé do ensino superior, que engloba pesquisa, ensino e extensão. Assim, o debate sobre a internacionalização em todas essas áreas se torna fundamental (ALMEIDA, 2022).

Nessa perspectiva, a UNILAB foi desenvolvida baseada nos princípios de cooperação solidária entre os povos, é um projeto de uma universidade no Brasil alinhada à integração com o continente africano, principalmente com as nações que integram a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (UNILAB, 2016). Com foco na cooperação internacional e comprometido com a interculturalidade, a cidadania e a democracia nas sociedades, a UNILAB baseia suas ações no intercâmbio acadêmico e solidário (UNILAB, 2016).

Em outubro de 2008, foi criada a Comissão de Implantação da UNILAB, responsável por desenvolver e organizar o planejamento institucional, tendo a frente como presidente o professor Paulo Speller, que se tornaria o primeiro reitor da universidade (UNILAB, 2016).

Em 20 de julho de 2010, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva sancionou a Lei 12.289 que criava a Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Figura 1), 14ª universidade pública de seu governo.

Figura 1- Lula sanciona lei que cria a Universidade Luso-Afro-Brasileira



Fonte: Ministério da Educação, 2010.

De acordo com sua Lei de Criação

a Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira tem como missão institucional específica formar recursos humanos para contribuir com a integração entre o Brasil e os demais países membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), especialmente os países africanos, bem como promover o desenvolvimento regional e o intercâmbio cultural, científico e educacional (BRASIL, 2010).

A UNILAB dentro da perspectiva da cooperação Sul-Sul, surge baseada na ideia de que os outros países, que não do eixo norte, articulem-se e criem ações de cooperação baseados em igualdade e solidariedade, e não propriamente em objetivos de desenvolvimento, desenvolvimento esse que em muitas relações são baseados em exploração e neocolonização. A UNILAB surge sob essa perspectiva com enfoque em construir novas relações acadêmicas com países do continente africano (GOMES; VIEIRA, 2013).

Esse projeto tem como foco os países africanos, apresentando uma abordagem epistemológica decolonial/pós-colonial e contra-hegemônica. A UNILAB defende a diversidade de temas e abordagens, promovendo a produção de conhecimento por meio de espaços periféricos e atores também periféricos. O objetivo da UNILAB é criar um tecido de saberes que valorize a pluralidade e seja construído a partir de perspectivas não dominantes (MONTEIRO; LIMA, 2021).

A universidade foi instalada inicialmente no município de Redenção no Ceará, escolhida por ser a primeira cidade a abolir a escravidão no Brasil, cinco anos antes da Lei Áurea, e depois em São Francisco do Conde na Bahia. Localizados, não ao acaso, no eixo nordeste do país, zona priorizada para o desenvolvimento das ações internas do governo Lula.

As atividades letivas tiveram início em 25 de maio de 2011, justamente no Dia de/da África. (UNILAB, 2016).

Atualmente a UNILAB possui quatro unidades, são elas: Campus Da Liberdade (Sede Administrativa); Campus Das Auroras; Unidade Acadêmica Dos Palmares e o Campus Dos Malês. Os seis institutos que a universidade possui estão distribuídos da seguinte forma:

Quadro 1 - Distribuição dos Institutos da UNILAB

Instituto de Ciências Exatas e da Natureza Sediado na Unidade Acadêmica Palmares, na cidade de Acarape – CE
Instituto de Ciências da Saúde Sediado na Unidade Acadêmica Palmares, na cidade de Acarape – CE
Instituto de Ciências Sociais Aplicadas Sediado no Campus da Liberdade, na cidade de Redenção – CE
Instituto de Desenvolvimento Rural Sediado no Campus da Liberdade na cidade de Redenção – CE
Instituto de Desenvolvimento Rural Sediado no Campus da Liberdade na cidade de Redenção – CE
Instituto de Humanidades e Letras Sediado no Campus da Liberdade, na cidade de Redenção – CE, mas atuando também no Campus dos Malês em São Francisco do Conde – BA

Fonte: Elaboração própria baseada nas informações da universidade.

Os cursos da universidade têm foco preferencial em áreas estratégicas de interesse do Brasil e dos países africanos. A UNILAB oferece cursos de graduação nas modalidades de bacharelado e licenciatura. Oferece também cursos híbridos de caráter interdisciplinar que podem envolver uma dupla formação nas duas primeiras modalidades (UNILAB, 2016). Os cursos de graduação na forma presencial que a UNILAB oferece atualmente são:

Quadro 2: Cursos ofertados pela UNILAB

Administração Pública
Agronomia
Antropologia
Bacharelado em Humanidades
Ciências Biológicas – Licenciatura
Ciências da Natureza e Matemática
Ciências Sociais
Enfermagem

Engenharia de Computação
Engenharia de Energias
Farmácia
Física
História
Letras – Língua Portuguesa
Letras – Língua Inglesa
Matemática – Licenciatura
Pedagogia – Licenciatura
Química – Licenciatura
Relações Internacionais
Sociologia – Licenciatura

Fonte: Elaboração própria baseada nas informações da universidade.

Para mais, a UNILAB oferece cursos de pós-graduação *Lato Sensu* – Especialização na forma a distância (EaD) a saber:

Quadro 3: Cursos de pós-graduação *Lato Sensu*

Gestão Pública
Gestão Pública Municipal
Gestão em Saúde da Família
Gestão de Recursos Hídricos, Ambientes e Energéticos
Gênero, Diversidade e Direitos Humanos
Literaturas Africanas de Língua Portuguesa
Ciências é 10 – Ensino de Ciências: Anos Finais do Ensino Fundamental
Metodologias Interdisciplinares e Interculturais para o Ensino Fundamental e Médio



Fonte: Elaboração própria baseada nas informações da universidade.

Por fim, os cursos de pós-graduação *Stricto Sensu* – Mestrado na forma a Distância que a UNILAB oferece atualmente são:

Quadro 4: Cursos de pós-graduação *Stricto Sensu*

Mestrado Acadêmico em Sociobiodiversidade e Tecnologias Sustentáveis – MASTS
Mestrado Interdisciplinar em Humanidades – MIH
Mestrado Acadêmico em Enfermagem – MAENF
Programa de Mestrado em Antropologia UFC-UNILAB
Mestrado Profissional em Matemática em Rede Nacional – PROFMAT
Mestrado Acadêmico em Estudos da Linguagem
Mestrado Acadêmico em Energia e Ambiente
Mestrado Profissional em Ensino e Formação Docente (associação com IFCE)

Fonte: Elaboração própria baseada nas informações da universidade.

No que se refere aos recursos financeiros, segundo informações institucionais a UNILAB é financiada pelo Governo Federal do Brasil, através do Orçamento Geral da União, além de receber recursos provenientes de agências de fomento à formação universitária e à pesquisa, como Capes, CNPq, Funcap, Fapesb entre outras (UNILAB, 2016).

O processo de admissão para os cursos de graduação na UNILAB segue um sistema de seleção que reserva 50% das vagas para brasileiros por meio do Sistema de Seleção Unificada, do Ministério da Educação. Desse percentual, 25% são destinados a candidatos cotistas, que seguem critérios específicos para aprovação. Os outros 50% das vagas são reservados para estudantes internacionais, cuja seleção é feita por meio da avaliação do histórico escolar do ensino médio e uma prova de redação, realizadas nos respectivos países de origem (UNILAB, 2013). O Itamaraty apoia o processo seletivo dos estudantes internacionais, executado pelas embaixadas brasileiras nos países cooperantes. Os estudantes internacionais realizam uma prova de conhecimentos gerais, matemática e redação, bem como, após a aprovação, apresentam uma série de documentos para a conclusão da admissão

na universidade. A UNILAB também oferece vagas a indígenas e quilombolas, seguindo as diretrizes de ações afirmativas do ensino superior brasileiro (UNILAB, 2016).

Tendo em vista que em seus países de origem muitos desses jovens enfrentam diversos desafios para ingressar nas universidades nacionais devido a uma série de fatores, como a escassez de vagas disponíveis ou outras questões que excluem uma grande parcela dos jovens do acesso às instituições de ensino superior. Nesse contexto, a UNILAB emerge como uma alternativa mais inclusiva e acessível ao ensino superior (SILVA; SOUZA; BERTHILLON, 2021). Ainda além, ao acolher estudantes negros, indígenas, quilombolas e, principalmente, ao promover a internacionalização, a UNILAB se estabeleceu como a primeira iniciativa de ação afirmativa no Brasil voltada para o atendimento de africanos (SOUZA, 2019). Atualmente, a maioria dos estudantes na UNILAB são negros, representando 85% da comunidade discente. Dessa forma, a universidade, em sua concepção, pode ser considerada uma política social que visa atender grupos historicamente excluídos e marginalizados (SOUZA, 2019), promovendo uma internacionalização solidária em contraposição à internacionalização tradicional baseada na competição e no mercado globalizado (MOROSINI, 2011).

No ano de 2013 o presidente Lula recebeu o título de Doutor Honoris Causa da UNILAB e em seu discurso enfatizou que

A criação da UNILAB foi um marco histórico no processo de integração de culturas diversas, espalhadas pelos continentes e unidas pelo uso do português como idioma oficial [...] Simbolicamente, mas também com um sentido muito prático, alcançamos com a UNILAB o mais elevado patamar dessa integração. Aqui se elabora um patrimônio comum de conhecimento, que será compartilhado com as populações dos países de onde provêm nossos professores e estudantes. Aqui estamos construindo o futuro. Um futuro que será de paz, justiça social, democracia e progresso para nossos povos (LULA, 2013).

No entanto, segundo informações coletadas em entrevistas, as tempestades políticas dos últimos anos no país prejudicaram e colocaram a UNILAB em um estado de incerteza. O descaso e projeto de desmonte da educação superior pública como um todo, agravado com a mudança na política externa brasileira, anteriormente direcionada ao Sul Global que se desviou em direção ao Norte, resultando em um desengajamento diplomático do Brasil com os países africanos, do último governo foram desastrosos para a continuidade do projeto da universidade, principalmente no que se refere ao seu financiamento. Porém, espera-se que com o retorno do governo que a instituiu e que possui uma política externa africana como característica, a UNILAB possa erguer-se novamente.

Com tudo, a UNILAB representa um progresso na política brasileira de cooperação e

internacionalização do ensino superior, se traduz na internacionalização da educação superior sendo utilizada como instrumento de política externa brasileira para o desenvolvimento não somente do povo brasileiro, mas do povo africano. A UNILAB é uma instituição contra hegemônica que busca a modificação do *status quo* (UNILAB, 2016). Portanto, a UNILAB é um projeto ambicioso e complexo, que promove uma cooperação nunca localizada antes nas relações entre o Brasil e o continente africano.

3.2.1 As políticas de assistência estudantil para os estudantes internacionais

Para além da oportunidade, faz-se essencial compreender quais as condições oferecidas para esses estudantes internacionais estabelecerem-se, manterem-se e completarem sua jornada acadêmica com sucesso e excelência, pois, a migração, nesse sentido, representa um percurso repleto de oportunidades, ao mesmo tempo, em que traz consigo incertezas e desafios que afetam a vida desses jovens e da sociedade à qual eles se integram (JORGE; SILVA; ALMEIDA, 2022).

Discutir a questão da permanência no contexto universitário vai além da simples assistência material e financeira fornecida pela instituição. Envolve a análise de como o cotidiano, as experiências, as dificuldades e os desejos desses estudantes influenciam sua capacidade de se manter na universidade. Dentro do âmbito da permanência universitária, podemos explorar dois aspectos distintos: a permanência material e a permanência simbólica. A primeira diz respeito aos recursos materiais e financeiros necessários para que o estudante possa se manter na universidade, enquanto a segunda está relacionada ao processo de adaptação e assimilação dos códigos e normas acadêmicas (SANTOS, 2009).

No caso dos estudantes internacionais da UNILAB (mais especificamente do campus Malês) a ênfase na permanência material se sobressai, porém, nas entrelinhas, questões relacionadas à permanência simbólica também surgem nos relatos. Eles expressam a saudade dos familiares do outro lado do oceano, as conexões afetivas e, ocasionalmente, os desafios enfrentados no desenvolvimento da expressão escrita (JORGE; SILVA; ALMEIDA, 2022).

Na UNILAB, as ações da política de assistência estudantil são ordenadas pela Pró-Reitoria de Políticas Estudantis e Afirmativas, seguindo os objetivos do Programa Nacional de Assistência Estudantil, estabelecidos pelo decreto n.º 7.234, de 19 de julho de 2010. Dentro da UNILAB, as ações de assistência estudantil do PNAES são implementadas em dois eixos estratégicos: assistência estudantil e ações afirmativas (UNILAB, 2016).

As políticas e ações de acompanhamento e assistência estudantil pretendem principalmente proporcionar condições favoráveis para que os estudantes possam se dedicar

aos estudos, concentrando-se no aprendizado e no conhecimento científico oferecido pela universidade. Para além, visam promover a democratização das oportunidades de permanência dos jovens na educação superior pública federal, reduzir as desigualdades sociais e regionais que afetam a permanência e conclusão dos estudos, diminuir as taxas de retenção e evasão, e contribuir para o avanço da inclusão por meio da educação (UNILAB, 2016).

Para isso, na UNILAB são disponibilizados auxílios por meio do PNAES. Esses auxílios são destinados aos estudantes regularmente matriculados nos cursos de graduação, desde que atendam aos requisitos estabelecidos nos editais específicos. As modalidades de auxílio incluem alimentação, transporte, moradia, apoio social, emergencial e instalação (UNILAB, 2013).

O auxílio moradia tem como objetivo assegurar condições adequadas de residência aos estudantes cujas famílias residem longe do campus onde estão matriculados em cursos presenciais. Esse auxílio é destinado aos estudantes que moram fora da área urbana dos municípios dos campi ou enfrentam dificuldades de acesso devido à falta de transporte regular, distância ou outros fatores comprovados por documentação pertinente. O auxílio instalação visa apoiar os estudantes beneficiários do auxílio moradia na aquisição de móveis, eletrodomésticos e utensílios domésticos essenciais para estabelecer uma residência fixa. O auxílio-transporte tem como objetivo complementar as despesas com transporte do estudante da sua residência até o campus onde estuda. O auxílio-alimentação visa complementar a alimentação do estudante. O auxílio social é concedido para apoiar estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica significativa na sua permanência na universidade, quando os auxílios moradia e instalação não se aplicam. E o auxílio emergencial trata-se de um auxílio eventual e temporário, concedido de forma excepcional, enquanto persistir a emergência, aos estudantes que se encontram em extrema vulnerabilidade socioeconômica que coloque em risco sua permanência na universidade (UNILAB, 2016).

O acesso aos auxílios está disponível para todos os estudantes dos cursos de graduação presenciais da UNILAB, nacionais e internacionais que comprovam, de acordo com a legislação brasileira, condição de vulnerabilidade socioeconômica. O programa é regido por um edital específico administrado pela PROPAE (UNILAB, 2016).

Para além, com foco nos estudantes internacionais, o Projeto Travessia tem como objetivo oferecer suporte aos estudantes internacionais durante sua transição para o Brasil. O acompanhamento começa desde o momento em que o aluno demonstra interesse na universidade, fornecendo informações sobre o processo seletivo e a documentação necessária (incluindo a tramitação de visto, por exemplo), até o acolhimento no novo ambiente. O

projeto visa garantir uma transição tranquila e bem-sucedida para os estudantes internacionais (UNILAB, 2013). Nesse sentido, a UNILAB possui também o Programa de Acolhimento e Integração ao Estudante (PAIE) que é uma iniciativa de tutoria estabelecida em 2014, com o propósito de acompanhar e orientar os estudantes internacionais em sua chegada à UNILAB, bem como facilitar sua adaptação e integração na vida acadêmica. O programa tem como objetivo principal contribuir para a integração acadêmica e cultural dos estudantes internacionais. São selecionados por meio de um processo seletivo estudantes de graduação da Unilab que desenvolvem atividades de acompanhamento e integração dos estudantes internacionais ingressantes (UNILAB, 2016).

Entretanto, ao concentrar-se apenas nas necessidades básicas dos estudantes por meio do Programa de Assistência Estudantil, a prática de assistência social não reflete as particularidades dos estudantes presentes na instituição. É necessário criar novas abordagens de serviço social que reconheçam outras experiências, valores, identidades e formas socioculturais da comunidade negra. Para estudantes internacionais, as bolsas do PAES são ainda mais essenciais, uma vez que eles não contam com uma rede de apoio familiar durante momentos desafiadores e enfrentam maiores dificuldades para encontrar emprego, especialmente nas áreas rurais onde a UNILAB está localizada. Além da escassez de recursos, alguns estudantes internacionais também são responsáveis por enviar remessas financeiras para suas famílias em seus países de origem, o que adiciona uma preocupação adicional em seu cotidiano (SOUZA, 2019).

Ainda além, é importante frisar que os estudantes internacionais enfrentam a realidade da distância em relação a seus familiares e amigos que permanecem em seus países de origem. O que significa que sua experiência abrange não apenas o local onde eles residem atualmente, mas também o lugar que deixaram para trás. Essa dualidade de pertencimento e a vivência da saudade e da nostalgia se entrelaçam na jornada desses estudantes, impactando sua adaptação e bem-estar emocional enquanto buscam construir uma nova vida e realizar seus estudos em um ambiente culturalmente diferente (JORGE; SILVA; ALMEIDA, 2022).

Com tudo, observa-se de modo geral que é extremamente difícil para os estudantes internacionais, sua maioria provenientes de famílias de baixa renda, mesmo com os auxílios da assistência estudantil, suprirem suas necessidades básicas e cumprir com os compromissos mensais de sua permanência, como aluguel, energia, água, alimentação, produtos de higiene e lazer, entre outros (JORGE; SILVA; ALMEIDA, 2022).

Então, de fato, pode-se afirmar que assegurar a permanência desses estudantes é um desafio significativo, especialmente levando em consideração a natureza específica do projeto

da UNILAB. Isso requer uma abordagem que considere as trajetórias individuais desses estudantes e as diversas experiências que uma universidade interiorizada e internacionalizada abarca (JORGE; SILVA; ALMEIDA, 2022).

Por fim, ressalta-se que a assistência estudantil é crucial não apenas para garantir a permanência dos estudantes internacionais na UNILAB, mas também para viabilizar a conexão entre as duas margens do Atlântico, um aspecto fundamental de seu projeto, pois sem eles não há conexão (DE LUCCA; BUTI, 2021).

3.3 O campus dos Malês

O Campus dos Malês (Figura 2) é o campus fora de sede da UNILAB, o último a ser criado, suas atividades presenciais tiveram início em maio de 2014. Com aproximadamente 95% de sua comunidade estudantil composta por estudantes negros, o campus tem suas atividades curriculares voltadas prioritariamente para questões étnico-raciais, africanas e diaspóricas (DE LUCCA; BUTI, 2021).

Figura 2: Fachada da UNILAB em São Francisco do Conde



Fonte: UNILAB, 2014.

O Campus dos Malês fica localizado na cidade de São Francisco do Conde, na Bahia, a quase 80 km de Salvador, capital do estado. São Francisco do Conde, município do Recôncavo Baiano, está localizado na porção norte da Baía de Todos os Santos, tem 37.892 habitantes, segundo a prévia do Censo IBGE 2022. E é o município de maior população negra declarada do Brasil, com mais de 90% (DE LUCCA; BUTI, 2021).

São Francisco do Conde, cuja origem urbana remonta aos primeiros tempos da colonização portuguesa nas Américas, sempre teve uma relação íntima com a capital, as cidades vizinhas e os núcleos agrícolas rurais. Ao longo da história, essa região foi

caracterizada pela exploração da mão de obra escravizada, pelo domínio de grandes propriedades de terra e pela monocultura da cana-de-açúcar. Durante a primeira metade do século XIX, foi um local importante de resistência e luta pela liberdade, desempenhando um papel significativo nas guerras de independência do Brasil contra Portugal. Mais tarde, tornou-se o epicentro das rebeliões de escravos contra o regime opressivo imposto pelos senhores de engenho. Neste solo houve várias revoltas de escravos ao longo dos anos, a mais famosa ocorreu em 1835, conhecida como a Revolta dos Malês, cujo iniciou-se na capital e tinha o objetivo de se espalhar pelo Recôncavo (DE LUCCA; BUTI, 2021).

Através de seu contexto histórico, o Recôncavo se destaca pela significativa presença da influência africana, despertando interesse e sendo alvo de relevantes estudos sobre a diáspora e as dinâmicas raciais. Portanto, ao adotar o nome Malês para um de seus campi, a UNILAB apresenta-se como um espaço de memória, buscando trazer à atualidade a história da resistência africana na Bahia (DE LUCCA; BUTI, 2021).

Ressalta-se que o estabelecimento do campus dos Malês no município também foi fruto do empenho das autoridades locais. A atuação de Rilza Valentim, a primeira prefeita negra da cidade, foi essencial nas negociações com o Ministério da Educação para possibilitar a criação de um campus da UNILAB em São Francisco do Conde. Ela tinha um plano abrangente de desenvolvimento urbano em conjunto com a universidade. No entanto, infelizmente, seu falecimento em 2016 interrompeu a continuidade do projeto (DE LUCCA; BUTI, 2021).

Nesse sentido, quando o campus dos Malês foi estabelecido, o município não estava preparado em termos de infraestrutura para receber a universidade, nem novos moradores, também não houve uma campanha de conscientização para explicar aos residentes sobre a chegada dos estudantes, principalmente os internacionais, e sobre o projeto da universidade. O desconhecimento acerca da universidade inclusive faz com que alguns moradores da cidade acreditem que a UNILAB é uma universidade apenas para pessoas de origem africana (DE LUCCA; BUTI, 2021).

Como o campus não possuía um espaço próprio, inicialmente, um prédio escolar municipal foi cedido temporariamente, enquanto a construção de novos prédios estava em andamento. No entanto, as obras nunca foram concluídas, portanto, o campus permaneceu no pequeno edifício. À medida que novas turmas eram matriculadas, as instalações cedidas pela prefeitura se tornaram insuficientes, superlotadas e precárias. Para contornar esse problema, as aulas começaram a ser realizadas em salas cedidas por escolas públicas, porém mais distantes e durante o período noturno. Essa solução acabou por apresentar-se como um novo

obstáculo, pois ela apresentava a necessidade de transporte para estudantes e professores, além do fato de uma das escolas ter sido alvo de dois assaltos organizados, gerando insegurança para aqueles que precisavam frequentar o espaço (DE LUCCA; BUTI, 2021).

Em relação à finalização das obras, no dia 25/05/2023, a Administração Superior da UNILAB comunicou à comunidade acadêmica que o Termo de Execução Descentralizada n.º 12282 foi oficialmente cadastrado no Sistema Integrado de Monitoramento, Execução e Controle pela Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação. O cadastro marca o início do processo para que a UNILAB receba o crédito orçamentário necessário para retomar as obras no Campus dos Malês, após anos de intensas negociações, com o Ministério da Educação quanto à necessidade de investimentos na infraestrutura do Campus dos Malês. Posteriormente à aprovação do plano de trabalho, o ministro da Educação, Camilo Santana, e o reitor da UNILAB, Roque Albuquerque, assinarão o Termo, que estabelecerá as diretrizes para a realização, recursos, controle e prestação de contas do projeto. Entretanto, a Reitoria ressaltou que há um longo caminho a percorrer antes que as obras sejam efetivamente retomadas, devido ao compromisso em cumprir as exigências legais que regem o uso de recursos públicos. No entanto, o primeiro passo rumo a esse objetivo foi dado (QUEIROZ, 2023).

O Campus dos Malês, através do Instituto de Humanidades e Letras oferece seis cursos presenciais, são eles: Bacharelado Interdisciplinar em Humanidades, Relações Internacionais, Ciências Sociais, História, Pedagogia e Letras (DE LUCCA; BUTI, 2021).

A maioria dos estudantes matriculados nesses cursos provém principalmente do Recôncavo e dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa, embora também existam estudantes de outras regiões da Bahia e do Brasil, em menor proporção. Ainda que o projeto da UNILAB reserve 50% das vagas para estudantes internacionais, essa meta nunca foi alcançada. No entanto, o campus ainda conta com uma significativa presença de estudantes africanos (DE LUCCA; BUTI, 2021).

No primeiro semestre de 2020, o campus dos Malês contava com 45 servidores técnico-administrativos, além de 10 profissionais terceirizados, o campus abrigava 1.087 estudantes, sendo destes 282 de origem africana, 90 professores, sendo 14 professores internacionais, não apenas dos PALOP, mas também de outros países, como Colômbia, Cuba, Espanha, Itália, Portugal e República Democrática do Congo. É importante destacar que, embora a UNILAB tenha se empenhado em promover o protagonismo afro-brasileiro, nunca foram lançados editais com cotas étnico-raciais nos concursos para professores (DE LUCCA; BUTI, 2021).

Os projetos pedagógicos curriculares (PPCs) adotam abordagens críticas, interdisciplinares e interseccionais, em diálogo com as teorias antirracistas e as epistemologias do Sul. Desde os primeiros semestres, os estudantes do Bacharelado em Humanidades têm contato com a história da África, a Revolução Haitiana e a Revolta dos Malês, além de se aproximarem de autores como Frantz Fanon, Amílcar Cabral, Lélia Gonzalez e Abdias Nascimento. Para mais, os projetos de pesquisa e extensão desenvolvidos no campus refletem essa abertura curricular, incentivando os estudantes a se engajarem em temas de seu interesse, frequentemente relacionados aos contextos africanos e do Recôncavo (DE LUCCA; BUTI, 2021).

No campus dos Malês, a internacionalização do ensino superior mostra-se evidente especialmente por meio da presença dos estudantes internacionais. Essa presença fortalece o currículo oferecido, que aborda temáticas transnacionais, com enfoque nos estudos africanos, na diáspora e nas relações étnico-raciais. Além disso, a imigração temporária desses estudantes altera o ambiente local, introduzindo novas línguas, conhecimentos e modos de vida no ciclo universitário e no município. Dentro do campus, prevalece uma postura acolhedora e sem preconceitos em relação às pessoas, ideias e artigos provenientes do continente africano. No entanto, em São Francisco do Conde, a recepção aos estudantes africanos é outra. Esse fenômeno não é exclusivo da cidade e já foi observado em outros momentos e lugares do país, o que evidencia que a discriminação enfrentada por esses estudantes está enraizada duplamente no racismo estrutural: eles são pessoas pretas e também internacionais originários do continente africano (DE LUCCA; BUTI, 2021).

Ao ingressarem na UNILAB, os estudantes internacionais de origem africana passam por uma transformação e se redescobrem como africanos. Essa identidade é reforçada pelo tratamento burocrático uniforme oferecido pela instituição, bem como pelas expressões culturais através das quais os estudantes recriam e reinventam, fora do continente, um senso próprio e compartilhado de africanidade. No entanto, alguns estudantes questionam a generalização dessa categoria, assim como a centralidade dada à “relação entre Brasil e África” na UNILAB, argumentando que esses termos não deveriam ser tratados como equivalentes, o primeiro sendo um país e o segundo um continente inteiro. De qualquer forma, a categoria de “estudantes africanos” abrange não apenas um coletivo multinacional associado aos PALOP, mas também um grupo multilíngue e multiétnico. Porém, os jovens que chegam para estudar no campus dos Malês não presenciaram as lutas pela libertação em seus países nem vivenciaram a formação dos Estados pós-coloniais. Eles pertencem a uma geração que

creceu durante a era da globalização neoliberal pós-Guerra Fria que por vezes desconhecem essa luta racial e anticolonial (DE LUCCA; BUTI, 2021).

Em obstáculo a este ingresso, os custos do deslocamento para o Brasil, que são responsabilidade dos estudantes, juntamente com a divulgação limitada dos processos seletivos nos países parceiros, concentrada nas embaixadas brasileiras nas capitais dos PALOP, são fatores que contribuem para a exclusão de candidatos africanos que residem em áreas rurais de seus países (DE LUCCA; BUTI, 2021).

Para mais, as pesquisas realizadas pelos estudantes do campus Malês sobre a imigração estudantil revelam que, em geral, a chegada em São Francisco do Conde é percebida pelos estudantes internacionais como um processo desafiador. Eles deixam seus países por diversos motivos, muitas vezes devido a dificuldades em continuar o ensino superior em seus locais de origem, instabilidade política e econômica, oportunidades de estudar no exterior e interesse no projeto curricular da UNILAB (DE LUCCA; BUTI, 2021). Além disso, os estudantes vêm para o Brasil acreditando na ideia de democracia racial com base em imagens globalizadas e festivas projetadas pelo futebol, carnaval e novelas. No entanto, ao chegarem em uma cidade pequena e humilde no interior da Bahia, suas expectativas são frustradas (BENDO; IÉ, 2016).

Esses mesmos estudantes enfrentam dificuldades ao procurar por moradias e negociar preços justos de aluguel na cidade. Reclamações frequentes incluem que as casas estão sempre em más condições, além de relatos de que os proprietários não confiam nos africanos e cobram preços exorbitantes. Corroborando essas afirmações, um estudo realizado revelou que a presença da UNILAB aumentou os valores do mercado informal de aluguéis na cidade (SUMBA, 2019). Portanto, devido à escassez de imóveis adequados e aos altos preços de aluguel, a solução encontrada pelos estudantes internacionais é compartilhar uma mesma residência em grupos de 3 a 6 pessoas, dividindo os espaços para economizar a bolsa-auxílio que recebem do governo brasileiro como parte da política de assistência estudantil na UNILAB (DE LUCCA; BUTI, 2021).

Ainda que essa bolsa-auxílio seja de um valor pequeno, ela também gera tensões dentro do campus. Alguns estudantes brasileiros afirmam que os estudantes internacionais são privilegiados em detrimento dos estudantes nacionais, que frequentemente são pessoas negras e de baixa renda, e que não têm acesso a bolsas desse tipo. Além disso, rumores circularam na cidade afirmando que os estudantes internacionais recebem auxílios de 3 a 4 mil reais do governo. Esses boatos tornam ainda mais difícil a integração dos estudantes internacionais, fortalecendo a ideia de que “os estrangeiros têm dinheiro”, o que os tornou alvo de roubo e

contribuiu para o aumento dos preços de aluguéis e produtos nos mercados locais (DE LUCCA; BUTI, 2021).

Ainda além, a falta de conhecimento sobre a universidade reflete também a falta de conhecimento que alguns moradores de São Francisco do Conde têm sobre o continente africano. Na cidade, é frequente utilizar uma forma genérica de “angolanos” para se referir aos estudantes internacionais, o que é desconfortável e até ofensivo para eles. As perguntas feitas pelos moradores locais aos estudantes frequentemente revelam suas visões estereotipadas do continente africano, tais como: “você já viu leões? Eles dormem em árvores? Existem carros na África? Você sabe andar de bicicleta?” (BEDAM, 2017, p. 11). O tipo de recepção oferecido aos estudantes internacionais está diretamente influenciado pelas representações negativas que circulam na sociedade local em relação ao continente africano e seus nacionais. Quando esse acolhimento é percebido como hostil, pode ser caracterizado como “racismo xenofóbico” por parte dos moradores de São Francisco do Conde, conforme relatado por alunos (DE LUCCA; BUTI, 2021).

A experiência do racismo antinegro é algo novo para muitos estudantes internacionais recém-chegados, algo que eles só passaram a vivenciar ao sair de seus países. Enquanto no Brasil “ser negro” está intrinsecamente ligado à problemática racial, em muitos países africanos isso não ocorre. A travessia pelo Atlântico faz com que eles vivenciem essa realidade de forma mais intensa. Mesmo em São Francisco do Conde que é uma cidade majoritariamente negra, marcada por desigualdades raciais duradouras. Para mais, a diferença entre negros nacionais e internacionais é perceptível, principalmente em termos de vestimenta e linguagem, tanto verbal quanto corporal, utilizadas pelos estudantes (DE LUCCA; BUTI, 2021).

Existe também uma questão muito forte, de preconceito religioso e dificuldades dos estudantes internacionais, visto que há um grupo considerável de muçulmanos. A título de exemplo, as mulheres sentem receio de usar o véu em público. As cinco rezas diárias voltadas para Meca são dificultadas devido aos horários das aulas e à impossibilidade de rezar em público na cidade. A alimentação também é um desafio, tanto nos restaurantes do campus quanto na cidade, devido à falta de opções de carne bovina *halal* e à presença frequente de carnes suínas, proibida na alimentação, misturadas a outros alimentos. Além disso, a ausência de uma mesquita em São Francisco do Conde obriga os estudantes a se deslocarem com frequência ao Centro Cultural Islâmico da Bahia. Essas dificuldades e constrangimentos religiosos também estão relacionadas às representações do Islã e dos muçulmanos que circulam na cidade, com narrativas orientalistas difundidas pela mídia e pelo noticiário

internacional que ensinam ao público que o Islã é violento e anticristão, e estabelecem associações imediatas entre os muçulmanos e o terrorismo (DJABI, 2017).

Todas essas questões acabam sendo fatores implícitos e problemáticos nas interações sociais e no cotidiano dos estudantes internacionais, de origem africana, da UNILAB em São Francisco do Conde. Essas manifestações de violência vivenciadas pelos estudantes destacam tanto os desafios enfrentados por um projeto de cooperação internacional voltado para o continente africano nos confins do Brasil quanto o compromisso institucional imprescindível de uma universidade que se empenha em promover a igualdade racial e formar especialistas qualificados em estudos de história e cultura africana e afro-brasileira estar presente nesse local para transformar essa realidade (DE LUCCA; BUTI, 2021).

Entretanto, é essencial destacar que apesar da vivência dos estudantes internacionais no campus dos Malês e em São Francisco do Conde apresentar certos desafios, ela também proporciona uma perspectiva dupla, atenta aos dois lados do Atlântico. Esses estudantes tornam-se capazes de enxergar as realidades brasileiras com uma ótica africana e, gradualmente, também aprendem a ver as questões africanas com uma perspectiva brasileira. Nessa troca, os estudantes africanos se libertam de suas perspectivas regionais e, ao mesmo tempo, contribuem para a ampliação das perspectivas dos brasileiros, ao apresentarem novos problemas, perspectivas e maneiras de pensar, falar e agir. A imigração estudantil, portanto, é uma forma de educação transfronteiriça e intercultural na qual ambos os lados envolvidos nesse encontro internacional aprendem com as diferenças (DE LUCCA; BUTI, 2021).

Portanto, o campus dos Malês apresenta-se como um microsistema que abarca elementos híbridos de linguagem, religião, política e academia, conectando indivíduos e múltiplas localidades. Nesse contexto, ocorrem experiências e experimentações universitárias inovadoras, que articulam a cooperação internacional no âmbito educacional com o envolvimento nas questões locais da comunidade externa ao campus. Este campus descentralizado da UNILAB supera suas estruturas físicas precárias, tornando-se um espaço de encontro que reverbera além de seus limites materiais. A tragédia de seu abandono institucional e material não impede a exploração de práticas educacionais inovadoras e ideias revolucionárias no campo do ensino superior e das Ciências Humanas que nele são desenvolvidos. Mesmo assim, o futuro do campus permanece incerto, porém, assim como a história do povo negro é construída por uma longa luta, a história da educação superior pública é construída por uma longa luta, a história do campus dos Males não foge a essa realidade, por isso estudantes, professores e funcionários reafirmam que "Malês resiste!" (DE LUCCA; BUTI, 2021).

3.4 O curso de bacharelado em Relações Internacionais da UNILAB

Convertendo-se em uma instituição internacional de natureza não-hegemônica, que possui como objetivo primordial a transformação do *status quo*, a UNILAB, de forma estratégica, possui em seu currículo o curso de Relações Internacionais (UNILAB, 2016).

O curso de graduação em Relações Internacionais da UNILAB, está localizado no IHL, Campus dos Malês, em São Francisco do Conde, na Bahia, é uma vertente do Bacharelado Interdisciplinar em Humanidades, desenvolvido com o propósito de promover a produção de conhecimento e políticas relacionadas à missão da UNILAB (UNILAB, 2021, p. 8).

O curso foi pensado como uma terminalidade, do curso de Bacharelado Interdisciplinar em Humanidades. De acordo com informações obtidas em entrevista com o ex- coordenador do curso (Apêndice A), o BIH serve como um estágio de aprimoramento que complementa a formação educacional dos estudantes, principalmente os internacionais. Pois, ele oferece uma oportunidade para os alunos prepararem-se e familiarizarem-se com a área de estudos antes de ingressarem no curso de Relações Internacionais. Durante esse estágio, os alunos têm a chance de aprofundar seus conhecimentos em língua portuguesa, educação e conhecimentos gerais, o que ajuda a estabelecer uma base sólida para futuros estudos em Relações Internacionais.

Ainda de acordo com informações obtidas em entrevista com o ex- coordenador do curso, os estudantes que ingressam no curso são em sua maioria provenientes do BIH, por ser RI uma terminalidade, porém, pessoas que já tenham uma formação, estudantes quilombolas e indígenas conseguem entrar diretamente no curso de Relações Internacionais como se não fosse um segundo ciclo. Ademais, no semestre 2022.2 foram abertas, pela primeira vez, 20 vagas para o ingresso através do SISU, onde os estudantes conseguem entrar com sua nota do Exame Nacional do Ensino Médio diretamente no curso. Portanto, a forma de ingresso no curso é híbrida.

O curso iniciou em 2017, é ofertado no formato presencial, tem uma duração mínima de quatro anos (totalizando oito semestres) e máxima de quatro anos e meio. Ministrado semestralmente, com turmas diurnas e noturnas, são disponibilizadas um total de 40 vagas por semestre, o que totaliza 80 vagas por ano. A carga horária total do curso é de 3.080 horas. E ao concluir o curso, o estudante recebe o título de Bacharel em Relações Internacionais (UNILAB, 2021. p 8).

Tabela 1: Fluxograma do Curso de Relações Internacionais

	1º Semestre	2º Semestre	3º Semestre	4º Semestre	5º Semestre	6º Semestre	7º Semestre	8º Semestre
	Inserção à Vida Universitária (15h/a)*	Leitura e Produção de Texto II (60h/a)*	Teoria das Relações Internacionais I (60h/a)**	Teoria das Relações Internacionais II (60h/a)	Política Externa do Brasil na América latina (60h/a)	Análise das Relações Internacionais Contemporâneas (60h/a)	Análise das Relações Internacionais Sul-Sul (60h/a)	Política, Diplomacia e Relações internacionais (60h/a)
	Iniciação ao Pensamento Científico, Problematisações Epistemológicas (45h/a)*	Metodologia de Pesquisa Interdisciplinar em Humanidades I (60h/a)*	Direito Internacional I (60h/a)**	Direito Internacional II (60h/a)	Organizações Internacionais (60h/a)	Política de Cooperação e Integração Internacional Brasil-África (60h/a)	Laboratório de Análise das Relações Internacionais I (30h/a)	Laboratório de Análise das Relações Internacionais II (30h/a)
	Leitura e Produção de Texto I (60h/a)*	Sociologia: Desafios e perspectivas de Intervenções Sociais (60h/a)*	História das Relações Internacionais II (60h/a)	Geografia Política e Geopolíticas do Sul Global (60h/a)**	Segurança Internacional e Estudos Estratégicos (60h/a)	Política Externa Africana Contemporânea (60h/a)**	TCCI II (60h/a)	TCCI III (60h/a)
	Sociedade, Diferença e Direitos humanos nos Espaços Lusófonos (60h/a)*	História das Relações Internacionais I (60h/a)	Políticas de Gênero, Raça e Relações Internacionais (60h/a)**	Optativa I (60h/a)	Optativa II (60h/a)	TCCI I (60h/a)	Estágio Supervisionado I (60h/a)	Estágio Supervisionado II (60h/a)
	Educação, Sociedade e Cultura na Perspectiva da Descolonização do Saber (60h/a)*	Economia Política Internacional (60h/a)**	Atividades Complementares (20h/a)	Eletiva I (60h/a)	Eletiva II (60h/a)	Optativa III (60h/a)	Optativa IV (60h/a)	Optativa VI (60h/a)
	Processos Coloniais e a Construção da Modernidade* (60h/a)	Atividades Complementares (20h/a)	Atividades de Extensão (30h/a)	Atividades Complementares (20h/a)	Atividades Complementares (20h/a)	Eletiva III (60h/a)	Optativa V (60h/a)	Optativa VII (60h/a)
	Atividades Complementares (20h/a)	Atividades de Extensão (30h/a)		Atividades de Extensão (30h/a)	Atividades de Extensão (60h/a)	Atividades de Extensão (50h/a)	Eletiva IV (60h/a)	Eletiva V (60h/a)
	Atividades de Extensão (30h/a)						Atividades de Extensão (60h/a)	Atividades de Extensão (25h/a)
Total da carga horária	350h	350h	290h	350h	380h	410h	450h	415h

*Disciplinas obrigatórias cursadas durante o primeiro ciclo no Bacharelado Interdisciplinar em Humanidades. Configuram o Núcleo Comum do BIH.

**Disciplinas que foram inseridas como núcleo optativo para os alunos durante o primeiro ciclo no Bacharelado Interdisciplinar em Humanidades e que podem ser aproveitadas para o segundo ciclo, no Bacharelado em Relações Internacionais.

Devido ao caráter interdisciplinar das Relações Internacionais, o campo de estudo do curso abrange elementos das áreas de Economia, Ciência Política, História, Geografia, Sociologia, Direito, Antropologia e Filosofia seguindo as Diretrizes Nacionais Curriculares dos Cursos de Graduação em Relações Internacionais. Mas para além, em harmonia com as diretrizes da instituição, a grade curricular do curso de Relações Internacionais da UNILAB busca privilegiar componentes curriculares que contemplam os temas sobre o Brasil e o continente africano, em especial suas relações. O curso é embasado nas Epistemologias do Sul global, na abordagem interdisciplinar e no diálogo com os Estudos Africanos, os Estudos das Relações Étnico-Raciais e os Estudos de Gênero e Sexualidade (UNILAB, 2021, p. 16-17). Há um foco, particular do curso, nos estudos africanos, observável através das ementas e bibliografias das disciplinas que contemplam temas e autores relacionados a tal (UNILAB, 2021, p. 76- 119).

Além disso, de acordo com informações obtidas em entrevista com o ex- coordenador do curso, existem dois grupos de pesquisa vinculados ao curso, são este o Órbita: Observatório de Relações Internacionais e o grupo de pesquisa denominado Austral, ainda além, existem as pesquisas específicas coordenadas a parte por alguns professores em que os estudantes podem auxiliar como bolsistas. Quanto aos projetos de extensão, vinculados ao curso, existem alguns que trabalham com temas como conexão Brasil-Africa, segurança alimentar, cinema entre outros. Há um podcast, chamado Pod Mundo, e dentre os projetos de extensão destaca-se o curso preparatório internacional chamado Emancipa Malês. O Emancipa Malês prepara os estudantes internacionais para prestarem o vestibular para ingresso na UNILAB, existem núcleos em Guiné-Bissau, em Angola, em Cabo Verde e há tentativas de estabelecer outros em São Tomé Príncipe, Moçambique e Timor-Leste.

Ademais, o curso ainda exige uma carga horária obrigatória de atividades complementares de ensino, pesquisa, cultura e extensão como atividades de formação social, humana e cultura; atividades de iniciação científica, tecnológica e de formação profissional e atividades associativas de cunho comunitário e de interesse coletivo (UNILAB, 2021, p. 61-63).

No que se refere à atividade profissional o curso solicita obrigatoriamente a realização do Estágio Supervisionado, este que é uma atividade acadêmica na qual os estudantes de graduação são inseridos em ambientes de trabalho relacionados à sua área de formação, com o objetivo de exercer atividades profissionais embasadas em reflexão prática e alinhadas à missão da UNILAB. O estágio visa contribuir para o desenvolvimento técnico, científico,

cultural e de relacionamento humano dos estudantes. O estudante pode realizar o estágio em diversas áreas, tais como: instituições governamentais, como ministérios, departamentos ou secretarias voltados para relações internacionais; carreira diplomática e chancelaria; organizações intergovernamentais; organizações não governamentais e entidades do Terceiro Setor; empresas privadas relacionadas à área; universidades; institutos de pesquisa e consultorias; think tanks; meios de comunicação; redes e coletivos envolvidos na construção e disseminação do conhecimento (UNILAB, 2021, p. 67-70). Entretanto, de acordo com informações obtidas em entrevista com o ex-coordenador do curso, há uma dificuldade muito grande em conseguir vagas de estágios na cidade para os estudantes, mesmo existindo convênios com o município, devido à cidade ser pequena e não ser internacionalizada, por isso muitas vezes faz-se necessário inserir os estudantes em projetos que se convertam como tal ou até mesmo realizar estes estágios em Salvador.

Quanto a expectativa de formação dos estudantes do curso, que também configuram-se como objetivos do curso, após formarem-se os estudantes deverão estar aptos a desenvolver atividades requeridas pelo mercado de trabalho nacional e internacional, incluindo a proposição, planejamento e implementação de políticas e estratégias organizacionais em empresas públicas e privadas atuantes no mercado internacional; dominar uma variedade de conhecimentos e ferramentas técnicas e teóricas para atuar em instituições de ensino superior; prestar assessoria na formulação de projetos e contratos para organismos internacionais, além de articular e intermediar negócios internacionais em geral; planejar, propor, executar e avaliar ações para promover o desenvolvimento em âmbito local, integrando de forma coerente teoria e prática; realizar o planejamento estratégico e a execução da internacionalização de organizações de diversos tipos; elaborar, avaliar e aplicar instrumentos normativos internacionais; realizar pesquisas, análises, avaliações e formulação de cenários para atuação na esfera internacional; Tomar decisões, planejar, conduzir, analisar e avaliar negociações e a resolução de problemas em uma realidade diversificada e em constante transformação; formular, negociar e executar projetos de cooperação internacional. Dessa forma, os graduados estarão preparados para enfrentar os desafios e demandas presentes no campo das relações internacionais em seus diversos âmbitos de atuação. Além disso, o objetivo do curso é formar profissionais habilitados para atuar no serviço diplomático, em organizações nacionais, regionais e internacionais, assim como em instituições públicas e privadas, tanto com fins lucrativos quanto sem fins lucrativos. Esses profissionais estarão preparados para desempenhar funções técnicas, de assessoria e de pesquisa nessas diversas áreas de atuação (UNILAB, 2021, p. 44-47).

Por fim, é importante ressaltar, primeiramente, que o curso de bacharelado em Relações Internacionais da UNILAB é o único curso de Relações Internacionais público em todo o estado da Bahia. Para além, em relação à ocupação de vagas, de acordo com informações obtidas em entrevista com o ex-coordenador do curso, 90% dos alunos do curso são alunos internacionais de origem africana. Portanto, o curso de Relações Internacionais da UNILAB apresenta notáveis particularidades em relação aos demais cursos de Relações Internacionais do Brasil, devido à sua inserção em um projeto universitário totalmente inovador, que valoriza a interdisciplinaridade, a integração, a internacionalização e a promoção do conhecimento com enfoque social e regional, além do uso de práticas tecnológicas, gestão pública e cooperação internacional baseada na solidariedade. Essa singularidade reflete-se, como era de se esperar, nos pilares fundamentais do curso bem como na diversidade dos estudantes (UNILAB, 2021, p. 17-19).

Com tudo, o curso de Relações Internacionais da UNILAB, é assim como o projeto da instituição, uma realidade singular que possibilita, não somente a oportunidade de acesso ao ensino superior, gratuito e de qualidade aos africanos, como também o ensino afrocentrado, promove também a inserção daqueles que são historicamente marginalizados, social (pessoas não brancas) e internacionalmente (africanos) por uma estrutura dada da sociedade em áreas elitizadas e dominadas por pessoas brancas.

4. OS AFRICANOS FORMADOS PELA UNILAB

Para verificar a inserção dos estudantes na área através do curso da UNILAB, é importante a apresentação dos dados quantitativos, principalmente ingresso e conclusão do curso, acerca destes, assim como suas histórias de vida e experiências através da UNILAB. Além disso, visando identificar a UNILAB como oportunidade de acesso ao ensino superior para os sujeitos pretos e africanos faz-se necessário entender a historiografia das Relações Internacionais e o atual contexto do ensino superior no continente. Portanto, este capítulo está estruturado em duas seções: Os estudantes africanos do curso de Relações Internacionais da UNILAB e A importância do acesso ao ensino superior e inserção dos pretos africanos nas Relações Internacionais.

4.1 Os estudantes africanos do curso de Relações Internacionais da UNILAB

Conforme os dados obtidos através dos Painéis de Transparência da UNILAB ingressaram no curso de Relações Internacionais o total de 566 estudantes internacionais vindos de países da CPLP, em particular de países do continente africano. Ressalta-se que segundo os mesmos dados, estes estudantes internacionais autodeclararam-se negros. O fluxo de ingresso durante os semestres desde a abertura do curso pode ser observado detalhadamente na tabela abaixo.

Tabela 2: Ingresso dos estudantes africanos do curso de Relações Internacionais da UNILAB 2017-2022

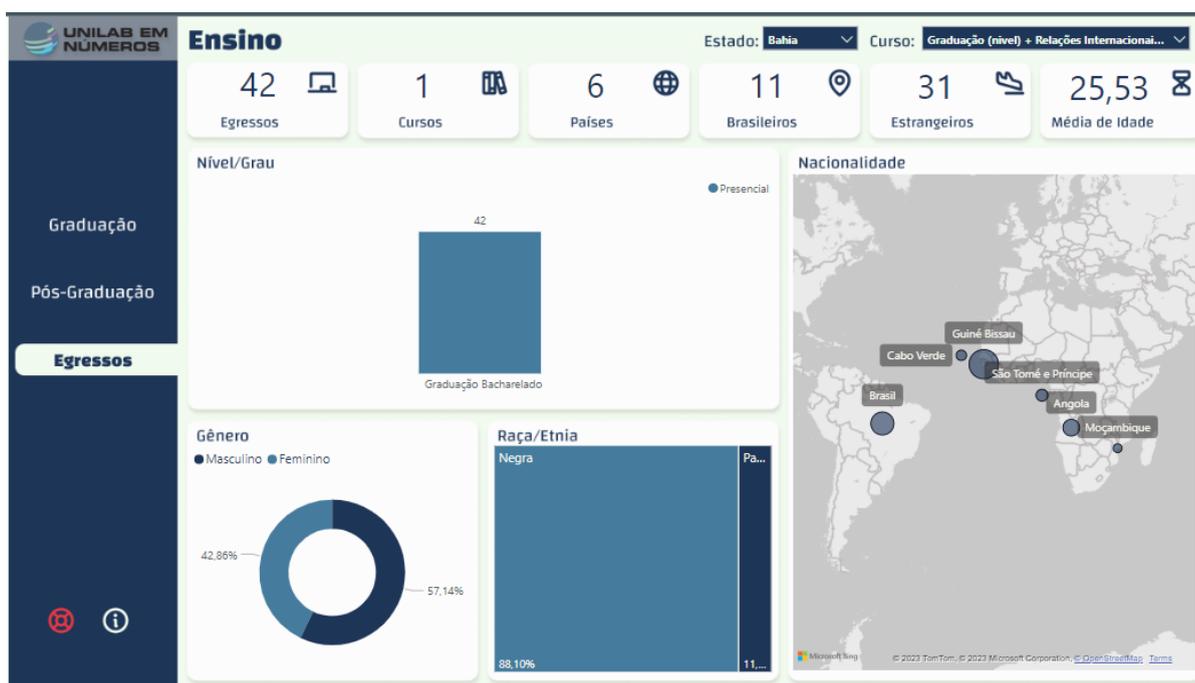
Semestre De Ingresso	Total De Ingressantes	Quantidade De Estudantes Internacionais	Nacionalidade
2017.1	21	19	3 de Cabo Verde, 13 de Guiné-Bissau, 1 de São Tomé e Príncipe, 1 de Angola e 1 de Moçambique
2017.2	36	30	3 de Cabo Verde, 20 de Guiné-Bissau, 2 de São Tomé e Príncipe, 4 de Angola e 1 de Moçambique
2017.3	3	3	1 de Cabo Verde e 2 de Guiné-Bissau
2018.1	48	37	3 de Cabo Verde, 22 de Guiné-Bissau, 4 de São

			Tomé e Príncipe, 7 de Angola e 1 de Moçambique
2018.2	66	49	3 de Cabo Verde, 23 de Guiné-Bissau, 6 de São Tomé e Príncipe, 14 de Angola e 3 de Moçambique
2019.1	82	23	3 de Cabo Verde, 30 de Guiné-Bissau, 6 de São Tomé e Príncipe, 17 de Angola e 3 de Moçambique
2019.2	88	61	2 de Cabo Verde, 31 de Guiné-Bissau, 5 de São Tomé e Príncipe, 20 de Angola e 3 de Moçambique
2020.1	79	50	1 de Cabo Verde, 25 de Guiné-Bissau, 5 de São Tomé e Príncipe, 17 de Angola e 2 de Moçambique
2020.2	74	47	23 de Guiné-Bissau, 4 de São Tomé e Príncipe, 18 de Angola e 2 de Moçambique
2020.3	66	46	23 de Guiné-Bissau, 5 de São Tomé e Príncipe, 16 de Angola e 2 de Moçambique
2020.4	0	0	-
2021.1	83	55	23 de Guiné-Bissau, 3 de São Tomé e Príncipe, 27 de Angola e 2 de Moçambique.
2021.2	76	51	22 de Guiné-Bissau, 3 de São Tomé e Príncipe, 25 de Angola e 1 de Moçambique.
2022.1	72	49	21 de Guiné-Bissau, 1 de São Tomé e Príncipe, 26 de Angola e 1 de Moçambique.
2022.2	65	46	17 de Guiné-Bissau, 28 de Angola e 1 de Moçambique.

Fonte: Elaboração própria baseada nas informações dos Painéis de Transparência da UNILAB (ANEXOS A - F)

Além do ingresso, é essencial ter a ciência do quantitativo de estudantes internacionais de origem africana que concluíram o curso. Posto isso, concluíram o curso 31 alunos vindos de países da CPLP, em particular de países do continente africano, destes estudantes, 3 são de Cabo Verde, 15 são de Guiné-Bissau, 4 são de São Tomé e Príncipe, 7 são de Angola e 2 de Moçambique como se observa na imagem abaixo.

Figura 3: Dados dos Egressos do Curso de Relações Internacionais da UNILAB



Fonte: Painéis de Transparência da UNILAB, 2023.

Para além de números, esses dados representam histórias, nesse sentido, foram realizadas entrevistas com três egressos do curso a fim de identificar o papel do curso e da UNILAB em suas trajetórias, bem como sua inserção posterior na área de Relações Internacionais. Compreende-se que 3 pessoas de uma amostra total de 31 não é um número significativo para compreensão e alcance de resultados completos do todo, entretanto, ainda, sim, é uma oportunidade de elucidar essa experiência para além de números. Ressalta-se que por motivos de sigilo e privacidade a estes egressos foram atribuídos nomes de líderes pan-africanistas. Todas as entrevistas foram realizadas via plataforma Google Meet, gravadas em áudio e posteriormente transcritas e estão disponíveis na íntegra nos apêndices B, C e D.

O egresso entrevistado Aristides Maria Pereira é de Cabo-Verde, natural do município de São Lourenço dos Órgãos, localizado na Ilha de Santiago. Ingressou na UNILAB em 2014 no curso de Bacharelado Interdisciplinar em Humanidades e posteriormente em 2017

ingressou, como forma de terminalidade, no curso de Relações Internacionais. Aristides explica que inicialmente gostaria de fazer um curso em seu país, mas teve algumas limitações financeiras que a oportunidade de estudar na UNILAB foi uma oportunidade de cursar um ensino superior de qualidade e complementa que nunca irá esquecer a UNILAB mesmo após sua saída da universidade.

Ao ser questionado de que forma tomou conhecimento sobre a UNILAB, Aristides explica que ele faz parte do primeiro grupo de alunos do curso de Humanidades da UNILAB, localizado no campus de São Francisco do Conde, no estado da Bahia. Embora a UNILAB já existisse desde 2010, com campus em Redenção, no Ceará, foi somente quando abriram os cursos de Bacharelado em Humanidades e Letras em São Francisco do Conde que ele teve a oportunidade de estudar lá. Ele ficou sabendo da UNILAB por meio de um primo e colega de estudos em Cabo Verde. Esse colega foi estudar em Redenção, no Ceará, em 2012. Em 2014, quando o processo seletivo da UNILAB foi aberto, o colega sugeriu que ele tentasse ingressar, sabendo das dificuldades que enfrentava para entrar no ensino superior em seu país devido a várias questões mencionadas anteriormente. O colega explicou todo o processo seletivo para ele. Por fim, Aristides pontua que acredita que atualmente, a universidade tem realizado um trabalho de divulgação mais amplo em Cabo Verde, e o processo de seleção está mais avançado.

Ao ser questionado se acreditava que a UNILAB promove a integração que consta no seu projeto, principalmente entre o continente africano e o Brasil, Aristides responde que a UNILAB é um projeto ambicioso que enfrenta várias dificuldades e limitações. Seu principal objetivo é contribuir não apenas para a ciência, academia e formação de recursos humanos nos países africanos e na população brasileira, especialmente a população afro-brasileira, mas também para a integração histórica e cultural. Por essa razão, ele considera a UNILAB extremamente importante. Ao falar especificamente sobre a questão da integração, ele acredita ser um termo bastante relevante, especialmente nas relações internacionais. Considerando as questões do Sul Global e a relação do Brasil com o continente africano e a UNILAB surgiu nesse contexto de reaproximação, ele comenta que é um resultado tangível de um projeto de integração, tanto ao nível internacional quanto ao nível micro. Aristides comenta que durante seu trabalho no projeto de observatório estudantil da UNILAB, ele e os colegas abordavam essa questão e problematizam que a UNILAB é um resultado desse processo de integração, que, embora não seja perfeito, é um esforço ambicioso e necessário para seguir esses princípios.

Ao ser questionado acerca dos pontos de melhoria da UNILAB, Aristides aponta que a UNILAB possui pressupostos iniciais e, dentro do possível, busca cumprir seus objetivos. Isso inclui garantir a inclusão de estudantes de diversas classes sociais e promover a diversidade dentro da universidade, além de assegurar que esses alunos possam concluir seus cursos com sucesso. Ele expõe que para isso, são implementadas políticas de assistência estudantil que visam fornecer pelo menos o mínimo necessário para que os estudantes, principalmente os internacionais, possam permanecer na instituição. No que diz respeito ao aspecto orçamentário, em sua opinião e não de uma pesquisa específica, Aristides aponta que observa que o projeto da UNILAB é altamente dependente do cenário político. Por ser criada durante os governos progressistas, especialmente o governo petista, a universidade tornou-se vulnerável às tensões políticas. Por fim, ele comenta que neste momento, acredita que, mais do que qualquer outra universidade, a UNILAB esteja enfrentando ataques e desafios.

Por fim, ao ser questionado sobre sua situação atual na área de relações internacionais após formar-se na UNILAB, Aristides expõe que tinha a intenção de seguir uma carreira acadêmica ao chegar à UNILAB e aproveitou ao máximo as oportunidades oferecidas pela universidade. Ele concluiu a graduação em Humanidades, realizou uma especialização em Gestão de Recursos Hídricos, Energéticos e Ambientais, graduou-se em Relações Internacionais e, posteriormente, buscou um mestrado. Comenta que foi aprovado em um programa de doutorado em Ciência Política no IESP, no Rio de Janeiro. E acredita que a UNILAB lhe proporcionou uma base sólida para seguir essa carreira acadêmica sem deixar nada a desejar. Expõe que a convivência com os colegas e os conhecimentos transmitidos pelos professores, bem como as discussões em sala de aula, foram elementos importantes nesse processo. Conclui dizendo que considera esse legado deixado pela UNILAB como algo significativo em sua trajetória.

O segundo egresso entrevistado, Samora Moisés Machel, é natural de Maputo, capital de Moçambique, proveniente de uma comunidade localizada no interior da cidade. Ele expõe que é o único membro de sua família a cursar o ensino superior e foi o primeiro a ingressar em uma universidade, algo considerado impensável dadas as circunstâncias sociais, econômicas e contextuais em que vivia. Samora conta que é originário de uma pequena comunidade, cuja população é majoritariamente composta por agricultores e pescadores. Comenta que mais de 80% dos habitantes dessa região dependem da agricultura ou da pesca para subsistência. Diz que sair desse ambiente foi um marco significativo em sua vida e que a UNILAB desempenhou um papel fundamental nessa transição, permitindo que ele vivenciasse a universidade e construísse uma trajetória acadêmica.

Ao ser questionado de que forma tomou conhecimento sobre a UNILAB, Samora explica que tinha amigos na Bahia com os quais mantinha contato. E que foi um desses amigos que o informou sobre a abertura de uma nova universidade no Brasil chamada UNILAB. Essa conversa ocorreu por volta de 2010, e seu amigo o aconselhou a ficar atento a essa instituição. Em 2012, quando Samora retornou a Moçambique, ele foi apresentado à UNILAB. Diz que explicaram a ele que era uma universidade nova, com um caráter de integração internacional com os países lusófonos da África. Samora comenta que recebeu informações sobre os processos e teve a oportunidade de conhecer mais sobre a universidade.

Ao ser questionado se acreditava que a UNILAB promove a integração que consta no seu projeto, principalmente entre o continente africano e o Brasil, Samora afirma que mesmo diante de todos os desafios, dificuldades e limitações que são inerentes a toda instituição, a UNILAB busca cumprir seu papel de integração. Ele diz que a integração é um aspecto central quando se trata da UNILAB e seu protagonismo nesse sentido. Samora aponta que o processo é dividido em diversas etapas, o que torna a tarefa bastante complexa. Explica que a universidade é conhecida como a universidade dos "4 i 's": interiorização, integração, internacionalização e institucionalização, e é com base nesses quatro pilares que a UNILAB busca avançar.

Ao ser questionado acerca dos pontos de melhoria da UNILAB, Samora explica que seu desejo é que a UNILAB expanda sua infraestrutura, embora o cenário político nacional, especialmente desde 2014, não seja favorável ao crescimento da universidade, em particular do campus dos Malês. Ele salienta que é importante lembrar que a UNILAB foi estabelecida durante o governo de Lula, e durante o governo de Dilma ocorreram cortes na área da educação, mas a situação piorou durante o governo de Temer e, mais recentemente, durante o governo atual. Ele aponta uma crítica construtiva a ser feita em relação ao processo seletivo de estudantes internacionais da UNILAB. Comenta que é possível aprimorá-lo, simplificá-lo e desburocratizá-lo ainda mais. Explica que nos últimos anos, o processo seletivo tem sido muito difícil e rigoroso, o que não facilita em nada para os estudantes a quem essa universidade se destina. Explica que essa crítica visa melhorar os critérios e a burocracia envolvida no processo seletivo, pois isso pode impedir que muitos jovens de baixa renda tenham acesso à UNILAB.

Por fim, ao ser questionado sobre sua situação atual na área de relações internacionais após formar-se na UNILAB, Samora conta que dentro do curso de Relações Internacionais, houve um interesse particular pelo Direito Internacional Público. Atualmente, ele está cursando um mestrado em Direito e Ciências Jurídicas, com especialização em Direito

Comercial Internacional, essa formação está sendo realizada na Universidade de Lisboa, uma das instituições de ensino mais renomadas do país e da Europa. Samora expõe que no que diz respeito à experiência profissional em RI, foi realizado um estágio de mais de um ano em um consulado durante sua graduação. E termina contando que atualmente, está trabalhando em uma companhia internacional.

O terceiro e último egresso entrevistado, Amílcar Lopes Cabral, natural da capital da Guiné-Bissau, teve o primeiro contato com a UNILAB por meio de seu primo, que ingressou na universidade em 2014. Inicialmente, Amílcar não tinha tanto interesse em estudar no Brasil, pois almejava ir para Portugal seguir uma carreira no futebol. No entanto, após não obter sucesso em sua busca por oportunidades na Europa, decidiu concorrer a uma bolsa de estudos na UNILAB. Após a divulgação do edital, Amílcar se inscreveu e foi contemplado com a bolsa, o que o levou a tomar a decisão de ingressar na universidade em 2016. Ele conta que para ser admitido na UNILAB, foi necessário passar por um processo seletivo que envolveu entrevistas, provas e análise de currículo, e com a aprovação, ele pôde dar prosseguimento aos trâmites legais na embaixada para garantir sua vinda ao Brasil. Amílcar dedicou-se aos estudos na UNILAB, em 2018 concluiu seu bacharelado em Humanidades. Em seguida, deu continuidade à sua formação acadêmica e concluiu o curso de Relações Internacionais em 2021.

Como Amílcar respondeu de que forma tomou conhecimento sobre a UNILAB em sua apresentação geral, essa pergunta foi descartada e seguiu-se para a próxima.

Ao ser questionado se acreditava que a UNILAB promove a integração que consta no seu projeto, principalmente entre o continente africano e o Brasil, Amílcar aponta que a UNILAB é reconhecida por sua luta em promover a integração entre diferentes nacionalidades, tanto africanas quanto brasileiras. Embora existam ocasionalmente situações simples que possam gerar atritos entre pessoas de diferentes origens e estruturas, essas questões são geralmente superadas com o tempo. É compreensível haver conflitos quando se reúnem pessoas de diversas nações, mas ele pontua que, de modo geral, pode-se afirmar que há integração, união e uma interação positiva entre as diferentes nacionalidades que compõem a UNILAB. A universidade valoriza a interculturalidade e faz esforços para conhecer e compreender a forma de vida e o pensamento dos estudantes, bem como para promover o conhecimento da cultura brasileira e da forma de pensar do país. Essa troca de conhecimentos e epistemologias entre os países do sul é estimulada e enriquecedora para todos os envolvidos. Amílcar pontua que a UNILAB busca constantemente fortalecer os laços entre as diversas

nacionalidades, proporcionando um ambiente inclusivo e enriquecedor para todos os seus membros.

Ao ser questionado acerca dos pontos de melhoria da UNILAB, Amílcar aponta que na realidade, a UNILAB enfrenta diversos desafios, muitos deles relacionados à comunidade local de São Francisco do Conde. Diz que apesar de serem bem acolhidos por muitas pessoas, ainda existe preconceito em relação à África e estereótipos que são diariamente desafiadores para eles (estudantes internacionais). Pontua que eles lutam constantemente para conscientizar as pessoas e desmistificar essas narrativas sobre o continente africano. Acredita que com o passar dos anos e os esforços contínuos, tem conseguido sensibilizar a população local, que agora os conhece e já desconstruiu alguns olhares preconceituosos sobre a África. Amílcar, comenta que de modo geral, tinha uma convivência muito positiva com a comunidade. Diz que muitas pessoas que não fazem parte da academia não têm acesso à informação e ainda mantêm estereótipos ruins sobre a África. No entanto, ele acredita que a UNILAB busca melhorar essa convivência por meio de projetos de extensão que promovem o contato com a comunidade e a disseminação de informações relevantes. Pontua que dentro da própria UNILAB, os estudantes e profissionais acadêmicos têm acesso à informação e já desconstruíram os estereótipos, porém ressalta que a comunidade em geral ainda não teve essa mesma oportunidade. Com tudo, Amílcar diz que apesar disso, existe uma evolução perceptível, pois as pessoas estão adquirindo uma consciência mais realista sobre a África e se distanciando dos estereótipos antigos.

Ao ser questionado sobre sua situação atual na área de relações internacionais após formar-se na UNILAB, Amílcar conta que seu mestrado foi concluído na Universidade Federal da Paraíba e atualmente o doutorado está sendo realizado na UFSC. Expõe que não está trabalhando em uma empresa no momento, e aproveita para realizar uma crítica direcionada à UNILAB e ao curso de Relações Internacionais em si. Aponta que falta um mecanismo que conecte os alunos do curso ao mercado de trabalho. Diz que em muitas outras universidades, é comum serem buscados estágios para os alunos em diversas instituições. No entanto, na UNILAB, o curso de Relações Internacionais ainda precisa dessa abordagem para procurar estágios para os alunos em empresas e instituições governamentais. Amílcar conta que existem alguns programas do governo da Bahia que recrutam estagiários para essas instituições, mas geralmente essas instituições têm autonomia e não são procuradas diretamente pela UNILAB para oferecer experiências de trabalho aos alunos. Ele destaca que seria interessante que a UNILAB melhorasse nesse aspecto, buscando estabelecer essas conexões quanto antes. Afinal, a experiência profissional é de grande importância para a

carreira dos estudantes. Expõe que muitos dos alunos não tiveram a oportunidade de realizar estágios fora da UNILAB, limitando-se a participar de projetos de pesquisa e extensão internos à universidade. Além disso, Amílcar destaca a dificuldade de acesso a essas instituições e a apresentação no mercado de trabalho como um desafio. Por não serem brasileiros, eles se deparam com restrições relacionadas à nacionalidade ao participarem de concursos públicos ou para obterem certos títulos e direitos eleitorais exigidos pela comunidade brasileira. Amílcar aponta que essas limitações acabam sendo mais relevantes em relação aos concursos públicos e à capacitação profissional, onde esses documentos são solicitados com maior frequência.

Para mais, devido à abundância observada de alunos estrangeiros provenientes de Guiné-Bissau Amílcar foi questionado sobre a oferta de curso de graduação de RI no país africano, em sua resposta ele conta que em Guiné, existem duas faculdades, mas são faculdades privadas, ou seja, não são instituições públicas. Amílcar comenta que no seu caso, embora houvesse opções disponíveis no país, o desejo sempre foi estudar no exterior. E que antes de buscar uma bolsa de estudos, ele estava em processo seletivo para ingressar na faculdade de Direito em Bissau, na Guiné. No entanto, ao receber a oferta de bolsa para estudar no Brasil, decidiu desistir do processo seletivo na faculdade de Direito em Bissau, pois a preferência era estudar fora do país.

Ao analisar esses dados e o conteúdo das entrevistas pode-se observar algumas questões relevantes para esta pesquisa. A primeira delas é o comparativo entre o número de estudantes internacionais que ingressam e os que concluíram o curso, observa-se que uma porcentagem muito pequena consegue formar-se. Além disso, observa-se que há uma problemática muito forte que envolve o choque cultural entre os estudantes africanos e a população do município onde o curso é ofertado. Esses problemas vão de encontro e até mesmo talvez são o resultado das dificuldades apresentadas no capítulo anterior e nos pontos de melhoria apontados pelos entrevistados, tanto no que diz respeito à assistência estudantil da universidade para com os estudantes internacionais, quanto à inserção e experiência social desses estudantes na sociedade em que a universidade está instalada. Portanto, isso mostra que ainda há muitos desafios para a UNILAB superar na questão de permanência dos estudantes internacionais para a conclusão do curso, e que conforme exposto ao decorrer desta pesquisa, este seja o principal problema da universidade, isso significa, que são necessários esforços para reverter essa situação, e esses esforços precisam ser desenvolvidos baseados e respeitando a singularidade, incontestável, desta universidade.

Ao que se refere a inserção desses alunos africanos na área de relações internacionais, de acordo com informações obtidas em entrevista com o ex-coordenador do curso, assim como em qualquer outra área, há aqueles egressos que permanecem nas relações internacionais e áreas relacionadas e outros que acabam por tomar caminhos diferentes. Ainda assim, não há uma informação precisa de percentual, mas a grande maioria dos egressos segue para a pós-graduação em programas nacionais e internacionais, as entrevistas realizadas com os egressos podem contribuir com tal afirmação, posto que os três egressos entrevistados seguiram na área de relações internacionais através da academia e estão na pós-graduação em programas nacionais e internacionais. Nesse sentido, o ex-coordenador aponta que existem duas questões que podem influenciar nessa questão, a primeira é que o curso apresenta uma característica analítica, focado em pesquisa, com pouca perspectiva técnica e profissional; A segunda é que o corpo docente do curso é formado majoritariamente por profissionais pesquisadores, que tiveram pouca experiência fora deste setor dentro das relações internacionais, por isso os alunos, inspirados e influenciados por seus mestres tendem a ter um olhar acadêmico, de pesquisa e investigação sobre as relações internacionais e não corporativo, e tendem a seguir esse caminho.

Para mais, foi pontuado pelo ex-coordenador do curso e por um dos egressos entrevistados a questão da dificuldade da inserção no mercado de trabalho em relações internacionais, na graduação foi apontada a dificuldade de conseguir e realizar os estágios e após a saída do curso a questão de atender aos requisitos legais para o mercado de trabalho em RI no Brasil na condição de migrante. É importante frisar também que a questão do campo como mercado de trabalho é delicada, pois é influenciada pelo fato de que muitas outras profissões possuem conselhos específicos que regulamentam suas práticas, estabelecendo limites de atuação, salários mínimos, regras e diversas outras diretrizes. No entanto, no caso das Relações Internacionais no Brasil, não existe um conselho superior que define o que significa ser um profissional nessa área. Assim como, não há vagas específicas, pois as relações internacionais englobam diversos aspectos. Pois ao estudar Relações Internacionais, abrange-se uma ampla gama de temas, desde a área mais corporativa como comércio exterior e negócios internacionais, até uma área mais acadêmica e teórica, abordando política, economia e direito. Logo, o mercado de trabalho em RI apresenta-se bastante diversificado.

Contudo, ressalta-se que há uma pesquisa, de iniciativa de um dos docentes do curso, em desenvolvimento que busca mapear as informações acerca dos egressos do curso nomeada “Egressos do curso de bacharelado em Relações Internacionais da UNILAB: percepções sobre o curso, trajetórias e perfil profissional”. Da mesma forma, recentemente a UNILAB lançou

um ciclo formativo e colaborativo para desenvolver uma política de acompanhamento de egressos, pois ao monitorar o desempenho e a trajetória dos ex-alunos, é possível identificar pontos fortes e áreas de aprimoramento na universidade.

Com tudo, constata-se que a UNILAB e seu curso de Relações Internacionais conseguem cumprir o seu papel como universidade e como projeto internacional de integração, mesmo com tantas dificuldades, entretanto, tem capacidade para muito mais.

Mediante o exposto, finalizando o estudo, a próxima seção busca mostrar a importância do acesso ao ensino superior de Relações Internacionais e inserção dos pretos africanos nesta área.

4.2 A importância do acesso ao ensino superior e inserção dos pretos africanos nas Relações Internacionais

No decorrer da segunda metade do século XX, a disseminação e o reconhecimento do conhecimento tornaram-se uma prioridade crucial. Isso foi impulsionado por uma disputa acirrada entre as principais potências econômicas em vários campos de pesquisa, como militar, industrial, comunicação e transporte. O último século foi marcado por uma série de avanços tecnológicos que impulsionam a humanidade, muitos dos quais se originaram em instituições acadêmicas e foram frequentemente direcionados por interesses políticos e estratégicos. Devido a isso, a valorização do conhecimento e da pesquisa assumiu um papel de destaque nas estratégias políticas e de poder das nações, conseqüentemente, as instituições acadêmicas também (RIBEIRO, 2015). Portanto, conhecimento se tornou poder.

Existem evidências históricas que comprovam a existência de universidades no continente africano no período pré-colonial. Diversos estudiosos renomados do ensino superior africano, como Ajayi *et al.* (1996), Assie-Lumumba (2006) e Lulat (2005), têm registrado extensivamente a origem do ensino superior na África, remontando às pirâmides do Egito, aos obeliscos da Etiópia e ao Reino de Timbuktu. Por exemplo, Ajayi *et al.* (1996) documentaram a existência de uma academia conhecida como a Academia Alexandrina ou a Biblioteca do Museu Universal em Alexandria, entre os anos de 331 e 642 d.C. Também é registrado que a Universidade Al-Qarawiyyin foi estabelecida em Fez, no Marrocos, em 859 d.C., enquanto a Universidade Al-Azhar, no Cairo, foi criada no Egito em 970 d.C. (LULAT, 2005). Além disso, a tradição etíope de educação de elite, com a escrita africana chamada Ge'ez, que remonta há 2.700 anos, também pode ser considerada um exemplo de ensino superior na África pré-colonial. Um dos primeiros filósofos africanos do século XVII, Zara Yacob, da Etiópia (1599-1692), também é um produto dessas fundações africanas (LANGE,

1987). Portanto, a existência de civilizações complexas e espaços de ensino superior na África antes da chegada dos europeus evidencia que a prática educacional em todos os níveis estava presente nos cenários pré-coloniais do continente africano (WOLDEGIORGIS, DOEVENSPECK; 2013).

Na África pré-colonial, o cenário cultural da época não contava com instituições formalmente estabelecidas para lidar com a produção e disseminação do conhecimento. No entanto, em termos de busca por conhecimento e ensino superior baseado no aprendizado tradicional floresceu, resultando na construção de diversas civilizações africanas que transmitiram a identidade cultural e mantiveram um modo de vida coerente no continente. Essas formas tradicionais de aprendizagem eram frequentemente fontes de autonomia local, formação de elites sociais e institucionalização da cultura. As instituições locais, incluindo as de ensino superior, surgiram como produtos da dinâmica social moldada pela interação das necessidades sociais. Essas instituições de ensino superior desempenhavam funções construídas pelas sociedades africanas e dedicavam-se principalmente a estudos religiosos, filosóficos, morais, médicos e outros, atendendo às demandas da população local. No entanto, esses sistemas de conhecimento tradicionais africanos e espaços de aprendizagem foram interrompidos e, em alguns casos, destruídos ou desapareceram devido às guerras relacionadas ao tráfico de escravos e à chegada violenta das potências europeias a partir do século XV no continente. Como resultado, a evolução educacional do continente africano desconectou-se de seu passado histórico, sendo impostos novos modelos exógenos de instituições durante o período colonial que não estavam alinhados com as raízes africanas (WOLDEGIORGIS, DOEVENSPECK; 2013).

Posto isso, a maioria das universidades africanas ao “estilo ocidental” foram instaladas sob o domínio colonial europeu após 1945, após um “longo período de relutância por parte das potências coloniais em estabelecerem centros universitários em África” como menciona Varela (2015, p. 9, *apud* Olukoshi e Zeleza, 2004, p. 598). Apesar do envolvimento de diversos colonizadores europeus, como Bélgica, Alemanha, Holanda, Itália, Portugal e Espanha, no processo, os britânicos e franceses desempenharam um papel significativo na formação das instituições modernas de ensino superior na África. Embora já existissem estabelecimentos de ensino primário e secundário antes da Primeira Guerra Mundial, o número de instituições de ensino superior era limitado até o final da Segunda Guerra Mundial. Após o término da Primeira Guerra Mundial, foram estabelecidas mais instituições de ensino superior no continente, no entanto, é importante observar que o estabelecimento dessas instituições foi concentrado principalmente nos países do norte da África e na África do Sul.

Porém, as instituições de ensino superior estabelecidas nas colônias não detinham autonomia como instituições independentes africanas, sendo, na verdade, prolongamentos das universidades da metrópole. As nomeações de professores, a elaboração dos currículos, os programas e até mesmo a aprovação dos cursos eram determinados pelas autoridades coloniais, considerando os interesses das potências coloniais e não os das sociedades africanas (WOLDEGIORGIS, DOEVENSPECK; 2013).

Conforme a visão colonizadora, o objetivo central do ensino superior durante o período colonial era capacitar uma elite adequada para a administração das colônias. O ensino superior era concebido como um instrumento facilitador da administração colonial, em vez de promover o progresso das sociedades africanas. Isso resultou em um acesso extremamente limitado ao ensino superior, restrito a um pequeno número de pessoas (WOLDEGIORGIS, DOEVENSPECK; 2013). Portanto, por um período longínquo os africanos que desejavam ter uma formação universitária adquiriam-na na Europa ou na América do Norte (VARELA, 2015).

No entanto, impulsionada pela onda das independências nacionais no continente e pelo nacionalismo africano, na década de 1960 a 1970 surge a “época dourada” da universidade africana (VARELA, 2015). Os líderes dos recém-independentes países africanos consideraram a criação de uma universidade como uma de suas principais prioridades. Essa prioridade não se deve apenas ao fato de um estado moderno ser impensável sem uma universidade, ou ao valor simbólico que uma universidade representa. Além disso, durante a era da teoria da modernização e teoria do capital humano, a educação (incluindo o ensino superior e, especialmente, a universidade) foi vista como o instrumento mais importante para modernizar a sociedade e impulsionar o desenvolvimento econômico nacional. Essa necessidade foi particularmente urgente nos países africanos recém-independentes, que enfrentavam desafios econômicos significativos (WOLHUTER; KANGUMU; MUNGONGO, 2014). Dessa forma, durante a transição do período colonial para a independência, as instituições de ensino superior na África assumiram diversas responsabilidades como impulsionadoras do crescimento econômico, bem como na criação da identidade africana e na construção da nação nas décadas de 1960 e 1970 (WOLDEGIORGIS, DOEVENSPECK; 2013).

Então, após as independências, houve um aumento significativo no número de instituições de ensino superior tanto no setor público quanto no setor privado no continente, com mais de 250 instituições de ensino superior públicas e 420 privadas registradas em 2009, conforme o Banco Mundial. No entanto, o acesso ao ensino superior ainda continuou limitado em comparação com outras regiões do mundo (WOLDEGIORGIS, DOEVENSPECK; 2013).

Entretanto, as instituições de ensino superior foram afetadas a partir da década de 1980, por uma série de crises (VARELA, 2015). A partir desse período, a economia africana começou a enfrentar dificuldades, uma vez que o continente não conseguiu estabelecer uma presença significativa no mercado global devido ao seu baixo poder de negociação no comércio internacional. Essa falta de participação no comércio global resultou em reservas de moeda estrangeira reduzidas, escassez de receita pública e, posteriormente, desencadeou uma crise econômica em todo o continente. Além disso, a burocracia política nos estágios iniciais da independência em muitos países africanos não estava suficientemente capacitada para enfrentar essa crise em escala macro. A corrupção generalizada e as ineficiências administrativas e técnicas tornaram-se evidentes nas estruturas governamentais. Durante esse período, o setor de ensino superior no continente enfrentou grandes desafios relacionados à falta de recursos financeiros adequados. As instituições de ensino superior tiveram dificuldade em obter financiamento suficiente para atender às demandas crescentes e às necessidades de expansão. A falta de investimentos adequados afetou negativamente a infraestrutura, os recursos educacionais, a qualidade do ensino e a pesquisa acadêmica. Desta forma, as instituições de ensino superior africanas na década de 1980 passaram a desempenhar um papel marginalizado nas sociedades africanas (WOLDEGIORGIS, DOEVENSPECK; 2013).

Apenas na década de 1990, um novo ciclo de crescimento começou, a economia africana passou por uma notável melhora, impulsionada pela integração gradual do continente na economia global. Esse progresso foi resultado do aumento da demanda global por matérias-primas exportadas do continente e da maior estabilidade macroeconômica na maioria dos países africanos. Com o crescimento econômico, as instituições de ensino superior no continente passaram a enfrentar novas demandas não apenas por mão de obra qualificada, mas também por novas formas de treinamento que atendessem às expectativas da nova economia em desenvolvimento. Isso resultou em uma mudança fundamental no papel do ensino superior africano na sociedade. As instituições de ensino superior no continente passaram a desempenhar o papel de agentes impulsionadores da economia baseada no conhecimento (WOLDEGIORGIS, DOEVENSPECK; 2013).

Destaca-se que neste período observou-se um aumento significativo no número de instituições de ensino superior privadas (WOLHUTER; KANGURU; MUNGONGO, 2014). A inserção do setor privado no ensino superior criou uma diferenciação de papéis entre as instituições públicas e privadas. As instituições públicas passaram a concentrar-se mais em áreas como ciência e tecnologia, pesquisa e desenvolvimento, expandindo seus campi para áreas rurais e enfatizando programas de pós-graduação. Por outro lado, as instituições

privadas estabeleceram-se principalmente em áreas urbanas e direcionaram seus esforços para disciplinas de humanidades e ciências sociais, concentrando-se principalmente em cursos de graduação. Juntamente com a expansão do acesso, surgiu uma crescente preocupação com a equidade e a qualidade do ensino superior no cenário africano a partir da década de 1990. A equidade em relação ao acesso tornou-se uma questão relevante à medida que a oferta de ensino superior passou de uma elite privilegiada para uma educação superior mais ampla e abrangente no continente. Preocupações com a equidade foram expressas por meio de várias perspectivas políticas, considerando questões de gênero, diferenças entre áreas urbanas e rurais, capacidade financeira, localização geográfica e regional, bem como linhas étnicas (WOLDEGIORGIS, DOEVENSPECK; 2013).

Após 1990 houve contínuo aumento do ensino superior no continente africano. Embora as taxas de matrícula, a qualidade e a igualdade do ensino superior ainda estejam atrasadas em comparação com o restante do mundo, o crescimento das inscrições é promissor. Além disso, o atual crescimento econômico e a estabilidade política do continente indicam um futuro promissor para o desenvolvimento do ensino superior nos próximos anos e décadas (WOLHUTER; KANGURU; MUNGONGO, 2014). Houve um progresso significativo no ensino superior no continente, porém, muitos desafios ainda existem para serem enfrentados no século XXI (MOHAMEDBHAI, 2011).

Ao que se refere ao ingresso, devem ser feitos esforços para aumentar significativamente a matrícula no ensino superior público no continente, respeitando a capacidade das instituições, pois, a adição de mais matrículas sem um aumento adequado na infraestrutura e nos recursos só pode agravar a situação e impactar negativamente na qualidade do ensino (MOHAMEDBHAI, 2011).

Em contraponto, em diversos países africanos, observa-se um esforço para estabelecer rapidamente novas universidades que se assemelham às já existentes. No entanto, essa abordagem não é a mais adequada, pois, em muitos casos, resulta no esgotamento de recursos humanos das instituições já estabelecidas, transferindo-os para as novas instituições. Além disso, outra tendência é a simples atualização de instituições politécnicas e escolas técnicas para o status de universidades. Porém, no continente, é necessário desenvolver instituições diferenciadas, que englobam desde universidades fortes em pesquisa até instituições voltadas para a formação técnica e tecnológica. Além disso, é essencial promover programas diversificados dentro de cada instituição, para atender aos diferentes perfis de estudantes e às necessidades específicas de cada país. Dessa maneira, será possível oferecer uma educação de qualidade e alinhada visando desenvolvimento da região (MOHAMEDBHAI, 2011).

No que tange ao financiamento das instituições de ensino superior no continente, há uma necessidade de uma reorganização de repasse financeiro dos governos para as universidades públicas, para mais, é importante que os governos reconheçam o ensino superior como um "bem público" e que, portanto, devem receber apoio do Estado (MOHAMEDBHAI, 2011).

Para mais, a produção de pesquisa nas universidades africanas é notavelmente baixa. Isso se deve a uma série de razões, incluindo a escassez de corpo docente experiente em pesquisa, o fenômeno da fuga de cérebros, a sobrecarga de trabalho de ensino, a prática clandestina de docentes e a falta de recursos adequados, como instalações de biblioteca, acesso à informação, infraestrutura de tecnologia de comunicações e laboratórios bem equipados. Em agravante, grande parte das pesquisas são financiadas por fontes externas e, nesses casos, os tópicos de pesquisa podem não ser diretamente relevantes para o desenvolvimento nacional, uma vez que são determinados pelos financiadores. A publicação de pesquisas é outro desafio significativo. A maioria dos resultados de pesquisa acaba ficando restrita nas prateleiras das bibliotecas universitárias, em forma de teses, dissertações ou periódicos acadêmicos especializados. Esses resultados não são acessíveis nem compreendidos pelos formuladores de políticas ou pelas comunidades em geral. Além disso, há uma escassez de revistas de pesquisa africanas, e aquelas que existem muitas vezes não são sustentáveis a longo prazo. São necessárias várias medidas para corrigir essa situação, como garantir financiamento adequado para pesquisas ao nível nacional, criar conselhos nacionais de pesquisa, incorporar a pesquisa no planejamento estratégico das universidades, estabelecer escritórios centrais de pesquisa, aprimorar as qualificações da equipe de pesquisa e aumentar o acesso online a publicações sobre e produzidas no continente (MOHAMEDBHAI, 2011).

Quanto à qualidade do ensino, os principais desafios incluem a falta de profissionais treinados, a falta de conhecimento sobre os processos envolvidos, a resistência dos professores em participar ativamente e a falta de recursos financeiros. Além de ser uma prática recente no continente. Portanto, é necessário focar em conscientização, capacitação e financiamento para promover a garantia de qualidade no ensino superior (MOHAMEDBHAI, 2011).

Em agravante, as universidades africanas são assoladas por problemas similares aos que atingem as universidades de outras regiões do mundo, porém, no continente sobressaem-se duas principais questões que prejudicam ainda mais e impedem o desenvolvimento do conhecimento no ensino superior. Primeiramente, a situação de subdesenvolvimento e de pobreza de grande parte dos países africanos impedindo o

investimento de recursos nas instituições; e secundamente os grupos (internos e/ou externos) detentores de poder que restringem as liberdades acadêmicas (VARELA, 2015).

Ademais, as dificuldades de instalar instituições, promover a educação e desenvolver conhecimento nos países africanos não se restringe somente ao ensino superior, de acordo com relatório da UNICEF desenvolvido em parceria com a Comissão da União Africana os países africanos têm sérias lacunas em seus sistemas educativos básicos (UNICEF, 2020). Resultando em um ciclo consequencialista educacional precário que não consegue desenvolver sequer suas bases, tão pouco ensino superior. O que gera um impacto negativo enorme para todo o continente, sem ter a educação como vetor de desenvolvimento, pois como alerta o relatório “esta população jovem pode ser uma poderosa fonte de crescimento e progresso em África, bem como no mundo, se as crianças e os adolescentes beneficiarem das oportunidades certas para prosperar e desenvolver o seu pleno potencial” (UNICEF, 2020, p. 3).

Em suma, existem diversos desafios enfrentados pelo ensino superior africano, os quais podem ser abordados em diferentes níveis. Alguns desses desafios requerem ação no âmbito institucional, outros no âmbito nacional e alguns exigem uma abordagem colaborativa. Para enfrentar esses desafios, os governos africanos e as instituições de ensino superior devem realizar um planejamento estratégico e buscar a inovação. É necessário um comprometimento e colaboração de todas as partes interessadas para implementar políticas eficazes. Os países africanos têm a oportunidade de transformar esses desafios em oportunidades, tornando o setor de ensino superior produtivo e relevante ao nível mundial (MOHAMEDBHAI, 2011).

Para além, de uma forma geral, na sociedade global o ensino superior enfrenta desafios. De acordo com a UNESCO, no documento intitulado "O Ensino Superior no Século XXI - Visão e Ações", é crucial adotar políticas educacionais transformadoras que estejam alinhadas com a nova realidade da globalização. As instituições de ensino superior enfrentam novos desafios. Primeiramente, precisam se atualizar e se adaptar a essa nova realidade global, caracterizada pela abertura de fronteiras e circulação de ideias. Em segundo lugar, devem interpretar e propor soluções para as contradições que surgem para grupos sociais, instituições e governos neste início do século XXI (RIBEIRO, 2015).

Sendo assim, Varela (2015, p. 8) pontua que

Tal como o continente em que se insere, o ensino superior africano apresenta-se como uma realidade complexa, que se evidencia através da variedade de contextos, modelos, potencialidades e práxis de organização, gestão e desempenho, não obstante a similaridade de desafios identificados, nomeadamente, por académicos

africanos e por decisores, a nível dos estados nacionais e de organizações internacionais.

Tratando acerca das Relações Internacionais como estudo e disciplina no continente africano, esta teve seu início oficial cerca de quatro décadas após a criação da primeira cátedra em Aberystwyth. Esse desenvolvimento ocorreu à medida que os países africanos conquistaram sua independência, ou aproximaram-se dela, estabelecendo universidades e instituições de pesquisa dedicadas ao estudo das políticas externas de seus Estados e outros temas internacionais (FASAKIN, 2018).

A liderança nesse processo foi assumida pela Nigéria em 1956, poucos anos antes de sua independência, quando o governo pre-independente apresentou medidas políticas para formar futuros diplomatas nigerianos. Os líderes emergentes da Nigéria, com interesse nos assuntos globais, buscaram compreender os assuntos internacionais através do treinamento de diplomatas para representar o país nesse contexto. Após conquistar sua independência, o governo nigeriano estabeleceu o Instituto Nigeriano de Assuntos Internacionais em 1961. O principal objetivo dessa instituição de pesquisa era fornecer diretrizes de política externa para o governo e conduzir estudos sobre relações internacionais em geral. Além disso, desempenhava um papel de assessoria para o antigo Escritório do Exterior, que posteriormente se tornou o Ministério das Relações Externas e, atualmente, é denominado como Ministério das Relações Exteriores (FASAKIN, 2018).

Posteriormente, em 1977, a Universidade de Ife deu um passo significativo ao estabelecer a primeira cátedra de Relações Internacionais no continente africano, que fazia parte da Faculdade de Administração. Essa iniciativa ocorreu após o desenvolvimento e a oferta bem-sucedida de cursos de graduação e pós-graduação em Relações Internacionais pela faculdade. A universidade, conhecida como UNIFE naquela época, foi responsável por formar o professor Olajide Aluko, o primeiro acadêmico em Relações Internacionais da África Subsaariana, e também um grupo de estudiosos engajados, cujas pesquisas se concentravam exclusivamente nessa área de estudo. Em outros países africanos, como Egito, Quênia, África do Sul e Tanzânia, departamentos acadêmicos dedicaram-se aos estudos de Relações Internacionais. Eram estes o Departamento de Ciência Política da Universidade do Cairo, o Instituto de Diplomacia e Estudos Internacionais (IDIS), o Departamento de Governo da Universidade de Nairobi e os Departamentos de Governo, Ciência Política ou Estudos Liberais, respectivamente. Diversos estudiosos renomados, como Boutros Ghali e Samir Amin do Egito, Ali Mazrui do Quênia, e Adele Jinadu, Claude Ake e Segun Osoba da Nigéria, muitos dos quais se identificam como cientistas políticos, contribuíram

significativamente para a compreensão e análise dos assuntos globais e para o estudo das Relações Internacionais do continente africano (FASAKIN, 2018).

Os teóricos africanos de Relações Internacionais direcionaram seus esforços para fazer contribuições significativas no estudo das relações diplomáticas, políticas externas e práticas diplomáticas de seus países. Em substituição de participar dos principais debates dentro do campo de RI ao nível global, eles concentraram seus esforços em trazer um sentido, contextualização às Relações Internacionais do continente e refletir acerca do lugar do continente africano no mundo. Os teóricos africanos abordaram questões de Relações Internacionais, principalmente aquelas relevantes para o contexto africano, de diferentes maneiras, utilizaram de abordagens convencionais ou exploraram perspectivas alternativas. Em ambos os casos, utilizando exemplos e situações empíricas do continente para testar teorias ocidentais, com o objetivo de estabelecer conexões com essas teorias ou desafiá-las, bem como suas epistemologias e metodologias. Entretanto, existem aqueles que utilizam das teorias, análise e de outras abordagens desenvolvidas ocidentalmente, principalmente nos Estados Unidos e na Europa para estudar as Relações Internacionais e analisar os assuntos internacionais de seus países (FASAKIN, 2018).

Sobre tal produção acerca das Relações Internacionais no continente africano, Olusola Ojo, renomado professor de Relações Internacionais acrescenta que

tanto os tons teóricos quanto os práticos relativos às RI na África são estabelecidos fora do continente. Pesquisadores africanos de RI meramente adaptam-nas para encaixar-se à realidade africana. Os africanos, de forma geral, não construíram teorias ou criaram muitos teóricos de RI. Apenas poucos podem realmente identificar-se como teóricos ou teóricos de RI. Nossas contribuições não são sobre teorias, mas sobre a resposta e adaptação de teorias existentes às realidades africanas. Fazemos isso a partir de uma perspectiva africana (OJO, 2017 *apud* FASAKIN, 2018, p. 21).

Apesar deste desenvolvimento da produção acerca das Relações Internacionais no continente africano, atualmente os pesquisadores enfrentam um desafio significativo devido à falta de recursos adequados para conduzir suas pesquisas e a falta de infraestrutura nas universidades. Tanto o financiamento insuficiente do governo e do setor privado quanto a falta de acesso a dados valiosos são obstáculos que dificultam o progresso das suas pesquisas. Além disso, a falta de sinergia e, por vezes, rivalidade entre os pesquisadores e as partes envolvidas nos assuntos externos africanos também apresenta-se como um desafio. Tais

problemas, limitam a capacidade dos pesquisadores africanos de desenvolver teorias de Relações Internacionais. E a ausência de uma base teórica forte de Relações Internacionais no continente limita o impacto que os estudiosos africanos podem ter na disciplina ao nível global (FASAKIN, 2018).

Em razão disso, os estudos sobre o continente, principalmente nas últimas duas décadas, e em sua maioria realizados por pesquisadores externos, apresentam uma tendência predominante em adotar uma narrativa pessimista. Essa narrativa aborda temas como crises, conflitos armados, pobreza, desastres naturais, corrupção, doenças e fome, criminalidade, degradação ambiental, má gestão dos recursos naturais e crises de governança. Esses aspectos têm sido frequentemente destacados como desafios enfrentados pelo continente, contribuindo para uma visão negativa e estereotipada dele (WAPMUK; AKINKWOTU, 2017).

Por fim, a fim de superar esses desafios e fortalecer a participação das universidades africanas na promoção do patrimônio mundial do conhecimento e na transformação de seus países, é essencial mobilizar sinergias por meio de parcerias dentro dos estados nacionais e das próprias universidades, bem como buscar alianças externas, especialmente no contexto da cooperação acadêmica Sul-Sul (VARELA, 2015). A UNILAB surge justamente nesse contexto da realidade do acesso e do desenvolvimento do ensino superior no continente africano, fruto da cooperação Sul-Sul, apontada como um dos caminhos para vencer tal realidade no continente.

Sobre a superação desses desafios em seu discurso na UNILAB em 2013 o ex-presidente Lula direcionou sua fala aos estudantes internacionais da universidade frisando que

Aquí na UNILAB, temos algumas centenas desses jovens, alguns dos mais talentosos, portadores da esperança de um futuro melhor. É a vocês que me dirijo especialmente neste momento. Não ocultem as inquietações nem sonquem a crítica, porque é da diversidade que surgem as novas ideias. Vocês chegaram aqui com seus sonhos, e são também os embaixadores da esperança de um futuro melhor para os nossos povos. É por isso que também lhes peço: por maiores que sejam os desafios e as dificuldades, não desistam de sonhar. Não desistam nunca de tentar construir um mundo melhor do que este que vocês receberam. Não desistam do futuro, porque o futuro será de vocês (LULA, 2013).

A UNILAB é, portanto, para além de uma oportunidade de acesso ao ensino superior, gratuito e de excelência, uma forma de reescrever uma história das relações entre o Brasil e os

países do continente africano. Produz uma travessia do Atlântico que se faz a partir de outros paradigmas, constrói uma ligação entre Brasil e o continente africano baseada na solidariedade entre os povos, fundando novas epistemologias e novas formas de transmissão de conhecimento.

A UNILAB possibilita a inserção, participação, diversidade e a construção de teorias nas mais diversas áreas, em especial aqui tratado nas Relações Internacionais, que atualmente, tanto necessita de vozes pretas africanas que desenvolvam teorias a partir de suas perspectivas para que essas reafirmem o lugar de destaque que o continente africano sempre possuiu nas Relações Internacionais e não aceitem mais que o continente seja moldado de fora para dentro.

Com tudo, a UNILAB converte-se em uma forma de reescrever a história de um povo que teve seus corpos, cultura e saberes sequestrados e espalhou-se pelo mundo, em particular no Brasil, em uma diáspora forçada impossibilitando que assumissem espaços que os foram sonogados historicamente. É uma forma desse povo traçar o seu futuro, pois como o símbolo e provérbio africano de *Sankofa* ensina-nos “é preciso voltar e pegar, retornar ao passado para ressignificar o presente e construir o futuro”.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Faz-se necessário considerar introdutoriamente nesta pesquisa que a história do povo negro é marcada pela exclusão e marginalização sistemática destes na sociedade, resultando em negação de direitos básicos e desigualdades persistentes. O racismo estrutural e institucionalizado é a base dessa exclusão, cria barreiras no acesso a uma vida digna e nega espaços para essas pessoas. O racismo e essa exclusão se estende à área de Relações Internacionais, prática e científica, que historicamente ignora propositalmente o papel da raça e do colonialismo nas questões globais. Da mesma forma que oculta o papel que o continente africano e as sociedades africanas desempenharam nas relações internacionais e na formação dos assuntos globais. Romper com essa realidade significa enfrentar uma estrutura racista que busca manter o *status quo* estabelecido.

Tal estrutura, assim como as relações internacionais, está pautada em poder, deste modo, entendendo que a soberania de uma raça representa poder, assim como a deter o conhecimento também, o direito e espaço que mais é negado à população negra é a educação. Portanto, as universidades tradicionalmente são ambientes elitizados e predominantemente brancos. Nesse sentido, as Relações Internacionais como academia têm mostrado-se seletiva e elitista, perpetuando a presença predominante de homens brancos e marginalizando a presença, perspectivas e contribuições das pessoas negras. Contrariando essa realidade o Curso de Relações Internacionais da UNILAB com seu corpo discente majoritariamente formado por pessoas negras e de nacionalidade africana apresenta-se como um projeto singular, ambicioso e extremamente complexo, proporcionando a oportunidade de inserção para essas pessoas na área de Relações Internacionais.

Mediante aos fatos supracitados, no início desta pesquisa questionou-se: de que forma o curso de Relações Internacionais da Universidade Da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira possibilita a inserção do sujeito africano e preto na área? Desse modo, a partir das ideias pré-concebidas foi proposto a hipótese para corroboração ou refutação de que o curso de Relações Internacionais da UNILAB possibilita a inserção dos sujeitos pretos e de origem africana na área de Relações Internacionais como produtores de conhecimento científico e profissionais, pois oferece a oportunidade do acesso ao ensino superior, bem como condições para a permanência desses estudantes na universidade, e proporciona uma formação crítica e afrocentrada das Relações Internacionais permitindo o desenvolvimento deste conhecimento a partir de tal óptica proporcionando um caminho para esse grupo transformar, analisar e participar das Relações Internacionais, ontológica e

epistemologicamente, como voz ativa a partir de suas perspectivas.

Para responder à problemática e testar a hipótese apresentada a pesquisa foi fundamentada e direcionada pelas contribuições das teorias decoloniais e pós-coloniais. Para mais, foram utilizados neste estudo a pesquisa documental e bibliográfica. Além disso, utilizou-se uma abordagem qualitativa, métodos descritivo-explicativo e hipotético-dedutivo, como também entrevistas. Em vista disso, através das leituras realizadas e da análise dos dados e entrevistas, acredita-se que foi possível construir uma explanação coerente e assertiva, mediante a qual atingiram-se os objetivos predispostos, bem como corroborar a hipótese apresentada no início da pesquisa.

No primeiro capítulo, visando compreender o uso da raça e do racismo na estrutura, epistemologia e dinâmicas das Relações Internacionais buscou-se primeiramente apresentar a construção social da raça, sua influência nas relações de poder e a persistência do racismo como um problema social e político tanto em âmbito doméstico quanto global, assim como buscou-se expor a utilização da raça e as práticas de racismo dentro da área de Relações Internacionais, como também buscou-se abordar a questão da exclusão social e do racismo estrutural, destacando como esses problemas excluem e marginalizam a população negra em diferentes áreas, em particular a educação. A partir disso, pode-se constatar que a racialização desempenha um papel fundamental na concepção e compreensão de várias questões internacionais, sendo assim, raça e o racismo estão profundamente enraizados nas Relações Internacionais, exercendo influência tanto nos estudos, estruturas e práticas da área. Para mais, constatou-se que apesar de serem elementos centrais nessa área e disciplina que analisa o poder, o racismo e a raça não são devidamente abordados como categorias analíticas. A disciplina de Relações Internacionais tem negligenciado a importância do colonialismo, da escravidão e do racismo em sua formação, e tem especialmente subestimado a relevância do continente africano para a manutenção da hegemonia dos países centrais. Constatou-se também que além de uma falta de memória e silenciamento, as Relações Internacionais sofrem de afasia em reconhecer o papel da raça e do racismo. Por fim, constatou-se neste primeiro capítulo que a falta de representatividade e diversidade na academia limita a participação e contribuições dos acadêmicos não-brancos, o que origina uma compreensão incompleta das Relações Internacionais e que para enfrentar esses desafios, é crucial promover uma inclusão e diversidade mais ampla nas instituições acadêmicas de Relações Internacionais. Isso implica em fornecer oportunidades equitativas para acadêmicos não-brancos, tanto na pesquisa quanto no ensino, e na incorporação de perspectivas raciais dentro do campo de estudo. Pois, restaurar, reparar e incluir vozes de pessoas pretas africanas

pode ter um impacto significativo na tomada de decisões ao nível internacional. Portanto, é imprescindível que as instituições e organizações que historicamente marginalizaram vozes pretas se ajustem para fomentar uma maior inclusão e diversidade de perspectivas ao abordar questões globais de elevada relevância.

No segundo capítulo, visando apresentar o projeto da UNILAB e seu curso de Relações Internacionais, o objetivo foi abordar os antecedentes que levaram à criação do projeto da UNILAB e fornecer informações sobre a universidade, suas diretrizes, objetivos e cursos oferecidos. Além disso, foi apresentado o processo de admissão, as políticas de assistência estudantil para estudantes internacionais e detalhes sobre o campus dos Malês, onde o Curso de Relações Internacionais está localizado. Também foram compartilhadas experiências de estudantes internacionais na cidade e sociedade em que o campus está inserido. Por fim, foi apresentado o Curso de Relações Internacionais da UNILAB e as suas particularidades. A partir disso, pode-se constatar primeiramente que o projeto da UNILAB é o resultado de uma política de governo que buscou trazer a questão da raça como pauta, nesse sentido, analisando todo o histórico político exposto, podemos afirmar que a UNILAB é um projeto político/de governo e não um projeto de Estado, não no sentido negativo, mas sim para compreender que isso a deixa extremamente vulnerável perante as alterações políticas no Brasil. Além disso, constatou-se que a UNILAB é um marco significativo na política brasileira de cooperação e internacionalização do ensino superior. Ela representa a internacionalização da educação como um instrumento da política externa brasileira, visando não apenas o desenvolvimento do povo brasileiro, mas também do povo africano. A UNILAB é uma instituição que desafia a hegemonia estabelecida, buscando promover mudanças no status quo. Trata-se de um projeto ambicioso e complexo que impulsiona uma forma inédita de cooperação entre o Brasil e o continente africano. Ademais, constatou-se que o curso de Relações Internacionais da UNILAB, assim como o projeto institucional, representa uma realidade única que oferece não apenas acesso ao ensino superior gratuito e de qualidade para africanos, mas também um ensino com perspectiva afrocentrada. Sendo assim, o curso promove a inclusão daqueles que historicamente têm sido marginalizados tanto ao nível interno (pessoas negras) quanto ao nível mundial (africanos), em áreas elitizadas e dominadas por pessoas brancas na estrutura social. Assim como, ao oferecer a possibilidade destes sujeitos compreenderem África a partir de perspectivas africanas para formular seu entendimento das relações internacionais, o curso promove a diversidade e inclusão de visões e vozes que podem construir as Relações Internacionais de uma forma contra-hegemônica, em particular do continente africano.

No terceiro e último capítulo, visando analisar a inserção dos discentes e egressos

africanos do curso na área de Relações Internacionais buscou-se apresentar os dados quantitativos sobre o ingresso e conclusão do curso, bem como compartilhar as histórias de vida e experiências dos egressos pretos africanos da UNILAB. Além disso, buscou-se compreender a historiografia das Relações Internacionais e o contexto atual do ensino superior no continente para demonstrar a importância de uma universidade que promova a inserção de pessoas pretas africanas na área e qual o impacto deste feito. A partir disso, pode-se constatar que a UNILAB e seu curso de Relações Internacionais desempenham seu papel como universidade e projeto internacional de integração, apesar das dificuldades. No entanto, há potencial para alcançar ainda mais quando alguns desafios específicos, internos e externos, forem abordados e superados. Por fim, constatou-se que a UNILAB é mais do que uma oportunidade de acesso ao ensino superior gratuito e de excelência. Ela representa uma oportunidade de reescrever a história das relações entre o Brasil e os países do continente africano. Ao estabelecer uma travessia do Atlântico baseada em novos paradigmas, a UNILAB constrói uma ponte entre o Brasil e a África, fundamentada na solidariedade entre os povos e gerando novas epistemologias e formas de transmitir conhecimento. A UNILAB oferece a oportunidade de inserção, participação, diversidade e construção de teorias em diversas áreas, especialmente nas Relações Internacionais. Nesse campo, é crucial contar com vozes pretas africanas que desenvolvam teorias a partir de suas próprias perspectivas, reafirmando o lugar de destaque que o continente africano sempre teve nas Relações Internacionais e se recusando a aceitar que o continente seja moldado de fora para dentro. Além disso, a UNILAB se torna uma forma de reescrever a história de um povo que teve seus corpos, cultura e conhecimentos sequestrados e espalhados pelo mundo como resultado de uma diáspora forçada. A UNILAB possibilita que esses sujeitos assumam os espaços que lhes foram historicamente negados, proporcionando uma transformação significativa.

Considerando os fatos expostos e os resultados obtidos, confirmou-se a hipótese apresentada no início desta pesquisa.

Todavia, foram constatados ao longo deste estudo alguns pontos que requerem atenção. O primeiro ponto refere-se à assistência estudantil, prestada aos estudantes internacionais, esta foi constatada como insuficiente o que afeta diretamente nas condições para a permanência desses estudantes na universidade. Compreende-se que muitas questões que afetam a assistência estudantil da universidade e a posicionam como insuficiente são questões externas e gerais das universidades federais interiorizadas, ainda, sim, é um ponto que requer melhoria e que afeta na conclusão e, portanto, inserção desses alunos internacionais. Para mais, o segundo ponto refere-se ao mercado de trabalho em relações internacionais no Brasil, que é

extremamente plural, entretanto não é regulamentado o que afeta a inserção desses estudantes como profissionais em RI além da área acadêmica. Deste modo, esses pontos são aqui destacados para que pesquisas e ações sejam realizadas para a solução destes problemas.

Com tudo, considerando as restrições de uma pesquisa desenvolvida no contexto de um Trabalho de Conclusão de Curso, não foi possível aprofundar em diversos temas aqui tratados. Portanto, devido à magnitude e a complexidade dos temas aqui tratados, este estudo não possui a intenção de esgotar as pesquisas sobre o assunto, pelo contrário, a presente pesquisa busca difundir o tema, estimular pesquisas e produção de conhecimento científico relacionado à raça e ao racismo no campo das Relações Internacionais. Além disso, espera-se despertar atenção para o assunto e contribuir para a promoção de uma maior diversidade e inclusão de pesquisadores e profissionais nessa área, por meio da criação de mais oportunidades como a investigada nesta pesquisa, proporcionando uma transformação nas perspectivas e vozes que conceituam, pesquisam, analisam, estruturam e praticam relações internacionais.

REFERÊNCIAS

ADEBAJO, Adekeye. **The Course of Berlin** – Africa after the Cold War. Oxford University Press, 2014.

ALMEIDA, Felipe Cordeiro de. **Universidades federais de missão institucional internacional e seu papel para a política externa brasileira**. 2022. Tese (Doutorado em Relações Internacionais: Programa San Tiago Dantas) - Programa de Estudos Pós-Graduados em Relações Internacionais: Programa San Tiago Dantas da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2022. Disponível em https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/235142/almeida_fc_dr_ippri_int.pdf?sequence=3&isAllowed=y Acesso em 12 jun de 2023.

AMARAL, Ilídio. “**Partilhas territoriais e coloniais na África ao sul do Saara: jogos políticos africanos no rescaldo da guerra de 1914-1918**”, *in*: África e a Instalação do Sistema Colonial (c. 1885 – c. 1930): III Reunião Internacional de História de África – Actas/direcção de Maria Emília Madeira Santos, Lisboa, IICT, Centro de Estudos de História e Cartografia Antiga, p. 47-70. 2000.

ANIEVAS, Alexander; MANCHANDA, Nivi e SHILLIAM, Robbie (eds.). **Race and Racism in International Relations: Confronting the Colour Global Line**. Londres e Nova York: Routledge, 2015.

Após três eleições, Lula chega à Presidência da República. Folha de São Paulo, 2002. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u41521.shtml> Acesso em 12 jun de 2023.

BEDAM, Amadú Victor. **A imagem da África no Recôncavo baiano: conceitos sobre africanos em São Francisco do Conde-Bahia**. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado Interdisciplinar em Humanidades) - Instituto de Humanidades e Letras, da UNILAB-Malês, São Francisco do Conde, 2017. Disponível em <https://repositorio.unilab.edu.br/jspui/handle/123456789/755> Acesso em 12 jun de 2023.

BENDO, Margarida Duete. **Estranhamento e convivência dos estudantes africanos em São Francisco do Conde**. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado Interdisciplinar em Humanidades) - Instituto de Humanidades e Letras, da UNILAB-Malês, São Francisco do Conde, 2017. Disponível em <https://repositorio.unilab.edu.br/jspui/handle/123456789/654> Acesso em 12 jun de 2023.

BENTO, Maria Aparecida Silva. **Branqueamento e branquitude no Brasil**. In: CARONE, Iray. BENTO, Maria Aparecida Silva (Orgs). Psicologia social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002, p. 25-58.

BEST COLLEGES. **A History of Exclusion for Students of Color**. 18 novembro 2021. Disponível em <https://www.bestcolleges.com/blog/history-exclusion-students-of-color/> Acesso em 12 jun de 2023.

BHAMBRA, Gurminder K.; BOUKA, Yolande; PERSAUD, Randolph B.; RUTAZIBWA, Olivia U.; THAKUR, Vineet; BELL, Duncan; SMITH, Karen; HAASTRUP, Toni; ADEM, Seifudein. **Why is mainstream international relations blind to racism?** Foreign Policy,

[s.l.], July 3, 2020. Disponível em: https://foreignpolicy.com/2020/07/03/why-is-mainstream-international-relations-ir-blind-to-racism-colonialism/?fbclid=IwAR05xxAiKaax_5g Acesso em 12 jun de 2023.

BLAKESLEE, George H. **Introduction**. The Journal of Race Development, [s. l.], v. 1, n. 1, p. 1-4, July 1910. Disponível em: https://www.jstor.org/stable/29737842?refreqid=excelsior%3Ade6edb193328ebd273014a9ef08add13&seq=1#metadata_info_tab_contents. Acesso em 12 jun 2023.

BRADLEY, Anna Spain. **Human Rights Racism**. Harvard Human Rights Journal, Vol. 32. 2019.

BRAGA, Pablo De Rezende Saturnino. **A rede de ativismo transnacional contra o apartheid na África do Sul**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2011. Disponível em http://funag.gov.br/loja/download/859-africa_do_Sul_A_rede_de_ativismo_transnacional_contra_o_apartheid_na_africa_do_Sul.pdf Acesso em 12 jun de 2023.

BRASIL. **Lei nº 12.289, de 20 de julho de 2010**. Dispõe sobre a Criação da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – Unilab e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/112289.htm Acesso em 12 jun de 2023.

BRASIL. Presidente (2003-2010: Luiz Inácio Lula da Silva). **Discurso de posse**. Brasília. 01 de janeiro de 2003. Disponível em <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/discursos/discursos-de-posse/discurso-de-posse-1o-mandato/view> Acesso em 12 jun de 2023.

BRASIL. Presidente (2003-2010: Luiz Inácio Lula da Silva). **Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na visita à Ilha de Gorée**. Ilha de Gorée-Senegal. 14 de abril de 2005. Disponível em <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/discursos/1o-mandato/2005/14-04-2005-discurso-do-presidente-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-na-visita-a-ilha-de-goree/view> Acesso em 12 jun de 2023.

BYFIELD, Judith; BROWN, Carolyn; PARSONS, Timothy; SIKAINGA, Ahmad Alawad. **Africa and World War II**. Cambridge: Cambridge University Press, 2015.

CROWDER, Michael. **A Primeira Guerra Mundial e suas consequências**. In: BOAHEN, A. A. (Ed.). A África sob dominação colonial: 1880-1935. 2ª. ed. rev. Brasília: UNESCO, 2010. Disponível em <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000190255/PDF/190255por.pdf.multi> Acesso em 12 jun de 2023.

DE LUCCA, Daniel; BUTI, Rafael Palermo. **Os Malês nas margens do Atlântico Negro: desafios da interiorização e da internacionalização da Unilab no Recôncavo Baiano**. Anuário Antropológico, [S. l.], v. 46, n. 1, p. 119–144, 2021. DOI: 10.4000/aa.7676. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/anuarioantropologico/article/view/35980> Acesso em 12 jun de 2023.

DIÓGENES, Camila Gomes; AGUIAR, José Reginaldo(orgs). **UNILAB: Caminhos e**

Desafios Acadêmicos da Cooperação Sul-Sul. Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira. Redenção: UNILAB, 2013. Disponível em <https://sibiuni.unilab.edu.br/wp-content/uploads/2022/06/LIVRO-UNILAB-5-ANOS-2-1.pdf> Acesso em 12 jun de 2023.

DJABI, Abdulai. **Islamofobia e terrorismo:** relatos e experiências de estudantes guineenses de intercâmbio acadêmico. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado Interdisciplinar em Humanidades) – Instituto de Humanidades e Letras, da UNILAB-Malês, São Francisco do Conde, 2017. Disponível em <https://repositorio.unilab.edu.br/jspui/handle/123456789/803> Acesso em 12 jun de 2023.

DÖPCKE, Wolfgang. **A vida longa das linhas retas:** cinco mitos sobre as fronteiras na África Negra. Revista Brasileira de Política Internacional. V. 42, nº1, 1999. p. 77-109.

DU BOIS, W. E. B. **The African roots of war.** The Atlantic, [s. l.], May 1915. Disponível em: <https://www.theatlantic.com/magazine/archive/1915/05/the-african-roots-of-war/528897/> Acesso em 12 jun de 2023.

DU BOIS, W. E. B. **Worlds of color.** Foreign Affairs, [s. l.], v. 3, n. 3, p. 423-444, Apr. 1925.

FASAKIN, Akinbode . **A ÁFRICA E A HISTORIOGRAFIA DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS.** Revista Brasileira de Estudos Africanos, [S. l.], v. 3, n. 5, 2018. DOI: 10.22456/2448-3923.80408. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/rbea/article/view/80408>. Acesso em 12 jun de 2023.

FASI, M. E. (Ed.). **África do século VII ao século XI.** 2. ed. rev. Brasília: Unesco, 2010.

FELIX DE QUADROS, Mariana. **Descolonizando as relações internacionais:** a raça e o racismo como categoria de análise. Semina - Revista dos Pós-Graduandos em História da UPF, [S. l.], v. 18, n. 1, p. 39 - 57, 2019. Disponível em: <https://seer.upf.br/index.php/ph/article/view/10175>. Acesso em 12 jun 2023.

GALA, Irene Vida. **Política Externa Como Ação Afirmativa:** Projeto e Ação do Governo Lula na África - 2003/2006. Editora UFABC. 2019.

GOMES, Nilma Lino; VIEIRA, Sofia Lerche. **Construindo uma ponte Brasil-África:** a Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira. Revista Lusófona de Educação, v. 1, p. 75-88, 2013. Disponível em <https://www.redalyc.org/pdf/349/34929705005.pdf> Acesso em 12 jun de 2023.

HENDERSON, Errol A. **Hidden in Plain Sight:** Racism in International Relations Theory. In: ANIEVAS, Alexander; MANCHANDA, Nivi e SHILLIAM, Robbie (eds.). Race and Racism in International Relations: Confronting the Colour Global Line. Londres e Nova York: Routledge, p. 19-43, 2015.

HERBST, Jeffrey. **States and Power in Africa:** Comparative Lessons in Authority and Control. Princeton: Princeton University Press, 2000. Cap.1, p.11 – 31.

HUDZIK, John K. **Comprehensive internationalization:** institutional pathways to success. Routledge, 1a Edição. Londres, 2015.

IANNI, Octavio. **Dialética das relações raciais**. Estudos Avançados, [S. l.], v. 18, n. 50, p. 21-30, 2004. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/ea/a/78rQndTBbYLBzHMdc3ygi4w/?lang=pt> Acesso em 12 jun de 2023.

IÉ, Nivaldo Casimiro. **A imigração temporária dos estudantes guineenses na Bahia-Brasil**: a procura de uma formação superior para o desenvolvimento nacional. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado Interdisciplinar em Humanidades) – Instituto de Humanidades e Letras, da UNILAB-Malês, São Francisco do Conde, 2016. Disponível em <https://repositorio.unilab.edu.br/jspui/handle/123456789/709> Acesso em 12 jun de 2023.

JORGE, Luciana dos Santos; SILVA, Carla Craice da e ALMEIDA, Luciana Schleder. **CONSTRUINDO UMA UNIVERSIDADE INTERNACIONALIZADA**: um estudo sobre a permanência estudantil na universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB). Revista Teias [online]. 2022, vol.23, n.69, pp.204-217. Disponível em <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistateias/article/view/65948> Acesso em 12 jun de 2023.

JORGE, Nedilson (Org.). **História da África e relações com o Brasil**. Brasília: FUNAG, 2018. Disponível em https://funag.gov.br/biblioteca-nova/produto/1-258-historia_da_africa_e_relacoes_com_o_brasil Acesso em 12 jun de 2023.

KI-ZERBO, J (Ed.). Metodologia e pré-história da África 2. ed. rev. Brasília: Unesco, 2010.

KNIGHT, Jane. **Higher education internationalization**: concepts, rationales and frameworks. Revista REDALINT. Volumen 1, Número 1. 2021.

KODJO, Edem; CHANAIWA, David. **Pan-africanismo e libertação**. In: MAZRUI, A. A.; WONDJI, C. (Ed.). A África desde 1935. 2ª. ed. rev. Brasília: UNESCO, 2010. Disponível em <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000190256/PDF/190256por.pdf.multi> Acesso em 12 jun de 2023.

KRISHNA, Sankaran. **Race, amnesia, and the education of international relations**. In: JONES, Branwen Gruffydd (ed.). Decolonizing international relations. Lanham, MD: Rowman & Littlefield, 2006. p. 89-108.

LANGE, Werner. The Source of African Philosophy: The Ethiopian Philosophy of Man by Claude Sumner. The International Journal of African Historical Studies, 20 (4), 734-735. 1987. Disponível em <https://www.jstor.org/stable/219665?origin=crossref> Acesso em 12 jun de 2023.

LEITE, Patrícia Soares. **O Brasil e a Cooperação Sul-Sul em três momentos de política externa**: os governos Jânio Quadros/ João Goulart/, Ernesto Geisel e Luiz Inácio Lula da Silva. FUNAG, Brasília, 2011. Disponível em: http://funag.gov.br/loja/download/842-Brasil_e_a_Cooperacao_Sul-Sul_em_tres_momentos_de_Politica_Externa_O.pdf Acesso em 12 jun de 2023.

LIMA, Márcia. **Desigualdades raciais e políticas públicas**: ações afirmativas no governo

Lula. *Novos Estudos CEBRAP*, n. 87, pp. 77-95, 2010. LIMA, Maria Regina Soares De. *Instituições democráticas e política exterior*. Rio de Janeiro: Contexto Internacional, v.22, n.2, pp.263-303.

LONGBAAM, Miapkum Peter. **Pre-Colonial African International Relations: Kanem-Bornu External Relations Under The Reign Of Mai Idris Aloomo (1517-1603)**. Department Of Political Science, University Of Jos. 2015. Disponível em https://www.academia.edu/22174270/The_pre_colonial_African_International_Relations Acesso em 12 jun de 2023.

LULA. **Ex-presidente recebe título de doutor honoris causa da Unilab**. 2013. Disponível em: <https://lula.com.br/ex-presidente-recebe-titulo-de-doutor-honoris-causa-da-unilab-0/>. Acesso em 12 jun de 2023.

LULAT, Y. G.-M. **A History of African Higher Education from Antiquity to the Present**. Westport CT: Praeger Publishers. 2005.

MAIA, Marrielle. **Formação em Relações Internacionais no Brasil: Panorama dos cursos de graduação e perfil dos egressos**. Editora PUC Minas, 2020. Disponível em https://www.google.com.br/books/edition/Forma%C3%A7%C3%A3o_em_Rela%C3%A7%C3%B5es_Internacionais/u3LgDwAAQBAJ?hl=pt-BR&gbpv=0&bshv=nce/1 Acesso em 12 jun de 2023.

MALOWIST, Marian. **A luta pelo comércio internacional e suas implicações para a África** In: OGOT, B. A. (Ed.). *África do século XVI ao século XVIII*. 2ª. ed. rev. Brasília: UNESCO, 2010. Disponível em <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000190253/PDF/190253por.pdf.multi> Acesso em 12 jun de 2023.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 5 ed. – São Paulo: Atlas, 2003.

MARTINS, Rosilda Baron. **Metodologia Científica: Como tornar mais agradável a elaboração de trabalhos acadêmicos**. 1ª ed. (ano 2004), 2ª tir. Curitiba: Juruá, 2005.

MILANI, Carlos. **Cooperação entre o Brasil e a África no contexto das relações Sul-Sul** in JORGE, Nedilson(org.) *História da África e relações com o Brasil*. Brasília : FUNAG, 2018. Disponível em http://funag.gov.br/loja/download/Historia_da_Africa.pdf Acesso em 12 jun de 2023.

MILLS, Charles W. **O contrato de dominação**. Meritum, Belo Horizonte, v. 8, n. 2, p. 15-70, jul./dez. 2013. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/235032337.pdf>. Acesso em 12 jun de 2023.

MILLS, Charles W. **The racial contract**. Ithaca: Cornell University Press, 1997.

MOEHLECKE, Sabrina. **Ação afirmativa: história e debates no Brasil**. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cp/n117/15559.pdf> Acesso em 12 jun de 2023.

MOHAMEDBHAI, Goolam. **Educação Superior na África: Enfrentando os Desafios do**

Século XXI. Ensino Superior Internacional , [S. l.] , n. 63, 2011. DOI: 10.6017/ihe.2011.63.8534. Disponível em: <https://ejournals.bc.edu/index.php/ihe/article/view/8534> Acesso em 12 jun de 2023.

MOKHTAR, G. (Ed.). *A África Antiga* 2. ed. rev. Brasília: Unesco, 2010.

MONTEIRO, Artemisa Odila Candé; LIMA, Ivan Costa (orgs). **Unilab 10 anos: Experiência, desafios e perspectivas de uma Universidade Internacional com a África e Timor-Leste no interior da Bahia e Ceará – v.1** [recurso eletrônico] – Fortaleza: Imprece, 2021. Disponível em <https://unilab.edu.br/wp-content/uploads/2021/08/LIVRO-UNILAB-10-ANOS-VOLUME-1-FINALIZADO-definitivo.pdf> Acesso em 12 jun de 2023.

MORAIS, Pâmela Samara Vicente. **O perigo de uma história única: colonialidade e branquitude nos currículos de Relações Internacionais**. Monografia (Relações Internacionais) - Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis. 2021 Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/223134> Acesso em 12 jun de 2023.

MOROSINI, Marília Costa. **Internacionalização na produção de conhecimento em IES Brasileiras: Cooperação Internacional Tradicional e Cooperação Internacional Horizontal**. Educação em Revista. Belo Horizonte, v. 27, n.01, 2011.

MUNANGA, Kabengele. **Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia**. Programa de educação sobre o negro na sociedade brasileira. Tradução . Niterói: EDUFF, 2004. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/wp-content/uploads/2014/04/Uma-abordagem-conceitual-das-nooes-de-raca-racismo-dentidade-e-etnia.pdf> Acesso em 12 jun de 2023.

MUNANGA, Kabengele. **Negritude – usos e sentidos**. 4ª ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019. Disponível em: <https://elivros.love/livro/baixar-livro-negritude-usos-e-sentidos-kabengele-munanga-em-epub-pdf-mobi-ou-ler-online> Acesso em 12 jun de 2023.

MUNANGA, Kabengele. **RELAÇÕES ÁFRICA-BRASIL: O QUE SERIA?** Revista do Ppgcs – Ufrb: Novos Olhares Sociais - Dossiê África-Brasil, Cachoeira, v. 1, n. 1, p. 6-25, maio 2018. Disponível em: <https://www3.ufrb.edu.br/ojs/index.php/novosolharessociais/article/view/413> Acesso em 12 jun de 2023.

OLIVEIRA, A. V. da S. **Exclusão do sujeito negro e a negação de raça na produção acadêmica em Relações Internacionais no Brasil**. Monções: Revista de Relações Internacionais da UFGD, [S. l.], v. 8, n. 15, p. 366–396, 2019. DOI: 10.30612/rmufgd.v8i15.11540. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/moncoes/article/view/11540>. Acesso em: 9 jun. 2023.

PERSAUD, Randolph B.; WALKER, Rob BJ. Apertura: **Race in international relations**. Alternatives, v. 26, n. 4, p. 373-376, 2001.

PIRES, Thula Rafaela de Oliveira. **Por uma concepção amefricana de direitos humanos**. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de. (Org.) *Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, p. 298-319, 2020.

QIANG, Zha. **Internationalization of Higher Education:** towards a conceptual framework. Policy Futures in Education, Volume 1, Number 2, 2003.

QUEIROZ, Camila. **Crédito orçamentário viabilizará a retomada das obras no Campus dos Malês.** UNILAB.edu.br, 25 maio 2023. Disponível em <https://unilab.edu.br/2023/05/25/credito-orcamentario-viabilizara-a-retomada-das-obras-no-campus-dos-males/> Acesso em 12 jun de 2023.

RAZZA, Connie M. **Social Exclusion:** The Decisions and Dynamics that Drive Racism. New York: Dēmos, 29 maio 2018. Disponível em: https://www.demos.org/research/social-exclusion-decisions-and-dynamics-drive-racism#footnoteref1_uag81gc. Acesso em 12 jun de 2023.

REEVES, Julie. **Culture and International Relations:** Narratives, Natives, and Tourists. New York: Routledge, 2004.

REGINALDO, Lucilene. **Racismo e naturalização das desigualdades:** uma perspectiva histórica. uma perspectiva histórica. 2018. Jornal da UNICAMP. Disponível em: <https://www.unicamp.br/unicamp/ju/artigos/direitos-humanos/racismo-e-naturalizacao-das-desigualdades-uma-perspectiva-historica> Acesso em 12 jun de 2023.

RIBEIRO, Fabrício Américo. **Unila e Unilab:** uma abordagem sobre o processo de integração internacional do ensino superior a partir das universidades federais no Brasil. Geosaberes , Fortaleza, v. 6, n. 1, pág. 63 - 71, julho de 2015. ISSN 2178-0463. Disponível em: <http://www.geosaberes.ufc.br/geosaberes/article/view/365>. Acesso em 12 jun de 2023.

RODNEY, Walter. **Como a Europa subdesenvolveu a África.** Lisboa, Editora Seara Nova, 1975.

SANTOS, Dyane Brito Reys. **Para além das cotas:** a permanência de estudantes negros no ensino superior como política de ação afirmativa. 214f. Tese. Doutorado, Universidade Federal da Bahia. Faculdade de educação, Salvador, BA, 2009. Disponível em <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/11778> Acesso em 12 jun de 2023.

SARAIVA, José Flávio Sombra. **A África e o Brasil:** encontros e encruzilhadas. Ciências & Letras. Números 21 e 22, p. 115-172, 1998.

SARAIVA, José Flávio Sombra. **A África no século XXI:** um ensaio acadêmico. Brasília : FUNAG, 2015. Disponível em: https://funag.gov.br/biblioteca-nova/produto/1-409-africa_no_seculo_xxi_um_ensaio_academico_a Acesso em 12 jun de 2023.

SARAIVA, José Flávio Sombra. **O lugar da África:** a dimensão atlântica da política externa brasileira, de 1946 a nossos dias. Brasília: EdUnB, 1996.

SCHLESINGER, Sergio. **Cooperação e investimento do Brasil na África:** O caso do ProSavana em Moçambique. Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional-FASE, 1 ed. , Maputo, 2013. Disponível em: https://fase.org.br/wp-content/uploads/2013/05/Caderno_ProSavana_FASE.pdf Acesso em 12

jun de 2023.

SCHUCMAN, Lia Vainer. **Entre o “encardido”, o “branco” e o “branquíssimo”**: raça, hierarquia e poder na construção da branquitude paulistana. 2012. Tese (Doutorado em Psicologia) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/47/47134/tde-21052012-154521/pt-br.php>. Acesso em 12 jun de 2023.

SHILLIAM, Robbie. **Race and racism in international relations**: retrieving a scholarly inheritance. *International Politics Review*, 8, 152–195, 2020.

SHUBIN, Vladimir. **The Hot Cold War**: URSS in Southern Africa. London: Pluto Press, 2008.

SILVA, Carla Craice da; SOUZA, Cristiane Santos; BATHILLON, Aldine Valente. **O ser e o estar na UNILAB**: o olhar das/os estudantes africanas/os sobre a integração. In: *Unilab 10 anos: Experiência, desafios e perspectivas de uma Universidade Internacional com a África e Timor-Leste no interior da Bahia e Ceará – v.1* Artemisa Odila Candé Monteiro; Ivan Costa Lima (orgs). – Fortaleza: Imprece, 2021. Disponível em <https://unilab.edu.br/wp-content/uploads/2021/08/LIVRO-UNILAB-10-ANOS-VOLUME-1-FINALIZADO-definitivo.pdf> Acesso em 12 jun de 2023.

SILVA, Karine de Souza. **“Esse silêncio todo me atordoa”**: a surdez e a cegueira seletivas para as dinâmicas raciais nas Relações Internacionais. *Revista de Informação Legislativa: RIL*, Brasília, DF, v. 58, n. 229, p. 37-55, jan./mar. 2021. Disponível em: https://www12.senado.leg.br/ril/edicoes/58/229/ril_v58_n229_p37 Acesso em 12 jun de 2023.

SILVA, Luiz Inácio Lula da. **Discurso durante o Painel de Alto Nível da XII Reunião da Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD)**, Acra, Gana, 21 de abril de 2008. Disponível em <http://mundorama.net/2008/04/21/discurso-do-presidente-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-durante-o-painel-de-alto-nivel-da-xii-reuniao-da-conferencia-das-nacoes-unidas-sobre-comercio-e-desenvolvimento--unctadacra/> Acesso em 12 jun de 2023.

SILVEIRA, Denise Tolfo; CÓRDOVA, Fernanda Peixoto. **A pesquisa científica**. In: GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo [orgs]. *Métodos de Pesquisa*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/cursopgdr/downloadsSerie/derad005.pdf> Acesso em 12 jun de 2023.

SOUZA, Mari Rosa. **Contribuições para uma atuação do serviço social numa perspectiva decolonial na política de assistência estudantil da Unilab**. *CAPOEIRA: Revista de Humanidades e Letras*, v. 5, n. 2, 2019.

STRACHAN, Hew. **The first world war**: The First World War in Africa. New York: Oxford University Press Inc. 2004.

SUMBA, Julio Quintino Cam-Nate. **Estudantes africanos na UNILAB Campus dos Malês (São Francisco do Conde) entre os anos 2014 - 2018**. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado Interdisciplinar em Humanidades) – Instituto de Humanidades e Letras, da UNILAB-Malês, São Francisco do Conde, 2019. Disponível em

<https://repositorio.unilab.edu.br/jspui/handle/123456789/1472> Acesso em 12 jun de 2023.

THOMSON, Alex. U.S. **Foreign Policy towards Apartheid South Africa, 1948-1994: conflict of interests**. Nova Iorque: Palgrave Macmillan, 2008.

TROITINHO, B. R.; SILVA, I. C. da. **A Política Externa Afirmativa do Brasil: movimento negro, Estado e Política Externa Africana em Geisel e Lula**. Monções: Revista de Relações Internacionais da UFGD, [S. l.], v. 5, n. 10, p. 162–195, 2017. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/moncoes/article/view/6061> Acesso em 12 jun de 2023.

UNICEF (África). **TRANSFORMANDO A EDUCAÇÃO EM ÁFRICA: Uma visão global baseada em evidência para a melhoria a longo prazo**. UNICEF e Comissão da União Africana. Disponível em: <https://www.unicef.org/media/106916/file/%20Africa%20Education%20Report%20Summary%20POR%20.pdf>. Acesso em 12 jun de 2023.

UNILAB. **Guia do Estudante de Graduação**. 2016. Disponível em: <https://unilab.edu.br/wp-content/uploads/2018/02/guia-do-estudante-completo-VERS%C3%83O-2018.pdf>. Acesso em 12 jun de 2023.

UNILAB. **Projeto Pedagógico Curricular do Curso de Relações Internacionais – Bacharelado**. 2021. Disponível em: <https://unilab.edu.br/wp-content/uploads/2023/04/PPC-Revisado-CPAC-Fevereiro.2022-1.pdf> Acesso em 12 jun de 2023.

UZOIGWE, Godfrey. N. **Partilha europeia e conquista da África: apanhado geral**. In: BOAHEN, A. A. (Ed.). **A África sob dominação colonial: 1880-1935**. 2ª. ed. rev. Brasília: UNESCO, 2010. Disponível em <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000190255/PDF/190255por.pdf.multi> Acesso em 12 jun de 2023.

VARELA, Bartolomeu L. **O Ensino Superior em África: potencialidades, desafios e perspectivas [sic]**. 2015.. Disponível em: https://bartvarela.files.wordpress.com/2015/10/ensino-superior-em-c3a1frica_out-2015.pdf Acesso em 12 jun de 2023.

VICENTE, José. **A exclusão do negro e a negação das raças**. Folha de São Paulo, São Paulo, 20 out 2012. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/paywall/login.shtml?https://www1.folha.uol.com.br/fsp/opinia%20o/72974-a-exclusao-do-negro-e-a-negacao-das-racas.shtml>. Acesso em 12 jun de 2023.

VITALIS, Robert. **White world order, black power politics: the birth of American international relations**. New York: Cornell University Press, 2015.

VUCETIC, Srdjan; PERSAUD, Randolph B. **Race in International Relations**. In: PERSAUD, Randolph B. e SAJED, Alina (eds.). **Race, Gender, and Culture in International Relations: Postcolonial Perspectives**. Londres e Nova York: Routledge, 2018.

WAPMUK, Sharkdam ; AKINKWOTU, Oluwatooni. **AS DINÂMICAS DA ÁFRICA NAS RELAÇÕES MUNDIAIS: DO AFRO-PESSIMISMO PARA O AFRO-OTIMISMO?**

Revista Brasileira de Estudos Africanos, [S. l.], v. 2, n. 4, 2018. DOI: 10.22456/2448-3923.75450. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/rbea/article/view/75450>. Acesso em 12 jun de 2023.

WOLDEGIORGIS, Emnet Tadesse ; DOEVENSPECK, Martin. **The Changing Role of Higher Education in Africa: A Historical Reflection** in: Higher Education Studies; Vol. 3, No. 6; Canadian Center of Science and Education. 2013. Disponível em <https://files.eric.ed.gov/fulltext/EJ1079222.pdf> Acesso em 12 jun de 2023.

WOLHUTER, C.C;KANGUMU, B; MUNGONGI, F. **Higher Education in Africa: Survey and assessment**. Higher Education Forum. Vol. 11. 2014. Disponível em <https://files.eric.ed.gov/fulltext/EJ1330005.pdf> Acesso em 12 jun de 2023.

ZVOBGO, Kelebogile; LOKEN, Meredith. **Why race matters in international relations**. Foreign Policy, [s. l.], June 19, 2020. Disponível em: <https://foreignpolicy.com/2020/06/19/why-race-matters-international-relations-ir/>. Acesso em 12 jun de 2023.

APÊNDICE A - ENTREVISTA COM O EX-COORDENADOR DO CURSO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS DA UNILAB TRANSCRITA

Realizada em 14 de março de 2023 via Google Meet

Pergunta: O curso de Relações Internacionais segue como uma opção de terminalidade ou já há o ingresso direto?

Resposta: O curso ele foi pensado como uma terminalidade, foi idealizado como uma terminalidade. Primeira coisa o curso ele foi idealizado inicialmente por um corpo de docentes e pesquisadores interdisciplinar, cuja peculiaridade é que nenhum deles era internacionalista, isso é um aspecto importante, nenhum dos professores que fundaram, que criaram o curso era formado em Relações Internacionais, então ele foi idealizado a partir de concepções específicas foi concebido nessa perspectiva mais humanista que é característica da UNILAB.

Mas contudo, estudantes que já tenham uma formação, já tem uma faculdade ou vão fazer uma segunda faculdade eles conseguem entrar diretamente nas Relações Internacionais como se não fosse um segundo ciclo, estudantes quilombolas ou indígenas também têm essa possibilidade.

E agora pela primeira vez esse semestre, a gente conseguiu. A gente está com problema grave de poucos estudantes, entendeu, é Camila, muito pouco. A pandemia foi um horror pra gente, caiu muito o número de estudantes e também é que o curso foi criado em 2017 num contexto já pós golpe e já no contexto de encolhimento das relações internacionais brasileiras, o Brasil já no momento de declínio nas Relações Internacionais. Então também as Relações Internacionais enquanto curso, enquanto espaço de prestígio acadêmico também sofreu muito, sobretudo projetos que tenha perspectiva como a UNILAB, Sul-Sul e sobretudo para África e sobretudo anti-racista, são temáticas que fazem parte dos adversários da agenda do antigo governo, Então foi muito difícil para a gente esse período.

E obviamente o número de estudantes caiu. A gente conseguiu depois de muita negociação, a gente abriu pela primeira vez esse semestre, portanto estudantes que conseguem a nota pelo SISU eles entram diretamente no curso, a gente abriu poucas vagas, foram 20 vagas, se não me engano pelo SISU inclusive para experimentar e lotou.

Então, o cenário é esse, é híbrido, a resposta mais precisa seria híbrido, mas a maior parte é pela terminalidade. E agora pela primeira vez a gente abriu vagas diretamente pelo SISU. Estudantes que podem entrar, mas tem um número mais restrito.

Agora, veja só, o que é ruim e o que é bom do SISU? Eu avalio, tá? E alguns, colegas né, não sou só eu.

O que eu acho do curso de Humanidade, que é bom.

Nosso público é primeiro, é internacional, no curso de Relações Internacionais, mais de 90% dos nossos estudantes são, por enquanto, mas não vai precisar mudar com essa entrada nova. São estrangeiros, são africanos, mais de 90%. E também, o curso de Humanidades, ele funciona como uma espécie de pré, pós segundo grau, pós-ensino médio, uma espécie de preparatório. Então, de língua portuguesa, de ensino, sabe, de conhecimentos gerais, é uma espécie de arrumar o campo pra galera ir pra RI. Então tem uma coisa de preparatório que é o que a gente quer avaliar positivamente. Inclusive é um curso de Humanidades muito afro-referenciado, o que é muito bem-visto. Os estudantes de fora, eles aprendem mais sobre a África do que em casa. Eles falam, ó, eu li mais sobre a África, na UNILAB, do que em casa. Isso é uma narrativa recorrente. Agora, um ponto ruim é que demora para se formar.

E pelo SISU, quando você procura cursos de Relações Internacionais em universidade federal na Bahia não existe, não aparece no SISU. Não aparecia. Aparecia só Humanidade na UNILAB, não aparecia oferta de RI. Então por isso os estudantes que queriam fazer Relações Internacionais em uma universidade federal na Bahia não sabiam que tinha um curso. O nosso curso é o único curso de Relações Internacionais público na Bahia, todos os outros cursos são privados. Tem a UFBA, que é a Federal da Bahia, oferece pós-graduação em RI, mas não têm graduação.

Abrimos para o SISU em 2023, mas nosso calendário é 2022.2, tá? Só pra você entender.

Pergunta: Existem grupos de pesquisa vinculados ao curso de Relações Internacionais?

Respostas: A gente tem dois... Tem professores que estão em outros grupos, mas do curso de Relações Internacionais temos dois grupos. Um eu faço parte, que se chama Órbita, que é o Observatório das Relações Internacionais. E tem um outro grupo chamado Austral, que estuda também Relações Internacionais. Tem outros professores que aí eventualmente eles estão em outros grupos, mas aí não são de Relações Internacionais. Vinculados ao curso só tem esses dois mesmo.

Pergunta: Existem projetos de extensão vinculados ao curso de Relações Internacionais?

Resposta: A gente tem vários, né? Então, tem um projeto de extensão, que agora a gente está lutando para virar um programa de extensão, que é um cursinho, é um cursinho internacional. Então a gente está preparando os estudantes, dando um cursinho, toda semana tem aula para os estudantes. Baseado no cursinho Emancipa, a gente construiu o Emancipa Malês. Ligado à UNILAB, que aí a gente conseguiu construir núcleos em Bissau, em Angola, em Cabo Verde

também, estamos tentando estabelecer mais uma parceria com São Tomé Príncipe, Moçambique e Timor. E aí o de Bissau que está mais avançado, têm três núcleos em Bissau, tem em Bissau na capital, tem dois no interior do país. A gente da formação, ou seja, está preparando os estudantes para eles prestarem o vestibular lá para entrar na UNILAB. Que tem a ver com conhecimentos gerais, com redação, matemática. Esse é projeto de extensão, aí tem outros, tem podcast, tal, o PodMundo. Deixa eu ver... Tem uma colega que trabalha com segurança alimentar... Tem uma colega que fica buscando gente que estuda ou que escreveu, ou que viajou por África. Basicamente a conexão Brasil-África. Então ela faz algumas leituras, mas faz sobretudo live, para falar, para conversar. Tem isso, tem uma colega que trabalha com cinema. E aí tem uma lista...

Pergunta: O curso visa fomentar a questão de mercado de trabalho, através de estágio obrigatório, algum convênio ou visita técnica?

Resposta: Sim, a gente tem uma dificuldade, no nosso PCC o estágio obrigatório, né? A gente não avalia isso como muito bom, porque a gente não consegue estágio. É uma loucura. Então tem muitos estudantes que a gente tem que criar projetos para pôr os estudantes no projeto como estágio. O que não é legal. Obviamente isso não é a maioria dos casos, mas acontece muito. E esse fenômeno da dificuldade de conseguir o estágio, isso se deve sobretudo ao fato da universidade ser uma cidade pequena. Porque os cursos de Relações Internacionais, eles estão em grandes cidades, são as cidades que têm uma centralidade estratégica. Mas o nosso caso não faz sentido. A gente avalia muito mal a localização do curso de Relações Internacionais porque a gente recebe os estudantes africanos, tem que pensar internacionalmente num contexto super provinciano, é muito difícil isso e todas as conexões são de Salvador. Então é muito difícil mesmo. Esse é um dos focos de pesquisa meu, entender um pouco a trajetória profissional dessa galera, que está formada, o que eles têm feito, né?

A gente faz de tudo, faz de tudo, então arranja o lugar em ONG, em embaixada, às vezes também no setor de Salvador, muita coisa em Salvador, muitas das coisas mais formais, sobretudo as remuneradas são em Salvador, a gente consegue remuneração, o Recôncavo Baiano, é uma região que não é internacionalizada. A dimensão internacional do recôncavo baiano é muito de fora para dentro, quando aparece. Então, todo o trabalho que tem, que a gente consegue é fora. A gente conseguiu uma coisa ou outra interessante durante a pandemia, online. Isso aí foi um alívio, assim, para alguns estudantes, foi massa. É isso, né? Em termos de estágio é isso.

Agora, o que eles estão fazendo depois que eles se formam, né? Muitos tem feito pós

graduação, muitos, a gente não sabe a porcentagem desse muitos, o que significa, mas vários tem feito pós graduação. É, tem estudante que... pós-graduação no Brasil. Tem estudante que vai fazer pós-graduação fora do Brasil. Vai pra Portugal, Estados Unidos, ou vai fazer em África.

Tem uma estudante na EEPREN, uma feminista massa, foi minha aluna, maior orgulho. Ela está dando aula na universidade Amílcar Cabral. E eles levaram essa pegada do tripé da universidade brasileira, que não tinha lá, de ensino, pesquisa e extensão. Estão dando teóricos africanos para os alunos lerem, coisa que lá não se faz, né? Lá eles são mais eurocêntricos do que a gente.

Tem estudantes que acabam indo pra outra área, pra a área de serviços. Tem estudante, uma estudante nossa, excelente cozinheira, mas formada em RI.

Então, o mercado de trabalho é um pouco isso.

Pergunta: Quais são as áreas que os egressos mais seguem?

Resposta: Muitos seguem para a área acadêmica. O que eu não sei exatamente é o que significa assim muitos, né? Ou seja, uma porcentagem, escala. A gente quer ter uma estimativa mais precisa disso, precisa fazer a pesquisa mesmo. Mas a gente sabe que muitos seguem para a área acadêmica.

Sobre o mercado de trabalho em RI, sabe? Eu queria entender também quem é que estudou isso. Os artigos que eu achei, eu achei fracos, não me convenceram muito. Porque eu não sei se existe um mercado fechado de trabalho em RI, esse que é o ponto, entendeu? A gente pode pensar mercado de trabalho em RI, é aquilo onde as pessoas formadas em RI trabalham. Mas pessoas formadas em RI trabalham um monte de coisa, entendeu? Faz um monte de coisa assim, né?

Mas o fato é, o nosso curso, isso pode ser bom, isso pode ser muito ruim também, ele tem uma característica que ele tem uma pegada mais analítica, mais de pesquisa. E a gente não tem uma formação boa para pegadas mais técnicas, tá? Por exemplo, a gente não tem a disciplina de Comex, a gente está querendo adaptar um pouco, a gente está querendo por uma disciplina de Comércio Internacional que não é a mesma coisa tá, é um pouco menos aplicada, mas é pra tentar melhorar um pouco o cenário. Nosso PPC tem pouca perspectiva técnica, profissional, de trabalho. Então, não é para pessoas operarem no mercado.

Inclusive o nosso corpo docente é um corpo docente com pouca experiência profissional, assim né? Profissional nas relações internacionais, né? Pouca gente que tem experiência no campo das relações internacionais. Isso também tem impacto nos alunos, eles começam a ver, eles enxergam, entendem as Relações Internacionais a partir dos olhos dos seus mestres. Esses

mestres olham para as Relações Internacionais com uma perspectiva analítica, crítica, investigativa, não como um espaço de ir lá trabalhar e ganhar dinheiro, sobreviver. É um pouco ver as relações internacionais como objeto da crítica, da reflexão acadêmica, não como um lugar pra você ganhar dinheiro, fazer carreira. Esse é um desafio, de fato.

APÊNDICE B - ENTREVISTA COM EGRESSO DO CURSO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS DA UNILAB TRANSCRITA

Realizada em 20 de janeiro de 2022 via Google Meet

Pergunta: Me conte um pouco sobre tua história e tua experiência com a UNILAB

Resposta: Boa tarde sou Aristides Maria Pereira, sou cabo-verdiano, natural de São Lourenço dos Órgãos, que é um município que fica na Ilha de Santiago, bem no interior da Ilha de Santiago. Ilha de Santiago onde concentra a capital de Cabo Verde, que é Praia.

Bom, eu cheguei na UNILAB em 2014, inicialmente pra fazer o curso de Bacharelado Interdisciplinar em Humanidades, posteriormente em 2017 ingressei no curso de Relações Internacionais. Então, minha trajetória pessoal é marcada pela UNILAB, podemos assim dizer, que antes da UNILAB eu queria fazer um curso no meu país mas tiveram alguma limitações financeiras e a oportunidade de estudar na UNILAB foi uma oportunidade de eu poder cursar um ensino superior de qualidade, então foi uma oportunidade que surgiu e eu pude aproveitar. Nunca vou esquecer a UNILAB, acho que mesmo saindo da universidade, a universidade não vai sair de mim.

Pergunta: Como tu ficou sabendo da UNILAB?

Resposta: Bom, eu sou do primeiro grupo, ou seja da primeira entrada do curso de humanidades da UNILAB daqui do campus de São Francisco do Conde aqui no estado da Bahia. Então, a UNILAB já existia desde 2010 só que no Ceará, no campus de Redenção e outros campus lá, mas quando foi aberto o curso de Bacharelado em Humanidades e o curso de Letras aqui em São Francisco do Conde eu pude vir pra cá.

Eu fiquei sabendo da UNILAB por intermédio de pessoas, primo e colega também, que estudávamos juntos em Cabo Verde e em 2012 ele veio para estudar em Redenção no Ceará. Então em 2014 abriu o processo seletivo e ele falou: Olha eu sei que você está tendo dificuldades de ingressar no ensino superior no seu país (devido às várias questões que eu mencionei anteriormente) abriu essa seleção, e ele me explicou todo o processo...

Mas atualmente a universidade tem feito um trabalho de divulgação maior em Cabo Verde, o processo acho que está bem mais adiantado.

Pergunta: Tu acredita que a UNILAB promove a integração que consta no seu projeto, principalmente entre o continente africano e o Brasil?

Resposta: A UNILAB ela é um projeto ambicioso, por ser um projeto existem várias dificuldades várias limitações mas ele é um projeto que visa contribuir principalmente, não só

na questão científica, acadêmica, formação de recursos humanos para os países africanos e a população brasileira em especial a população afro-brasileira, mas também é uma questão de integração histórica, integração cultural. Por isso que eu acho que ela é muito importante.

Tratando especificamente sobre a questão da própria integração ela é um termo muito interessante e se formos ver na questão das relações internacionais, ela é muito importante, e pensando nas questões do Sul global, e na própria relação do Brasil com o continente africano, por que a UNILAB surgiu nesse contexto de reaproximação do Brasil com continente africano ela é um fruto materializado de projeto de integração tanto no nível internacional como no nível micro.

Eu trabalhei em um projeto de observatório da própria UNILAB, observatório estudantil, e a gente problematizava isso, que a UNILAB ela é um fruto desse processo de integração que não é perfeito mas é um processo muito ambicioso e necessário tentar seguir esses pressupostos.

Pergunta: Quais os pontos que tu acredita que deveriam melhorar na UNILAB?

Resposta: Como eu falei a UNILAB tem seus pressupostos iniciais, eu acho que na medida do possível ela tenta cumprir os seus objetivos que é não só garantir a entrada de estudantes de classes sociais diversas e uma diversidade de pessoas dentro da Universidade mas também garantir a permanência e a conclusão com sucesso dos cursos. Então tem algumas políticas de assistência estudantil que visam garantir pelo menos um mínimo necessário para que o aluno principalmente os alunos internacionais permaneçam na universidade.

Em termos orçamentários na questão geral, essa é a minha opinião, não é algo que eu fui pesquisar, eu vejo que o projeto da UNILAB ele é muito dependente do cenário político e por ser uma universidade que foi criada nesse contexto dos governos progressistas, em especial governo petista, ela é muito vulnerável as tensões políticas, que nesse momento acredito que mais do que qualquer outra universidade a UNILAB está sob o ataque.

Pergunta: Como tu está agora, após se formar em RI na UNILAB? Segue estudando, está trabalhando?

Resposta: A minha intenção quando cheguei aqui era a seguir a carreira acadêmica, então eu aproveitei o máximo possível que eu pude da UNILAB, fiz a graduação em Humanidades, fiz uma Especialização em Gestão de Recursos Hídricos, Energéticos E Ambientais, fiz a graduação em Relações Internacionais e depois sai para o mestrado e atualmente fui recém aprovado em um doutorado em Ciência Política no IESP no Rio de Janeiro. Então eu acho que a UNILAB me deu base para seguir essa carreira e não deixar a desejar. A convivência,

os conhecimentos que os professores passavam e as discussões da turma foram importantes para isso, então eu levo isso como legado que a UNILAB deixou em mim.

APÊNDICE C - ENTREVISTA COM EGRESSO DO CURSO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS DA UNILAB TRANSCRITA

Realizada em 26 de fevereiro de 2022 via Google Meet

Pergunta: Me conte um pouco sobre tua história e tua experiência com a UNILAB

Resposta: Eu sou de Moçambique, meu nome é Samora Moisés Machel, eu sou da capital Maputo, sou de uma comunidade do interior da capital... Eu sou o único até hoje da minha família que tem ensino superior, que faz ensino superior, fui o primeiro da minha família a entrar em uma universidade, e uma universidade fora do país, algo impensável para minha realidade social, minha realidade econômica, enfim para o meu contexto ali, muito impensável.

Eu vim de uma pequena comunidade que é predominantemente marcada por ou camponeses ou pescadores, então na minha realidade mais de 80% da população vive da agricultura ou da pesca, então foi desse ambiente que eu saí... A UNILAB foi esse divisor... Fui vivendo a universidade e construindo uma trajetória acadêmica.

Pergunta: Como tu ficou sabendo da UNILAB?

Resposta: Eu tinha amigos na Bahia que eu mantinha contato. Foi um deles que me falou: olha fique atento que abriu uma universidade agora no Brasil que chama UNILAB, ele mais ou menos o que era UNILAB, isso ele me falou lá por 2010 que já era pra eu prestar atenção. Quando foi 2012, efetivamente, eu fui para Moçambique de novo, chegando lá me apresentaram a UNILAB, falaram da UNILAB, que era uma universidade nova, que tinha esse caráter de integração internacional com os países luso-africanos, foram me explicando mais ou menos como eram os processos e mostrando como era a universidade.

Pergunta: Tu acredita que a UNILAB promove a integração que consta no seu projeto, principalmente entre o continente africano e o Brasil?

Resposta: Com todos os desafios e dificuldades, com todas as mazelas e precariedades, que eu acho que são características de toda a instituição, a UNILAB, sim, tenta cumprir com esse papel da integração... Quando eu falo da UNILAB falo especialmente na integração e do papel de integração que a UNILAB vai ter o protagonismo, eu divido em várias etapas, é um processo muito difícil... A nossa universidade é universidade dos 4 i's: interiorização, integração, internacionalização e institucionalização, então foi nesses quatro i's que nós caminhamos.

Pergunta: Quais os pontos que tu acredita que deveriam melhorar na UNILAB?

Resposta: Eu quero que a UNILAB cresça em termos de infraestrutura, isso é um processo e que a conjuntura política, especialmente o campus dos Malês, de 2014 para cá não favorece o cenário político nacional para que a universidade crescesse. Ela foi concebida, vamos lembrar, no governo Lula, e teve a situação que no governo Dilma houve alguns cortes na área de educação, mas no governo Temer piorou, no governo atual então nem se fala.

Mas ainda sim, minha grande crítica, quando penso em criticar, mas criticar para melhorar, apontar soluções, ponto um, o processo seletivo de estudantes internacionais, pode melhorar mais, pode simplificar mais, pode desburocratizar mais... O processo seletivo tem sido nos últimos anos muito difícil... Muito rigoroso, que não facilitam em nada para os estudantes para quem essa universidade se destina... Então, minha crítica é que a UNILAB melhore um pouco o processo seletivo a nível de critérios e a própria burocracia do processo seletivo, porque inviabiliza que muitos jovens de baixa renda tenham acesso.

Pergunta: Como tu está agora, após se formar em RI na UNILAB? Segue estudando, está trabalhando?

Resposta: Dentro do curso de RI me afinei um pouco com direito internacional público... Estou fazendo mestrado em Direito e Ciências Jurídicas, com habitação para Direito Comercial Internacional... Estou na Universidade de Lisboa, uma das maiores do país e da Europa. A experiência profissional com RI mesmo que eu tive foi a de mais de um ano de estágio no consulado, e agora eu estou a trabalhar em uma companhia internacional.

APÊNDICE D - ENTREVISTA COM EGRESSO DO CURSO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS DA UNILAB TRANSCRITA

Realizada em 09 de junho de 2023 via Google Meet

Pergunta: Me conte um pouco sobre tua história e tua experiência com a UNILAB

Resposta: Eu sou Amílcar Lopes Cabral, sou da Guiné-Bissau, da capital.

Bem, eu conheci a UNILAB através do meu primo, que chegou também na UNILAB. Ele foi um dos primeiros alunos a vir, né? Chegando na UNILAB em 2014. Aí depois ele me falou da UNILAB, como é que funciona e tal.

Mas no início eu não tinha tanto interesse em estudar até no Brasil. Eu queria mais ir para Portugal e tal, estudar lá. E, sei lá, tentar uma carreira futebolística e tal, porque eu gostava muito de futebol. Aí, depois que não tive o sucesso de ir para a Europa e tal. Então, aí decidi concorrer a bolsa da UNILAB. E saiu o edital, concorri, aí acabei conseguindo e vim imediatamente. Separamos os documentos, fizemos aqueles trâmites legais né, e a gente acabou vindo em 2016. E geralmente, tem um processo seletivo também, pra vir pra UNILAB. Você passa por uma série de avaliação de entrevistas, tal, prova, análise do currículo. Então, se você conseguir passar, você acaba vindo. Tem os documentos na embaixada pra você conseguir vir.

E eu estudei lá até 2018 para conquistar minha primeira graduação, Bacharel em Humanidades pra depois fazer a terminalidade né Relações Internacionais. E consegui terminar Relações Internacionais em 2021. E é isso minha trajetória na UNILAB.

Pergunta: Tu acredita que a UNILAB promove a integração que consta no seu projeto, principalmente entre o continente africano e o Brasil?

Resposta: Bom, é claro né, acho que a UNILAB luta sempre pra isso. Em grande parte, podemos considerar que sim, ela consegue, porque existe uma integração mesmo, uma integração entre as nacionalidades africanas também e os brasileiros, muito bem acolhidos. Às vezes, ela aparece com uma situação ali, acolá, que é bem simples, né? E, quando junto sobretudo pessoas de diferentes nações, diferentes estruturas. Então, sempre vai ter um pouco de atrito. Mas isso são coisas que são ultrapassadas. É um pouco de tempo, entende? Porque, de qualquer forma, vai trazer conflito. Mas, no geral, pode-se considerar que sim, existe uma integração, existe uma união, e existe uma interação legal entre as nacionalidades que compõem a UNILAB. Existe essa interculturalidade, e esforço mesmo a conhecer a gente, conhecer as pessoas, né, nosso modo de viver, nosso modo de pensar. E a gente também acaba conhecendo a cultura brasileira, a forma de pensar brasileira, né. A gente acaba trocando esse

conhecimento, né, essa epistemologia a partir dos países do sul.

Pergunta: Quais os pontos que tu acredita que deveriam melhorar na UNILAB?

Resposta: É, na verdade a gente tem muitos desafios, né? Que geralmente é fora da UNILAB, entende? É, é com a comunidade sanfranciscana, apesar de que muitas pessoas, né, nos acolhem muito bem. Mas existe aquele preconceito ainda, com a África, entende? Aqueles estereótipos que geralmente são nossos desafios diários, a gente luta dia a dia para conscientizar as pessoas e desmistificar algumas narrativas que elas têm sobre a África. Mas eu acredito que já nesse momento, nesses anos com a trajetória, com a luta, a gente acabou meio que sensibilizando, a população local, que eles já conhecem a gente, já sabem. Tipo, eles desconstruíram alguns olhares que eles tinham sobre a África. E, no geral, eles têm uma convivência muito legal assim, entre nós e a comunidade. Porque geralmente muitas pessoas da comunidade que estão fora da academia, eles não têm acesso à informação. E também existe algumas pesquisas como de extensão que realmente procura esse contato com a comunidade, entende? A gente pode trazer essas informações para eles, para melhorar nossa convivência até com a comunidade. Mas dentro da UNILAB, são pessoas acadêmicas que procuram a informação, que têm acesso à informação. Não existe esse estereótipo, eles foram desconstruídos, mas a comunidade que não tem não tem acesso a essa informação ainda, esse estereótipo paira na sociedade. Mas existe uma evolução para considerar, que as pessoas já têm uma consciência do que é a África na verdade.

Pergunta: Como tu está agora, após se formar em RI na UNILAB? Segue estudando, está trabalhando?

Resposta: Bem, o meu mestrado eu fiz na Universidade Federal da Paraíba e agora estou fazendo o doutorado na UFSC. Mas não tô trabalhando em nenhuma empresa, acho que essa também é um pouco de crítica que vai pra UNILAB, para o próprio curso de Relações Internacionais. Exatamente eles não tem um veículo para ligar o aluno ao mercado de trabalho. Entende? Por exemplo, muitos cursos, outras universidades, geralmente tentam procurar os estágios para aluno, algumas instituições e tal. Mas tipo, UNILAB ainda, o curso de Relações Internacionais precisa apenas disso, de tentar procurar alguns estágios, algumas empresas, algumas instituições de governo. Mas existem alguns programas do governo da Bahia que acabam recrutando pessoas para fazer o estágio nestas instituições. Mas geralmente essas instituições, eles têm uma autonomia, eles não são procurados pela UNILAB, por exemplo, para proporcionar uma experiência de trabalho. Então, é só um programa que existe do governo, eu acredito que a UNILAB poderia melhorar isso, tentar procurar, criar esse vínculo, assim que puder. Porque a experiência no trabalho, acho que isso contribui muito à

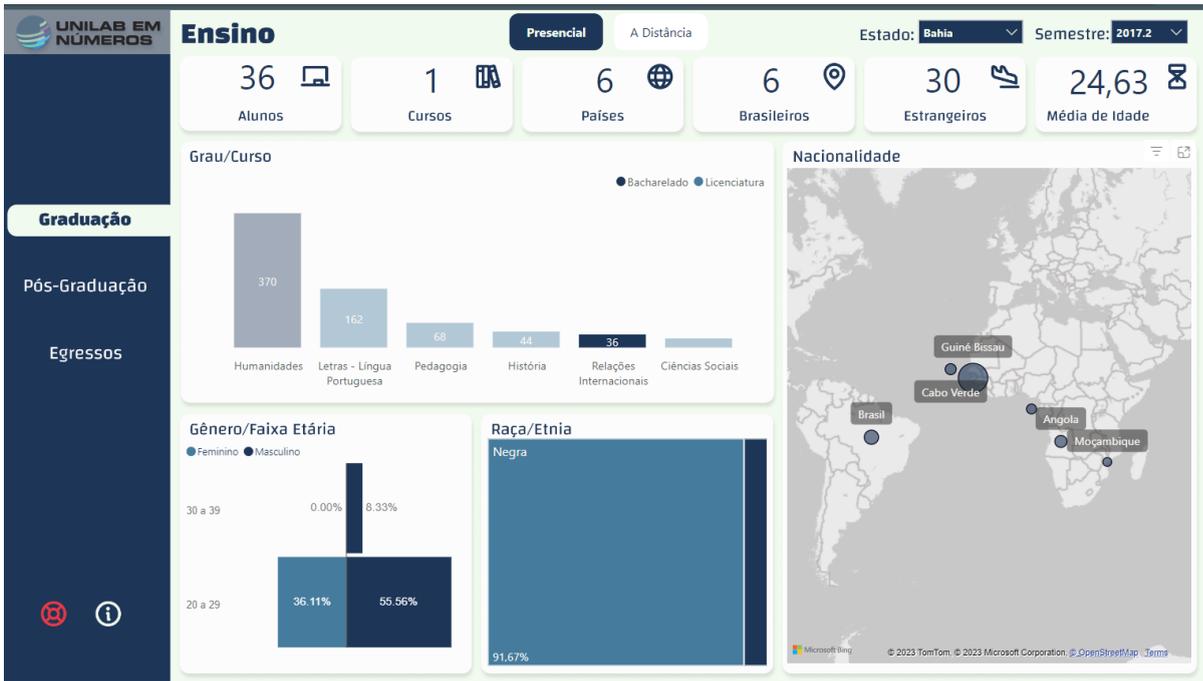
carreira dos alunos. Nós não tivemos essa oportunidade de fazer isso, o nosso estágio né foi mais dentro da UNILAB, a partir das pesquisas e projetos de extensão e tal, e aí não tivemos assim um contato dessas empresas ou algumas instituições e tal.

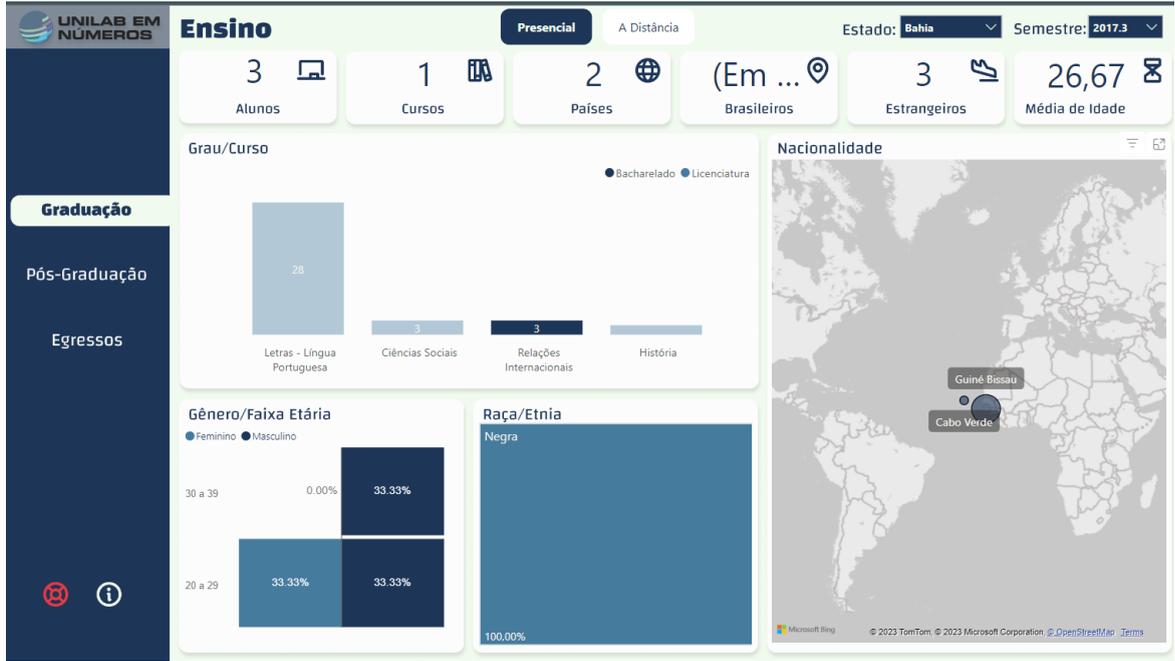
E para nós também, para ter acesso a essas instituições, para se apresentar no trabalho é muito difícil. A gente fica muito limitado por não ser brasileiro. A comunidade brasileira em muitos concursos pedem um título, uma nacionalidade, título de eleitor. Então a gente acaba sendo um pouco limitado, mas no caso dos estágios eu acho que isso não conta muito, porque geralmente eles não pedem esses documentos, mas eu estou falando do concurso público mesmo, de capacitação profissional algumas coisas assim. Eles acabam pedindo assim, pro comércio, e tal.

Pergunta: Como é a oferta de curso de graduação de RI na Guiné-Bissau?

Resposta: Em Guiné tem duas faculdades né, mas só que são faculdades privadas não são públicas. Então, por exemplo, você tem um duas só que não são públicas, né? Então, eu poderia bem estudar em Guiné, tal. Para construir uma carreira, tal. Mas sempre eu tive vontade de estudar fora, entende? Eu tive vontade de estudar fora, então... Eu acabei procurando uma bolsa para estudar fora. Mas... Antes de vir, eu já estava em um processo seletivo para fazer direito na faculdade de Direito de Bissau. Eu já estava em processo seletivo. Então, quando saiu o resultado né de bolsa para vir cá, para estudar no Brasil, eu acabei desistindo do processo seletivo para estudar na faculdade de direito de Bissau, porque minha preferência era estudar fora.

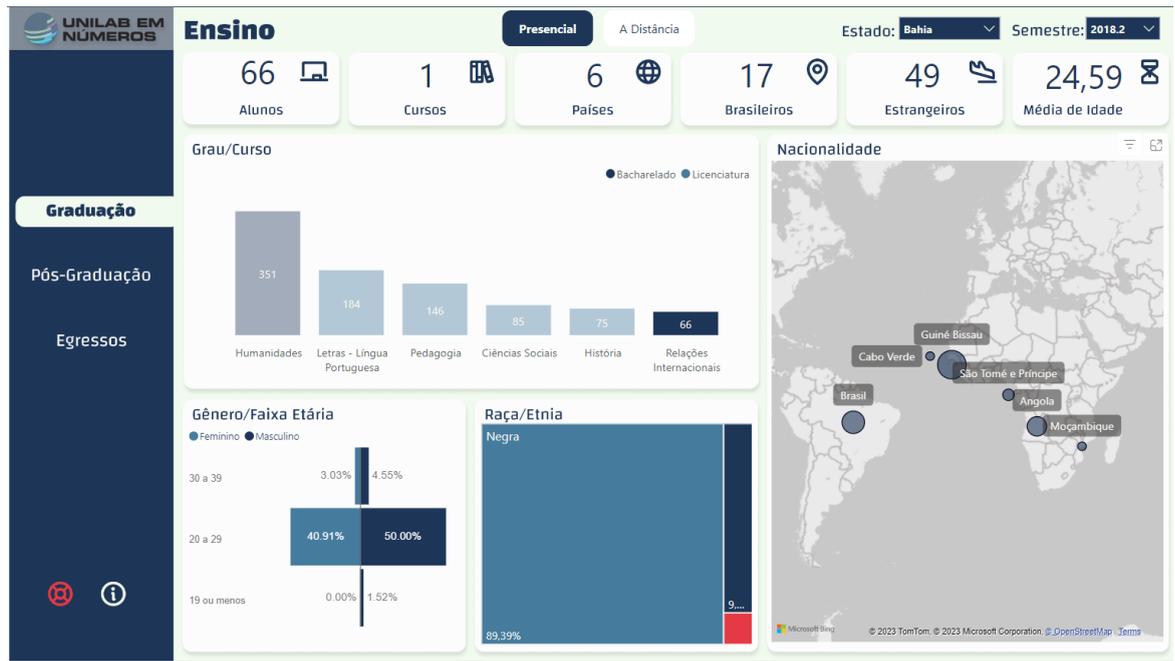
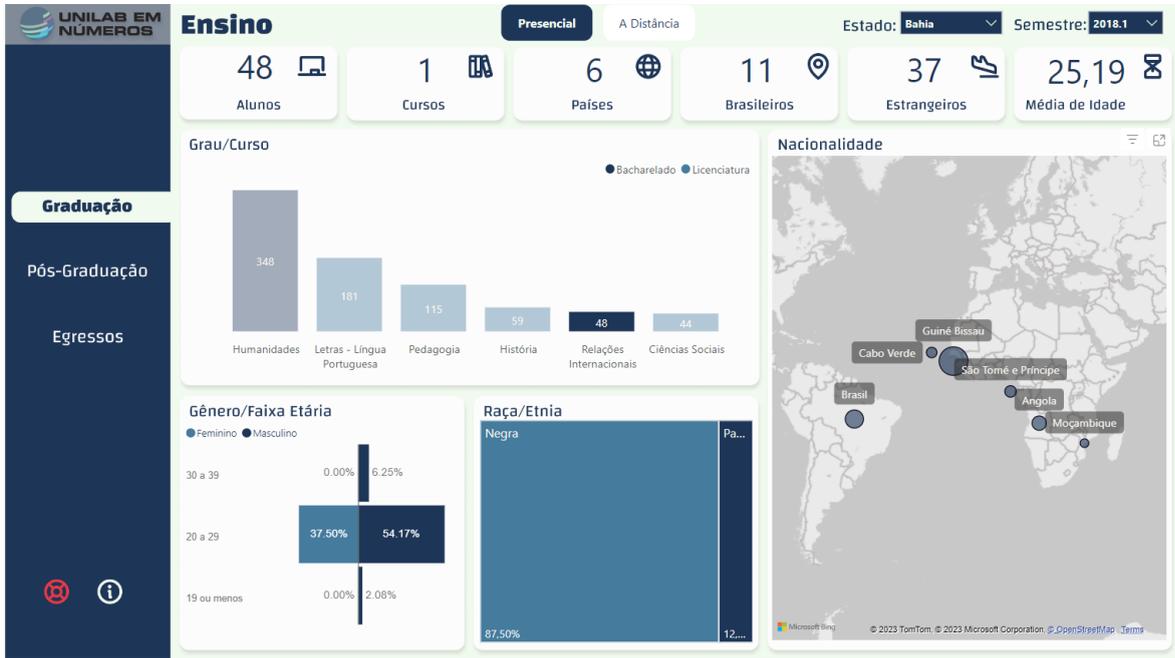
ANEXO A - DADOS ACERCA DOS DISCENTES DO CURSO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS DA UNILAB ANO DE 2017





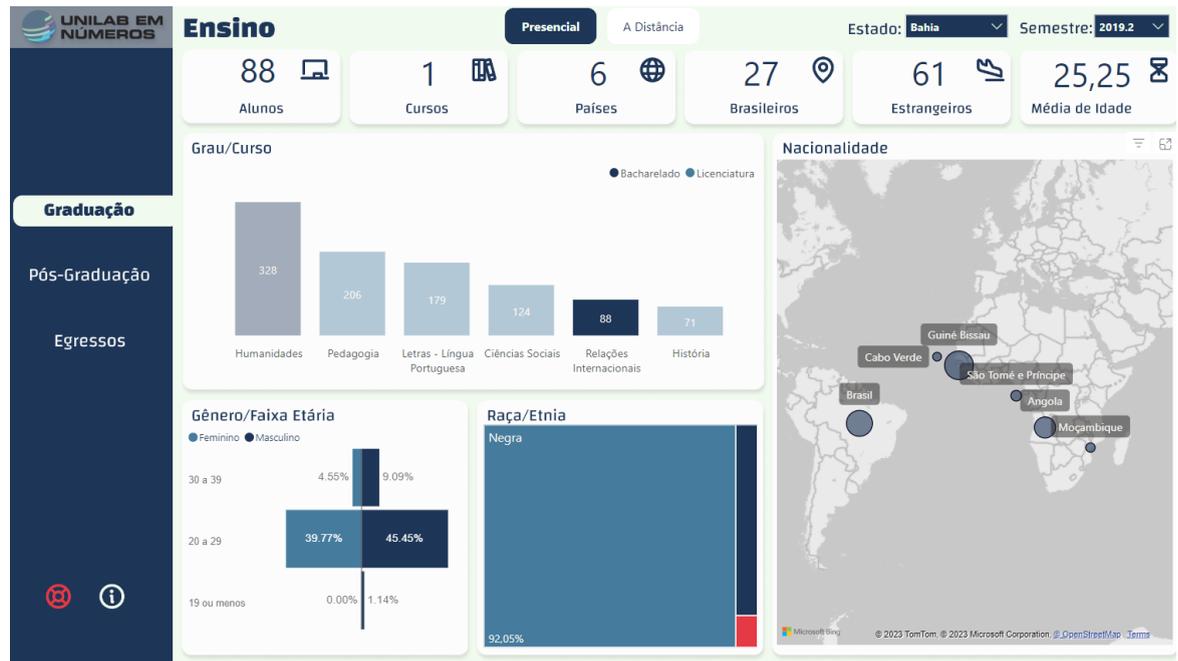
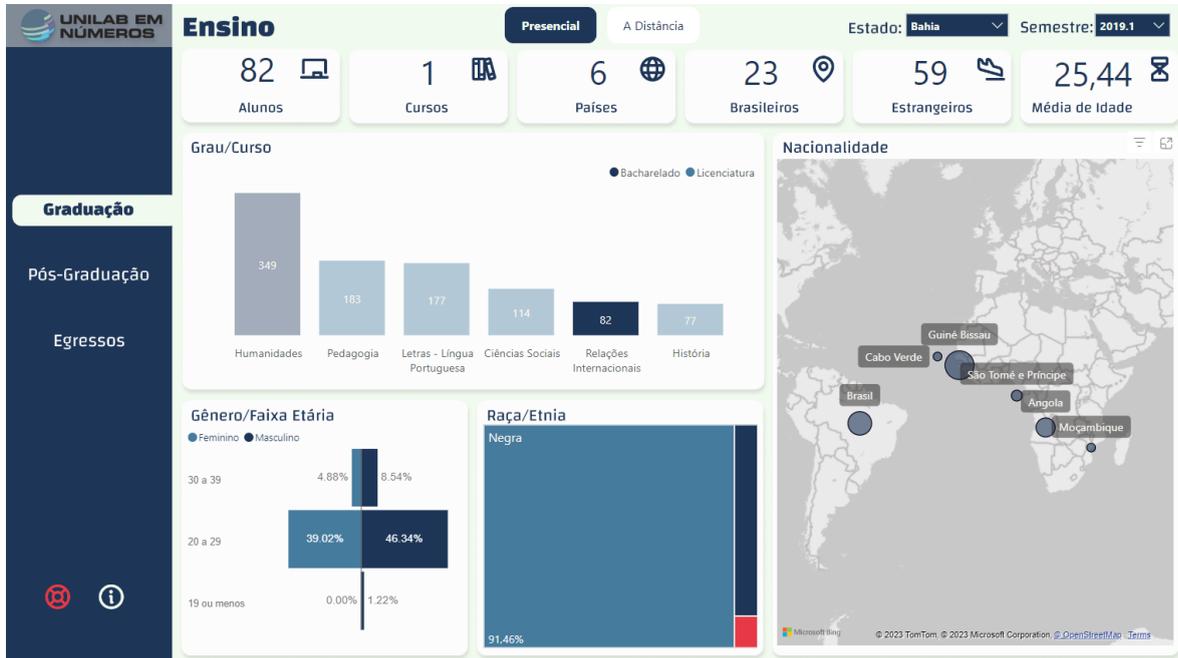
Fonte: Painéis de Transparência da UNILAB, 2022.

ANEXO B - DADOS ACERCA DOS DISCENTES DO CURSO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS DA UNILAB ANO DE 2018



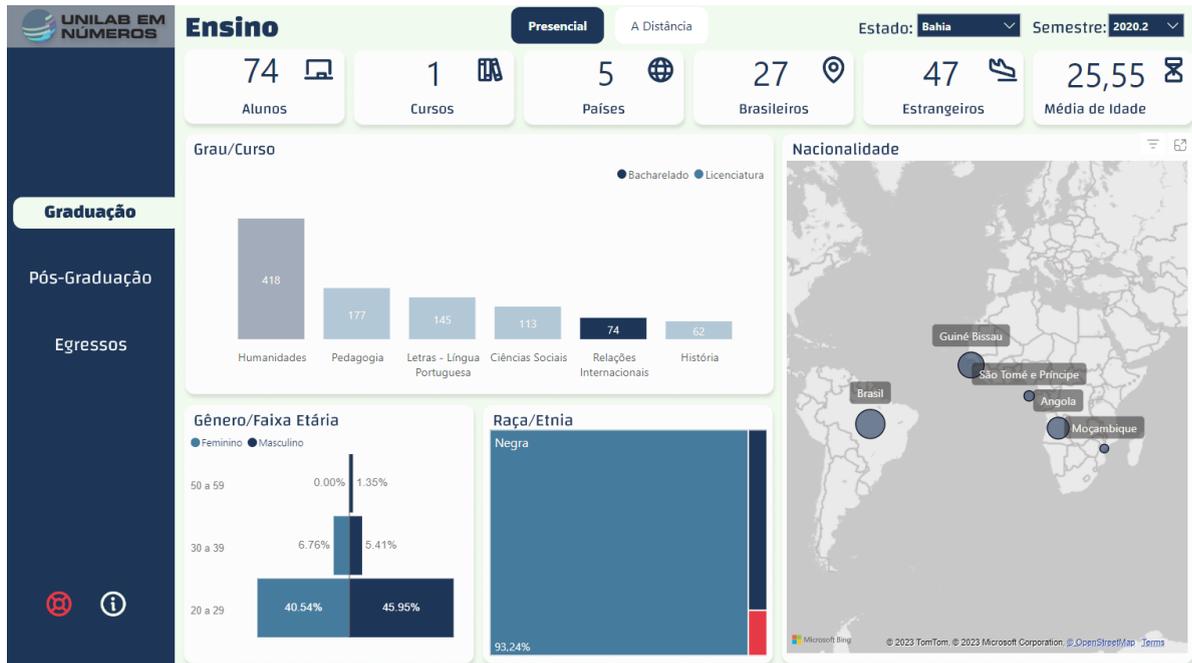
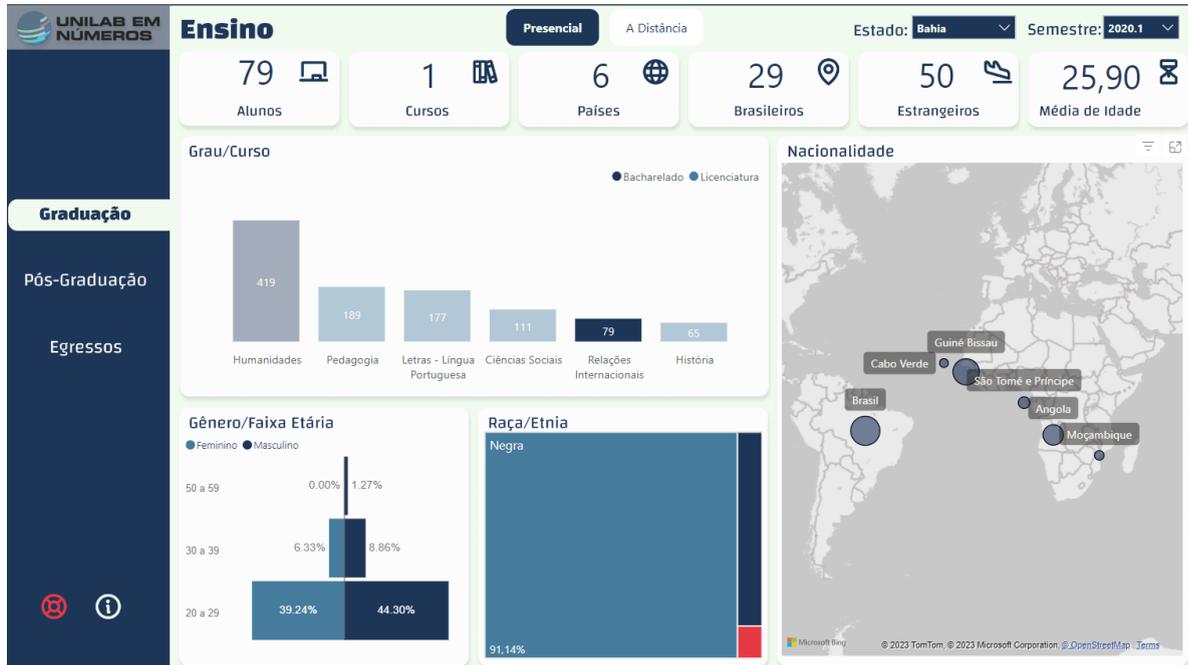
Fonte: Painéis de Transparência da UNILAB, 2022.

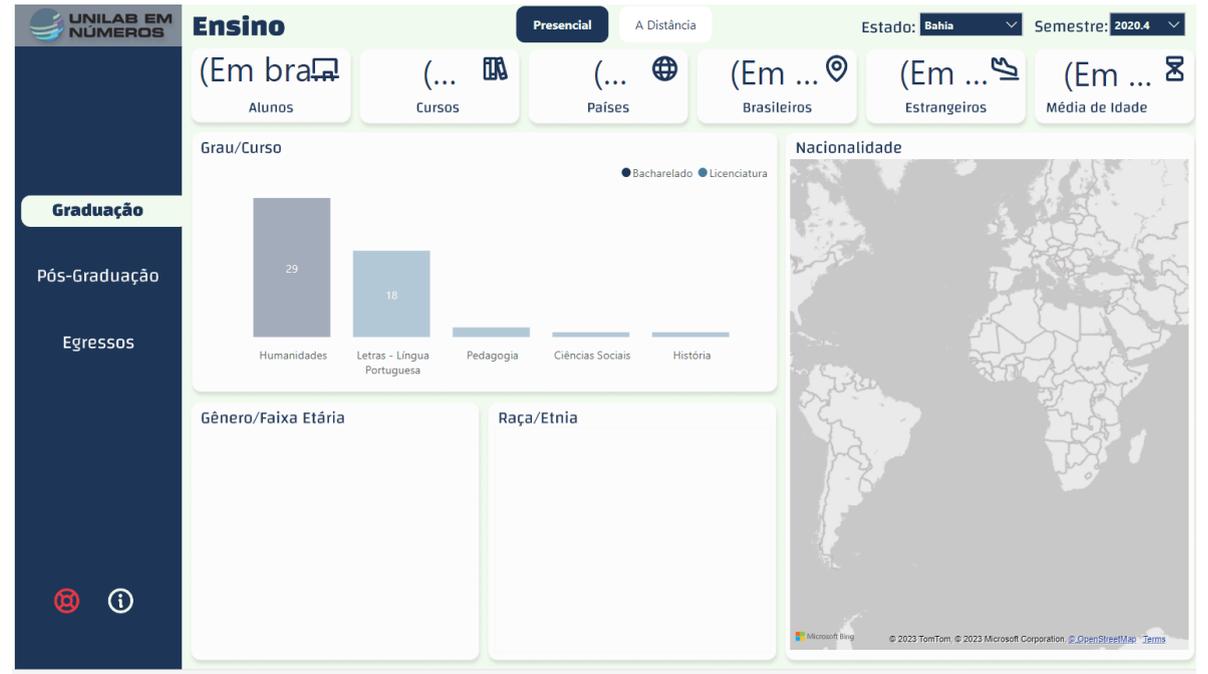
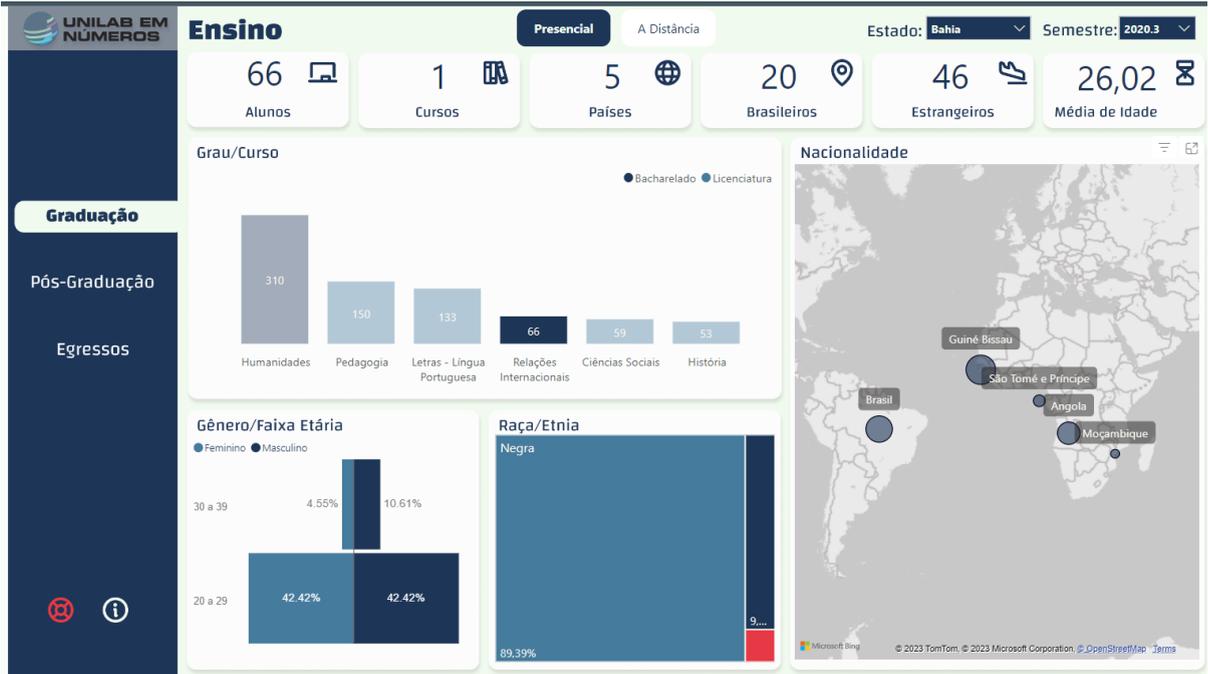
ANEXO C - DADOS ACERCA DOS DISCENTES DO CURSO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS DA UNILAB ANO DE 2019



Fonte: Painéis de Transparência da UNILAB, 2022.

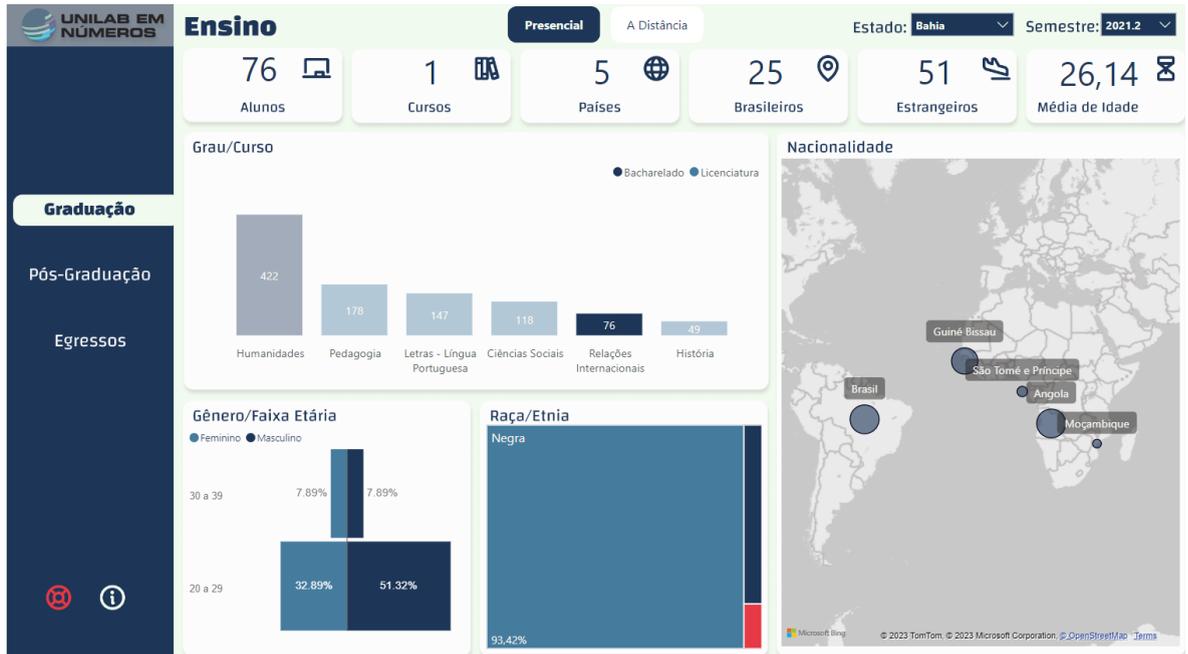
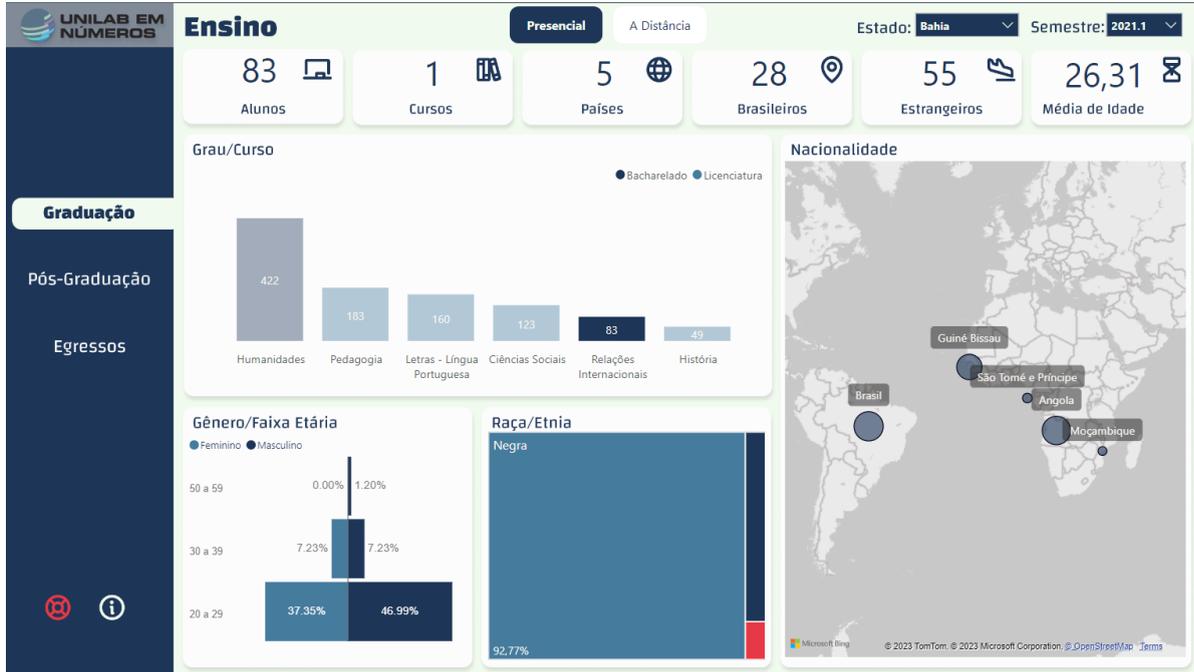
ANEXO D - DADOS ACERCA DOS DISCENTES DO CURSO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS DA UNILAB ANO DE 2020





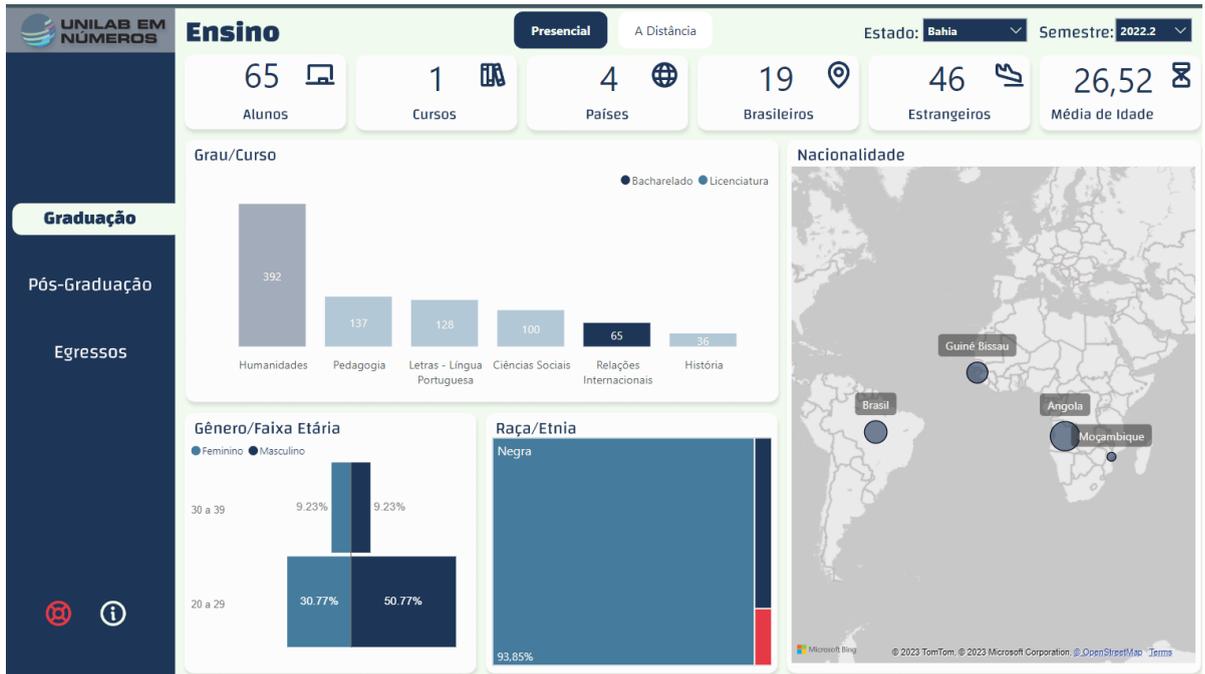
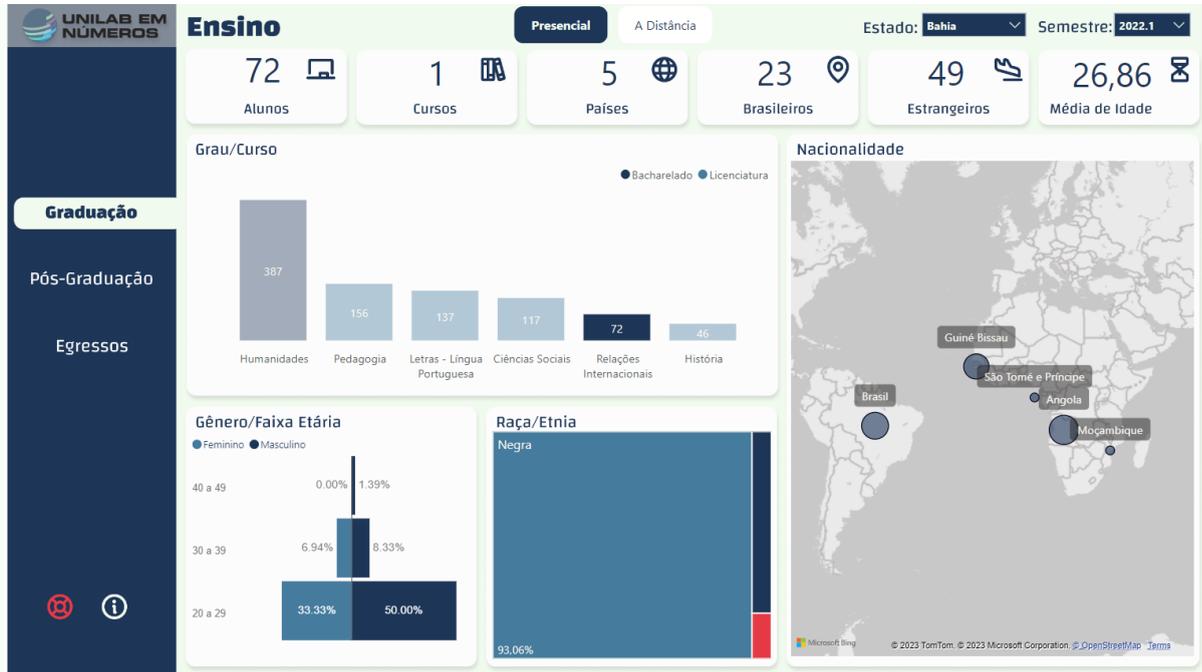
Fonte: Painéis de Transparência da UNILAB, 2022.

ANEXO E - DADOS ACERCA DOS DISCENTES DO CURSO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS DA UNILAB ANO DE 2021



Fonte: Painéis de Transparência da UNILAB, 2022.

ANEXO F - DADOS ACERCA DOS DISCENTES DO CURSO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS DA UNILAB ANO DE 2022



Fonte: Painéis de Transparência da UNILAB, 2022.